



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 468, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico de Curso do Bacharelado em Direito, do Campus Óbidos, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 436-Gabinete da Reitoria, de 31 de dezembro de 2022; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa; em conformidade aos autos do Processo nº 23204.008770/2025-76, proveniente do Campus Óbidos - Cobi, e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe, tomada na 3ª reunião ordinária, realizada de forma presencial em 16 de setembro de 2025, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico de Curso - PPC de Bacharelado em Direito, do Cobi, da Ufopa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 17 de setembro de 2025, com publicação na página dos Conselhos Superiores no [Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH](#).

CAUAN FERREIRA ARAÚJO
Presidente em exercício do Consepe

Anexo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL ÓBIDOS
BACHARELADO EM DIREITO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM DIREITO
*na modalidade presencial***

ÓBIDOS, PA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Reitora

Aldenize Ruela Xavier

Vice-reitora

Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-reitora de Ensino de Graduação

Carla Marina Costa Paxiúba

Pró-Reitora De Pesquisa, Pós-Graduação E Inovação Tecnológica

Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitora Da Cultura, Comunidade E Extensão

Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitor De Gestão Estudantil

Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitor De Administração

Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora De Gestão De Pessoas

Fabriciana Vieira Guimarães

Diretora do Campus Regional Óbidos

Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Coordenação do Curso AGUARDA CONCURSO

Suporte técnico-pedagógico do Campus

Técnico em Assuntos Educacionais Rômulo José da Silva Viana

Membros do núcleo docente estruturante

AGUARDA CONCURSO

SUMÁRIO

PARTE I INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	4
1. DA MANTENEDORA	4
2. DA MANTIDA	4
2.1. Identificação	4
2.2. Atos Legais de Constituição	4
2.3. Dirigente Principal da Mantida	4
2.3.1. Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará	5
2.4. Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará	6
2.4.1. Breve Histórico do Campus Regional Óbidos	8
2.5. Missão Institucional	11
2.6. Visão Institucional	11
2.7. Valores institucionais	11
2.8. Princípios filosóficos	12
PARTE II INFORMAÇÕES DO CURSO	13
3. DADOS GERAIS DO CURSO	13
4. CONCEPÇÃO DO CURSO	13
5. JUSTIFICATIVA E PERFIL DO CURSO	15
5.1. Número de vagas	17
6. OBJETIVOS DO CURSO	18
6.1. Objetivo Geral	18
6.2. Objetivos Específicos	18
7. PRINCIPAIS FORMAS DE INGRESSO NO CURSO	20
8. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	21
8.1. Competências e habilidades	23
9. METODOLOGIA DO CURSO	25
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	26
10.1. Estrutura Curricular	26
10.1.1 Semana Padrão de Atividades do Curso	31
10.2. Conteúdos Curriculares	31
10.3. Representação gráfica do perfil de formação	32
10.4. Curricularização da extensão	36
10.5. Trabalho de Conclusão de Curso	38
10.6. Atividades Complementares	39
11. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM	41
12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	42
12.1. Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	42
13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	44
13.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	44
13.2. Gestão e avaliação do curso e os processos de avaliação interna e externa	45
14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	47
14.1. Políticas de Ensino de Graduação	47
14.2. Política de Pesquisa	48
14.3. Política de Extensão	49
14.4. Política de Cultura	50
14.5. Política de Inovação	52
14.6. Políticas de Internacionalização	53
14.7. Política de Assistência Estudantil	54
14.7.1. Apoio aos Estudantes	54
14.7.1.1. Assistência Psicossociopedagógica	54

14.7.1.2. Núcleo de Acessibilidade (Nuaces)	55
14.7.1.3. Núcleo de Psicologia (Nupsi)	55
14.7.1.4. Núcleo de Serviço Social (Nuses)	55
14.7.1.5. Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe)	56
14.8. Política de Acessibilidade	56
14.8.1. Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência	56
14.9. Política de Acompanhamento de Egressos	57
PARTE III: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO	58
15. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA-ADMINISTRATIVA	58
15.1. Direção do campus	58
15.2. Secretaria executiva	58
15.3. Coordenação de Curso	58
15.4. Coordenação/Secretaria Acadêmica	59
15.5. Coordenação Administrativa	60
15.6. Coordenação Técnica	61
15.7. Órgãos Colegiados	62
16. CORPO DOCENTE	63
16.1. Núcleo Docente Estruturante	63
16.2. Docentes por Titulação e Regime de Trabalho	63
16.3. Docentes por componente	63
16.4. Experiência profissional docente no mundo do trabalho	64
16.5. Experiência no exercício da docência superior	64
PARTE IV – INFRAESTRUTURA FÍSICA	64
17. INSTALAÇÕES GERAIS	64
18. SALAS DE AULA	65
19. SALA COLETIVA DE PROFESSORES	65
20. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO	66
21. AUDITÓRIOS E VÍDEO-CONFERÊNCIAS	66
22. BIBLIOTECA	66
23. ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	70
24. LABORATÓRIOS	71
24.1. Dados dos laboratórios	71
24.2. Normas de funcionamento dos laboratórios	71
25. NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES REAIS	72
26. ANEXOS	74
Anexo I - Ementário e bibliografia	74
Anexo II – Regulamento das Atividades Complementares	183
Anexo III - Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica	189
Anexo IV – Regimento Interno do Laboratório de Informática	199
Anexo V - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	206
Anexo VI - Semana Padrão de Atividades do Curso	223
27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248

PARTE I INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1. DA MANTENEDORA

Mantenedora:	Ministério da Educação
CNPJ:	00.394.445/0003-65
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, S/N, Zona Cívico- Administrativa, Brasília/DF, CEP: 70047-900
Fone:	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br

2. DA MANTIDA

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará
CNPJ:	11.118.393/0001-59
End.:	Rua Vera Paz, s/n Unidade Tapajós), Salé, Santarém/PA, CEP: 68035-110
Telefone:	(93) 2101-6502 / (93) 2101-6506
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br / gabinete@ufopa.edu.br
Site:	www.ufopa.edu.br

2.1. Identificação

2.2. Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento:	
Documento N.º:	Lei nº 12.085, de 6 de novembro de 2009
Data Documento:	5 de novembro de 2009
Data de Publicação:	6 de novembro de 2009

2.3. Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora
Nome:	Aldenize Ruela Xavier
Telefone:	(93) 2101-6502 / (93) 2101-6506

E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br
----------------	-----------------------

2.3.1 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitora: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora: Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Presidente do Conselho Universitário: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Carla

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Dr. Cauan
Ferreira Araújo

Pró-Reitor de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica. Profa. Dra.
Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Profa. Ma. Fabriciana Vieira Guimarães

Pró-Reitora da Cultura, Comunidade e Extensão: Profa. Dra. Ediene Pena
Ferreira

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Prof. Dr. Luamim Sales Tapajós

Diretora do Campus Regional Óbidos Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Coordenador do Curso: AGUARDA CONCURSO

2.4. Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) nasce em um contexto político e educacional relacionado às políticas de expansão e organização do ensino superior, considerando as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. A Ufopa foi criada pela Lei n.º 12.085, de 5 de novembro de 2009, por desmembramento e integração dos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), em Santarém, como parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) - Decreto nº 6.096/2007). Foram nomeados o professor da UFPA José Seixas Lourenço e a professora Raimunda Nonata Monteiro, da Ufra, para assumirem, respectivamente, a reitoria e vice-reitoria pró-tempore da Ufopa.

Ainda em 2009, foram lançados os primeiros editais de concursos para docentes e técnicos da Ufopa. O primeiro processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de graduação ocorreu em 2010, sob a responsabilidade da UFPA, com 340 (trezentas e quarenta) vagas distribuídas em 8 (oito) cursos de graduação herdados em sua criação, a saber: Direito, Ciências Biológicas, Pedagogia, Letras – Língua Portuguesa, Física Ambiental, Matemática, Geografia e Sistemas de Informação e mais 30 (trinta) vagas ofertadas pela Ufra no curso de Engenharia Florestal. Nesse mesmo ano, a Ufopa aderiu ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), ofertando cursos de licenciatura em Santarém, nos municípios onde seriam instalados os campi e no município de Almeirim. Em 2011, foi realizado o seu primeiro processo seletivo próprio para os cursos de graduação utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Inicialmente, a Ufopa apresenta-se com uma proposta acadêmica inovadora pautada nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade curricular, da formação continuada e da mobilidade acadêmica, com uma formação em ciclos. A Universidade foi organizada nas seguintes unidades acadêmicas: Centro de Formação Interdisciplinar e em institutos temáticos – Instituto de Engenharia e Geociências,

Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, Instituto de Ciências da Sociedade, Instituto de Ciências da Educação, Instituto de Biodiversidade e Florestas.

Nos primeiros anos de funcionamento, a instituição contava com 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação com alunos vinculados, sendo 19 (dezenove) bacharelados específicos, 4 (quatro) licenciaturas integradas, 10 (dez) licenciaturas, 6 (seis) bacharelados interdisciplinares e 5 (cinco) licenciaturas financiadas pelo Parfor. Além desses, encontravam-se em funcionamento na Instituição 6 (seis) cursos de mestrado, 2 (dois) de especialização e 2 (dois) de doutorado.

Em 2012, a Ufopa obteve a aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ofertar o primeiro curso de doutorado interdisciplinar da Instituição, na área de Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, e para realizar, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), um Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Educação. No ano seguinte, promoveu a aula inaugural do seu primeiro curso de doutorado.

Em 2013, a Ufopa apresentou o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012-2016), aprovou no Conselho Universitário (Consun) o Estatuto Geral da Universidade, criou o Instituto de Saúde Coletiva (Isco). Realizou a primeira consulta à comunidade acadêmica para a escolha de reitor e vice-reitor, sendo eleitos a professora Raimunda Nonata Monteiro e o professor Anselmo Alencar Colares, empossados em 2014.

Nesse ano, foi realizada a reestruturação administrativa e didático-pedagógica da Universidade, modificando a organização de unidades administrativas.

Realizou-se eleição para a escolha dos membros dos Conselhos Superiores e para a direção dos institutos e foi iniciado o processo de credenciamento da Instituição. Em 2015 foram ofertadas vagas para os cursos de graduação nos campi de Oriximiná e Óbidos, e em 2017, nos campi de Alenquer, Juruti, Itaituba e Monte Alegre.

Em 2016, a Instituição recebeu a visita da comissão de avaliação externa do MEC como parte do seu processo de credenciamento, pela qual foi avaliada com nota 4 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep). Em 12 de julho de 2018, foi publicada a Portaria nº 666/2018, que reconhecida a Ufopa por mais 8 (oito) anos.

Em 2017 foi realizada a segunda consulta para os cargos de reitor e vice-reitor, sendo eleitos o professor Hugo Alex Carneiro Diniz e a professora Aldenize Ruela Xavier.

No período de 2018 a 2022, concentrou-se grande esforço na implantação da estrutura física, com a construção do Restaurante Universitário, dos prédios administrativos do Bloco Modular do Tapajós I e II, o Núcleo de Salas de Aula e o Núcleo Tecnológico de Laboratórios; e, nos campi, com a construção dos prédios de Juruti, Alenquer, Itaituba. Nesse período, a Instituição enfrentou os desafios impostos pela pandemia de covid-19, que obrigou a Instituição a suspender o atendimento presencial e desenvolver as suas atividades administrativas e acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão por meio de teletrabalho e remoto.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) consolidou-se como uma importante instituição de ensino superior na Amazônia, destacando-se por sua proposta acadêmica interdisciplinar e inovadora, alinhada às diretrizes nacionais e internacionais para a educação superior. Desde sua criação em 2009, a Ufopa não apenas expandiu sua estrutura física e acadêmica, mas também reafirmou seu compromisso com a formação de qualidade e a pesquisa científica, atendendo às demandas regionais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Apesar dos desafios enfrentados, como a pandemia de covid-19, a Universidade manteve seu foco na expansão e fortalecimento de sua missão, refletindo o papel estratégico da instituição no contexto educacional, social e econômico da região. (Ufopa/PDI 2024-2031).

2.4.1 Breve Histórico do Campus Regional Óbidos

O Campus Regional Óbidos - Cobi vincula-se institucionalmente a Ufopa. Sua presença no município é resultado de um longo processo de mobilização regional do Baixo Amazonas, iniciado por um grupo de cidadãos obidenses que juntamente com autoridades e lideranças sociais pleitearam às instâncias acadêmicas instituídas a possibilidade, desde meados da década de 1980, de oferta pública de educação superior na cidade.

Tudo começou com a requisição de se implantar, não apenas um curso, mas um Núcleo Universitário da Universidade Federal do Pará – UFPA, a partir do seu Campus de Santarém, no município de. Passados 10 anos, em 1994, a UFPA celebrava um convênio com a Prefeitura Municipal de Óbidos para ofertar a primeira turma do curso de Pedagogia. A instituição disponibilizou 50 (cinquenta) vagas. Seguiu-se o primeiro vestibular para entrada no curso. Todas as vagas foram preenchidas. Era implantado o Núcleo Universitário de Óbidos vinculado ao Campus da UFPA/Santarém, primeiro núcleo criado a partir de um Campus da instituição instalado no interior do Estado do Pará. Desta feita fruto do processo de expansão da interiorização.

Entretanto, essa oferta foi intervalar, não havia fluxo contínuo, somente quando os alunos integralizavam os créditos de uma turma, era possível pleitear outra. Dessa forma, ocorreram novos vestibulares em 1999 e 2001, como parte do projeto de interiorização da própria instituição. Nos anos de 2004 e 2009, foram ofertadas novas turmas do curso, financiadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

Em 2009, a Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, criava a Universidade Federal do Oeste do Pará como parte do programa de expansão das Universidades Federais, e fruto de acordo de cooperação técnica, firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo objetivo era a ampliação do ensino superior na Região Amazônica.

Com a emissão do Parecer CNE/CES nº 204, aprovado em 07/10/2010, homologado pelo então Ministro da Educação (publicado no DOU de 25/07/2011, seção 1, pag.13, tendo por interessada a SESu/MEC e um conjunto de IFES Brasileiras, dentre as quais a Ufopa, foram credenciados 90 (noventa) campi universitários fora da sede, entre os já implantados e os que ainda se encontravam em processo de implantação, como base no Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Reuni). Dentre os campi credenciados estavam os de fora da sede da Ufopa: Alenquer, Itaituba, Juruti Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Dessa forma, o Núcleo Universitário de Óbidos era transformado no Campus Regional Óbidos, agora vinculado a Ufopa. As atividades acadêmicas e administrativas do campus ganharam materialidade com a efetiva implantação das turmas financiadas pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, a

partir de 2010. Como de início não dispunha de instalações próprias, as turmas ofertadas foram acomodadas nas dependências da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Inglês de Souza”, localizada na Rua Antônio Brito de Souza, bairro de Terezinha, onde funcionou a 1ª etapa dos seguintes cursos de graduação: Licenciatura em Pedagogia e Licenciaturas Integradas em História e Geografia, Biologia e Química, Letras (Português e Inglês) e Matemática e Física.

A partir de 2010, a Ufopa iniciou a realização de concursos públicos para servidores técnicos. Assim, os Campi passavam a contar com um efetivo destes profissionais. Em Óbidos ocorreu a partir de 2011.

O convênio celebrado entre a Ufopa e a Prefeitura do município destinou para o funcionamento dos cursos do Parfor a Escola Municipal de Ensino Fundamental Raymundo Chaves, localizada no bairro da Cidade Nova, onde a instituição funcionou até o dia 30 de junho de 2013, quando suas turmas foram transferidas para a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Irmã Firmina, localizada na Avenida Nelson Souza, bairro Perpétuo Socorro. Apesar da doação do prédio para a Universidade, as turmas funcionavam em escolas da rede municipal porque não havia espaço suficiente para alojá-las. Em março de 2014, os servidores passaram a desenvolver suas atividades profissionais no prédio próprio, mas somente a partir de 2015, as turmas passaram a ser ofertadas neste espaço.

O campus Óbidos comunga do mesmo ideal introjetado pela Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, a vocação para desenvolver uma política de formação de profissionais de alto nível e a realização de pesquisas e ações extensionista que contribuam para a integração da Amazônia Brasileira, com investimento nas áreas estratégicas para um desenvolvimento sustentável, o que implica em especial atenção às áreas de gestão ambiental e do desenvolvimento humano.

Afinal, como se sabe as estruturas organizacionais refletem os processos decisórios, hierárquicos e funcionais de suas instituições. Ao se fazer constar em uma estrutura (institucionalizada), uma determinada unidade se insere em sua especificidade se tornando uma entidade reconhecida, passando a estabelecer suas relações com as demais unidades ou setores da organização institucional.

Nesta perspectiva, institucionalizar os campi fora de sede além de representar um desafio institucional, significou também criar uma entidade nova e estabelecer as suas relações com os demais órgãos na Ufopa, considerando o Estatuto e o Regimento Geral da instituição, todas as suas resoluções e demais normas, e, em conformidade com a missão e a visão institucional, para adicionar missão e visão próprias, no exercício da autonomia relativa que lhe cabe enquanto unidade regional formadora.

2.5. Missão Institucional

A Ufopa tem como missão: Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, a inovação e o desenvolvimento na Amazônia (Ufopa/PDI 2024-2031).

2.6. Visão Institucional

A Visão de Futuro da Ufopa para esse ciclo de planejamento é: ser reconhecida pela excelência na produção dialógica dos saberes científicos, tecnológicos, interdisciplinares e interculturais, apoiando o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a redução das desigualdades por meio da formação para a cidadania na Amazônia (UFOPA/PDI 2024-2031).

2.7. Valores institucionais

A Instituição pretende cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro sob a luz dos seguintes valores:

DEMOCRACIA; EQUIDADE; DIÁLOGO; INTEGRAÇÃO. Esses valores referem-se à forma como a Ufopa se relaciona com a sociedade e com os diferentes atores e saberes que compõem a Amazônia.

SUSTENTABILIDADE; ÉTICA; TRANSPARÊNCIA; AUTONOMIA: Esses valores estão relacionados aos princípios que norteiam as ações da Ufopa e aos compromissos que ela assume com o meio ambiente, com a sociedade e com a gestão pública.

INOVAÇÃO; INTERDISCIPLINARIDADE; INTERCULTURALIDADE: Esses valores estão relacionados às características que fazem da Ufopa uma instituição de ensino, pesquisa e extensão que produz conhecimentos inovadores, os quais dialogam com diferentes áreas do saber e respeitam a diversidade cultural da Amazônia. (UFOPA/PDI 2024-2031).

2.8. Princípios filosóficos

Em consonância com a Missão, a Visão e os Valores institucionais, o PPI da Ufopa orienta-se pelos seguintes princípios:

a) Responsabilidade social e pública: a Ufopa deve empreender esforços para desenvolver processos inclusivos que favoreçam o acesso de pessoas e grupos historicamente marginalizados; pautar suas ações no respeito aos valores humanos e na preservação ambiental e a segurança no trabalho para as atividades acadêmicas; e defender a garantia da universidade pública, gratuita e de excelência.

b) Pertinência da formação para o desenvolvimento humano sustentável: a Ufopa deve contribuir, por meio dos seus cursos e percursos formativos, para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento integral da sociedade, buscando atender às necessidades da população e dos setores públicos e privados. Para tal, deve fazê-lo em consonância com os processos de construção do conhecimento e em ação dialógica com a sociedade, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

c) Justiça e equidade: os processos praticados na Ufopa deverão ter como finalidade a construção de uma sociedade solidária, promovendo o acesso à educação de grupos desfavorecidos pelas condições históricas, socioeconômicas e geográficas.

d) Relevância científica, artística e sociocultural: a Ufopa deve sustentar a perspectiva de integração para valorização das manifestações científicas, artísticas e culturais, resguardando a pluralidade e a universalidade do conhecimento. Deverá inovar continuamente, exercitando a reflexão em face dos desafios e das transformações da sociedade e da ciência. (UFOPA/PDI 2024-2031).

PARTE II INFORMAÇÕES DO CURSO

3. DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Bacharelado em Direito
Modalidade	Presencial
Endereço	Avenida Nelson Souza, S/N, Bairro Perpétuo Socorro
Número de vagas autorizadas	40 vagas
Turno de funcionamento	Noturno
Carga horária total do curso	4.275 h
Tempo de integralização	Tempo mínimo: 10 semestres (5 anos) Tempo máximo: 15 semestres (7,5 anos)
Prazo final de vigência da(s) estrutura(s) anterior(es)	
Último ato regulatório do curso	

4. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Direito surge na humanidade concomitante à existência do ser humano na terra e sua fixação ao solo. Posteriormente, com a agregação de vários grupos, surge o fenômeno da civilização e com este a conflituosidade inerente às relações sociais. Deste processo, segundo Costa (2007) nasce um conjunto de direitos. Para o autor, esse momento histórico evidenciou a gênese do Direito em sociedade.

Para Hommerding (2021) a história do Direito se constrói em cima e a partir de relações empíricas conflituosas; portanto, de conflitos sociais e relações de poder, de interpretações, realizadas por homens de carne e osso, de situações concretas que reclamavam normatização, solução, pacificação. Assim, o Direito é entendido como um ramo das ciências sociais que estuda as normas obrigatórias que controlam as relações dos indivíduos em uma sociedade.

No que concerne ao ensinamento jurídico, é na Universidade de Bolonha, cuja criação remonta ao século V com Teodorico II, que se iniciará, no século XII, o ensino do direito. No Brasil, segundo Segurado (1973), o marco inicial do Direito foi o Tratado de Tordesilhas. Contudo, o Direito só seria de fato implantado em nosso país em 1548, com a edição do Regimento destinado a delimitar as ações e competências do

Governo Geral de Tomé de Sousa. Até 1827 aqueles que desejassem se tornar bacharéis em Direito precisavam viajar para Europa, preferencialmente, para Portugal na universidade de Coimbra. Contudo, é no ano de 1827 que se tem de forma formal o início do ensino jurídico no país por meio da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os dois primeiros cursos de ciências jurídicas nas cidades de São Paulo e Olinda, pelo Imperador Dom Pedro I. Já no ano seguinte, em 1828, nasceriam os primeiros “cursos jurídicos”, pois até esta data não se usava a nomenclatura faculdade de direito. As primeiras faculdades chamaram-se Academias de Direito, onde o estudo do Direito é cultuado como sinônimo de Letras Jurídicas, informa Segurado (1973). Posteriormente, os novos cursos foram criados como “Faculdades Livres” entre 1891 e 1925. na década de 60 existiam no Brasil cerca de 60 cursos de Direito.

No Pará, o curso de Direito data do ano de 1902 com implementação na Universidade Federal do Pará UFPA. Não se trata somente de um marco histórico no Pará, mas em toda a região norte.

Na Ufopa, o curso de Direito advém do antigo campus Santarém da UFPA. O curso nasceu em 1994 como processo de interiorização da UFPA por meio do Centro de Ciências Jurídicas. Assim, o ensino jurídico era levado às cidades do interior. Hoje, o curso de Direito transformou-se em Programa de Direito do Instituto de Ciências da Sociedade ICS/Ufopa.

No campus Óbidos, o curso de Bacharelado em Direito, atende a Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (DCN). O curso possui proposta transdisciplinar caracterizada por uma práxis jurídica voltada ao entendimento crítico dos fenômenos históricos, econômicos, sociais, políticos e jurídicos em voga no contexto mundial, estando alinhado ao que se denomina como tempos pós-modernos. Desta forma, se quer uma formação que contemple o conhecimento teórico, profissional e prático como exigido pela DCN do curso.

A conjuntura atual tem impacto direto nas formas de produção e consumo, estabelecendo um novo padrão de organização social e trabalho, gerando demandas que carecem de parâmetros normativos que atendam a esse movimento contínuo de transformação das relações sociais. Nesse sentido, a proposta pedagógica apresentada, visa a formação de profissionais que tenham potencial para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para efetiva atuação

no mundo contemporâneo, atendendo ao previsto no Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual estabelece as finalidades da educação nacional, quais sejam: o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O mundo contemporâneo exige profissionais que estejam atentos às mudanças de paradigmas, em especial no que concerne às Ciências Jurídicas, tendo em vista alterações nas relações sociais, nas formas de convívio e de padrões de comportamento, o que por certo aponta para mudanças no ordenamento jurídico, sendo este o garantidor do próprio controle social.

Nessa perspectiva, o projeto pedagógico do curso prima por uma sólida formação acadêmico/jurídica, social e humana, propiciando condições para que o acadêmico/profissional possa entender e atuar em sociedade, sendo capaz de analisar os diversos contextos a partir de um ponto de vista ético, moral e social. Para tanto, as três dimensões basilares da formação universitária, ensino, pesquisa e extensão, estão priorizadas na formatação do curso, conforme pode ser observado na proposta curricular.

5. JUSTIFICATIVA E PERFIL DO CURSO

O Estado do Pará apresenta um contexto social divergente em todo o seu território, sendo visível as diferenças no que tange aos aspectos: social, cultural, político, educacional e econômico. Quando comparada a capital Belém com os municípios do interior, o descompasso é visível, especialmente, tratando-se das cidades do Baixo Amazonas. Uma dessas assimetrias diz respeito ao acesso ao ensino superior, especificamente, de universidades públicas. Óbidos, com seus 327 anos de existência em 2024, e seus 52.299 habitantes (Censo/2022), só teve oferta de ensino superior público na década de 1970 por meio da Unidade Avançada José Veríssimo implantada na cidade por meio da Universidade Federal Fluminense, que ofertou cursos de licenciatura. Na década de 90 Óbidos teve um Núcleo do campus Santarém da UFPA ofertando licenciaturas. No início dos anos 2010, agora como campus da Ufopa, houve oferta de licenciaturas pelo programa Parfor. Observa-se que a oferta de graduação pública na cidade foi pontual e sempre pelas licenciaturas. Esse perfil histórico tem motivado a população a buscar cursos distintos que atendam

não somente interesses pessoais como as demandas da sociedade. Entre os cursos solicitados e vistos como de inserção regional está o curso de Direito.

A presença de um curso de Direito na cidade de Óbidos, Pará, portanto, pode ser justificada por várias razões, que vão desde a necessidade de formação local até o impacto socioeconômico e cultural que um curso dessa natureza pode trazer para a região. Somado a isso, a cidade de Óbidos abriga a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil que representa os municípios de Oriximiná, Terra Santa, Fátima e Juruti. Exercendo um papel essencial no fortalecimento da advocacia na região.

A oferta do curso de Direito em Óbidos possibilitará a formação de profissionais qualificados para atuar na própria região, suprimindo a demanda por advogados, promotores, juízes e outros operadores do Direito. Esses profissionais, ao conhecerem as particularidades da região, estão mais aptos a lidar com questões específicas do contexto local, como conflitos fundiários, questões ambientais e direitos das comunidades tradicionais. Assim também, podem integrar as secretarias municipais e estaduais como procuradores jurídicos a auxiliar nas demandas que chegam a esses órgãos, possibilitando tomada de decisões justas e de conformidade com a legislação.

Além disso, contribuirá na conscientização jurídica da população, fortalecendo a cidadania e o acesso à justiça. A presença de estudantes e profissionais do Direito na região pode facilitar a oferta de serviços jurídicos gratuitos ou a preços acessíveis, por meio de clínicas jurídicas ou núcleos de prática jurídica, beneficiando hipossuficientes e comunidades carentes. E, contribuindo com a entrega dos serviços jurisdicionais promove a celeridade e eficácia na obtenção dos direitos ou resgate de direitos violados.

A região de Óbidos possui uma rica diversidade cultural e social, incluindo comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Um curso de Direito pode contribuir para a formação de profissionais sensíveis a essas realidades, capazes de atuar na defesa dos direitos dessas populações. Além disso, o estudo do Direito na região pode fomentar pesquisas e debates sobre temas relevantes para a Amazônia, como a legislação ambiental e os direitos das populações tradicionais.

O curso poderá propiciar a integração regional, atraindo estudantes e profissionais de municípios vizinhos e fortalecendo a rede de cooperação acadêmica

e jurídica na região. Essa integração pode facilitar a troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para o desenvolvimento de soluções conjuntas para os desafios locais.

A região oeste do Pará possui uma dinâmica econômica e social que demanda profissionais qualificados na área jurídica, especialmente em setores como agronegócio, mineração, meio ambiente e direitos humanos. A formação local de bacharéis em Direito poderá suprir essa demanda, reduzindo a dependência de profissionais formados em outras regiões.

Por fim, o perfil do curso de Direito do campus Óbidos atenderá o que rege o artigo 3º da Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2018 (Diretriz Curricular Nacional do curso DCN), que orienta para uma sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

5.1. Número de vagas

O curso de Bacharelado em Direito do campus Regional Óbidos ofertará 40 (quarenta) vagas anuais, na modalidade presencial, com previsão da primeira oferta no turno da noite. O quantitativo de vagas foi definido levando-se em consideração pesquisas junto à comunidade externa referente a oferta de novos cursos. Entre os cursos demandados, o Direito foi o mais solicitado. Tais pesquisas foram realizadas nos anos de 2016 (com audiência pública), 2017, 2018, 2019 e 2023. Está última com audiência pública na câmara de vereadores de Óbidos. Quanto a escolha do turno de oferta do curso atende o Regimento de Graduação da Ufopa, Resolução nº 331/2020, Capítulo II, art. 134, onde afirma que a Ufopa deverá ofertar pelo menos 1/3 (um terço) das vagas de seus cursos de graduação no período noturno e, conforme o art. 136, as aulas são presenciais semanais, ministradas em dias úteis, de segunda-feira a sábado.

Outro fator para justificativa das vagas é que o percentual da população obidense com ensino superior completo é baixo (5,75%). E entre os que possuem esse nível de formação a licenciatura é a maior área de portadores de diploma universitário (791). Já os cursos da área das ciências sociais esse percentual é bem menor (61) conforme dados do IBGE 2022.

O número de vagas baseia-se também na capacidade de infraestrutura do campus e no corpo técnico e docente. Conforme projeção do PDI 2024 -2031 da Ufopa, ao curso de Direito será destinado 08 (oito) códigos de vagas para docentes efetivos.

Outro fator para justificativa das vagas é que o percentual da população obidense com ensino superior completo é baixo (5,75%). E entre os que possuem esse nível de formação a licenciatura é a maior área de portadores de diploma universitário (791). Já os cursos da área das ciências sociais esse percentual é bem menor (61) conforme dados do IBGE 2022.

O número de vagas baseia-se também na capacidade de infraestrutura do campus e no corpo técnico e docente. Conforme projeção do PDI 2024 -2031 da Ufopa, ao curso de Direito será destinado 08 (oito) códigos de vagas para docentes efetivos.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1. Objetivo Geral

Propiciar sólida formação acadêmica, jurídica, humana e ética, visando o pleno desenvolvimento local e global, a fim de que os fenômenos jurídicos e sociais sejam utilizados como instrumentos de transformação da cidadania e da qualificação para o trabalho.

6.2. Objetivos Específicos

- ✓ Formar bacharéis pra atuar de maneira multidisciplinar, para trabalhar em equipe e integrar conhecimentos de outras áreas, como sociologia, antropologia, economia e ecologia, essenciais para atuar nas complexa-

realidade amazônica, mediando e conciliando conflitos de forma pacífica, especialmente em um contexto marcado por disputas territoriais e sociais.

- ✓ Promover o desenvolvimento do raciocínio crítico e científico, bem como o entendimento da responsabilidade social da ciência jurídica;
- ✓ Incentivar a pesquisa científica no campo jurídico e áreas correlatas;
- ✓ Viabilizar divulgação sistemática do conhecimento científico produzido na área das ciências jurídicas;
- ✓ Desenvolver projetos de pesquisa e extensão que atendam às necessidades local e nacional;
- ✓ Oportunizar intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;
- ✓ Fornecer elementos que possam subsidiar a construção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos fundamentais aos diversos grupos sociais presentes na sociedade brasileira;
- ✓ Garantir condições para conhecimento e respeito aos direitos humanos.
- ✓ Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- ✓ Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- ✓ Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- ✓ Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

7. PRINCIPAIS FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

As formas de ingresso ao curso de bacharelado em Direito do campus Óbidos dar-se-á em conformidade com o que rege o Título IX, do Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução nº 331/2020), nas suas formas regulares e especiais. No Artigo 189, são apresentadas as formas regulares de ingresso:

I. Processo Seletivo Regular (PSR), por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);

II. Processo Seletivo Especial, voltados à população indígena (Processo Seletivo Especial Indígena - PSEI) e quilombola (Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ), regidos por Editais específicos. Tais processos são regulamentados pela RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 369, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021, que normatiza desde o número de vagas ofertadas, público-alvo atendido e processo de seleção

III. Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin), que possibilita a mudança do curso em que o discente está matriculado para qualquer outro curso oferecido pela Ufopa, mediante disponibilidade de vaga e processo seletivo por meio de edital específico, assim como em obediência aos requisitos pontuados no Regimento de Graduação;

IV. Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex), que ocorre no caso de não preenchimento das vagas nas Subunidades Acadêmicas por Mobin. Nesse caso, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação poderá oferecer processo seletivo de Mobex para preenchimento das vagas remanescentes e os critérios de seleção são definidos em edital específico;

V. Outras formas de ingresso, desde que aprovadas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), devidamente regulamentadas em edital específico, com exceção da transferência *ex officio*. Esta destina-se a servidor público federal ou militar das Forças Armadas e a seus dependentes, desde que atendidos os critérios postos no Regimento de Graduação da Ufopa; É importante destacar que a partir da Resolução Consepe nº434, de 29 de novembro de 2024, a Ufopa passou a adotar o “Argumento de Inclusão Regional” à candidatos que concluíram integralmente o ensino médio na região de abrangência da Ufopa, com

acrécimo de 20% (vinte por cento), na nota do candidato nos processos seletivos regulares e especiais realizados pela instituição.

8. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A Resolução CNE/CES de 2018, pontua no seu art. 3º, que o curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Considerando os princípios voltados às habilidades do discente e do egresso do curso de Direito do campus Óbidos, bem como dos objetivos acima propostos, pretende-se formar um profissional de Direito que demonstre as seguintes características:

1. Ter capacidade para promover o desenvolvimento do raciocínio crítico e científico, bem como o entendimento da responsabilidade social da ciência jurídica;
2. Desenvolver a pesquisa científica no campo jurídico e áreas correlatas;
3. Capacidade de viabilizar divulgação sistemática do conhecimento científico produzido na área das ciências jurídicas;
4. Capacidade de desenvolver projetos de pesquisa e extensão que atendam às necessidades local e nacional;
5. Realizar intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;
6. Conhecer e compreender elementos que possam subsidiar a construção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos fundamentais aos diversos grupos sociais presentes na sociedade brasileira;
7. Senso crítico e ético profissional para conhecimento e respeito aos direitos humanos.

8. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
9. Expressar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
10. Ter capacidade para comunicar-se com precisão;
11. Capacidade de dominar instrumentos da metodologia jurídica, aplicabilidade de conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.

Conforme já apresentado, o curso de Direito ofertado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), campus Regional Óbidos - Cobi, tem como sustentáculo, amparado no art. 3º: sólida formação acadêmico/jurídica, social e humana, permeado por um aguçado sentido ético e moral. Delineia-se em atender às necessidades globais e específicas da região, considerando suas particularidades geográficas, sociais, culturais e econômicas.

A Amazônia, em especial o oeste do Pará, possui desafios únicos, como questões ambientais, conflitos fundiários, direitos das populações tradicionais (indígenas, extrativistas, gênero, ribeirinhas e quilombolas), além de uma dinâmica econômica ligada ao agronegócio e a mineração e outras atividades jurídicas. Portanto, o egresso deve ser um profissional capacitado não apenas tecnicamente, mas também sensível ao contexto regional. Nesse sentido busca-se uma formação alinhada aos princípios e valores da instituição capaz de promover as seguintes competências e habilidades profissionais expressas no PDI/Ufopa (2024-2031):

- I. Capacidade para atuar como um agente de mudança e de inovação, com cooperação com os demais profissionais com vistas a fomentar projetos que visem ao desenvolvimento regional.
- II. Capacidade para estabelecer relações solidárias, cooperativas e coletivas.
- III. Capacidade para produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias, definindo e solucionando problemas através da tomada de decisão.

IV. Capacidade para compreender as necessidades dos grupos sociais e comunitários com relação a problemas socioeconômicos, culturais, políticos e organizativos e referentes à condição de pessoa com deficiência, de forma a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de se preocupar em preservar o meio ambiente, especialmente o amazônico.

V. Busca constante pelo desenvolvimento profissional que lhes possibilite exercer a prática de formação continuada e empreender inovações na sua área de atuação.

VI. Compromisso com a identidade regional, em uma visão integrativa de toda expressão cultural, econômica, ecológica e inclusiva em contexto regional e nacional.

VII. Capacidade para articular conhecimentos teóricos construídos ao longo da formação, vinculando-os à experiência profissional.

VIII. Autonomia intelectual para desenvolver visão histórico-social necessária ao exercício de sua profissão, fornecendo criticidade, criatividade e ética, para que possam compreender, intervir e transformar a sua realidade local e regional.

8.1. Competências e habilidades

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito, o campus Óbidos propõe-se a desenvolver, em seus futuros bacharéis, uma formação profissional capaz de desenvolver competências cognitivas, instrumentais e interpessoais para que o graduando seja capaz de:

I. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III. Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de

compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI. Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII. Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII. Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X. Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI. Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII. Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII. Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV. Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Nesse sentido, o egresso estará preparado para desenvolver a advocacia em sua plenitude, podendo atuar nos diversos ramos da carreira jurídica, bem como na vida acadêmica, desenvolvendo pesquisa, extensão e propondo políticas públicas para os mais variados setores da sociedade, estando amparado por uma formação transdisciplinar peculiar ao curso de Direito.

Atuação em conflitos fundiários e ambientais, lidando com questões relacionadas à regularização de terras, disputas por recursos naturais e proteção do meio ambiente, temas centrais na Amazônia. Defesa dos Direitos Humanos, em defesa dos direitos das populações vulneráveis, incluindo o combate ao trabalho escravo, violência contra mulheres e crianças, e outras violações comuns na região.

Compromisso com a Sustentabilidade e o Meio Ambiente, entendendo a importância da preservação da Amazônia e da legislação ambiental brasileira, com capacidade de atuar em casos relacionados ao desmatamento, exploração ilegal de recursos e impactos de grandes empreendimentos. Atuação em Políticas Públicas, contribuindo para a elaboração e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável na região.

O profissional formado terá perspicácia para analisar e compreender os movimentos sociais e mudanças que impactam direta ou indiretamente o ordenamento jurídico, configurando-se como um contínuo e ávido estudioso do fenômeno jurídico/social. Alcançará o domínio seguro de teorias e práticas amalgamadas em um movimento dialético, constituindo o que se pode denominar de práxis jurídica.

Pesquisa e extensão serão o mote da formação do egresso do curso de Bacharelado em Direito ofertado pelo Cobi na medida em que se caracterizam como basilares à construção de práticas jurídicas coerentes com as necessidades sociais cambiantes, constantemente alteradas pelas mudanças no modelo produtivo e de consumo, impulsionadas pelos avanços tecnológicos e transformações na ordem econômica. Com essa lógica, entende-se que o profissional do Direito terá plena convicção de sua responsabilidade social, ética e moral, estando apto a desenvolver suas atividades em correlação com várias áreas do conhecimento, homenageando a transversalidade inerente ao curso. Dessa forma, será capaz de compreender, respeitar e defender a diversidade social, demonstrando empatia e engajamento na defesa dos preceitos consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil/1988.

9. METODOLOGIA DO CURSO

A metodologia do Curso de Direito do Campus Óbidos estrutura-se de acordo com a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Direito e com o Projeto de Desenvolvimento Institucional da universidade (PDI/2024-2031), adotando uma abordagem pedagógica voltada para a metodologia ativa, estimulando a

participação efetiva dos discentes por meio de debates, seminários e estudos de casos, promovendo a reflexão crítica e o desenvolvimento de habilidades práticas essenciais para a atuação no campo jurídico.

As DCNs do curso enfatizam a importância da prática da interdisciplinaridade, de uma formação ampla e integrada. Assim, o curso deve incluir disciplinas que dialoguem entre si e com outras áreas do conhecimento, para proporcionar uma compreensão mais abrangente do Direito, além de prática jurídica, metodologia fundamental, podendo realizar projetos supervisionados, clínicas jurídicas, e simulações de audiências. Isso ajuda os acadêmicos a aplicarem a teoria na prática e a desenvolverem habilidades essenciais, como argumentação e negociação. Além disso, conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras serão trabalhados de maneira transversal seguindo o que preceitua as DCN's do curso.

Pesquisa e extensão são elementos basilares do PDI da Ufopa. O incentivo à pesquisa e à extensão é imperativo para o êxito do processo formativo acadêmico. Os acadêmicos devem ser encorajados a participar de projetos de pesquisa e de ações de extensão que abordem questões sociais e jurídicas, contribuindo para a formação de um profissional comprometido com a realidade social. O curso deve promover uma abordagem inclusiva, respeitando a diversidade cultural e social da região amazônica, integrando questões locais e promovendo a luta por justiça social. Esses elementos refletem a necessidade de uma formação que não apenas atenda às exigências legais, mas que também prepare os acadêmicos para os desafios contemporâneos da profissão, alinhando-se às diretrizes do PDI da Ufopa e às DCN's do curso de Direito.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de Bacharelado em Direito do campus Óbidos, atende a Resolução N° 2/2021, que altera o artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em

Direito. A nova Resolução assevera que “o curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no PPC, conteúdos e atividades que atendam às seguintes perspectivas formativas”: Formação Geral; Formação Técnico-Jurídica e; Formação Prático Profissional.

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

Ainda de acordo com o referido artigo, especialmente em seu § 3º, as IES, tendo em vista a diversificação curricular, poderão introduzir no PPC conteúdos e componentes curriculares visando desenvolver conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como definir ênfases em determinado(s) campo(s) do Direito e articular novas competências e saberes necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito, tais como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário.

A partir das perspectivas formativas o que se idealiza é uma formação humanista consistente, aliada a uma formação profissional e científica também consistente para que o graduando desenvolva plenamente sua capacidade de interpretação dos fenômenos jurídicos e socioinstitucionais que se lhe apresentarão de maneira concreta na convivência social e institucional. O Direito é voltado basicamente para solução de conflitos e, nesse sentido, o futuro bacharel tem que estar preparado para atuar profissionalmente. Dentro dessa perspectiva, enfatiza a Resolução, é preciso desenvolver o espírito crítico do futuro bacharel, estimulando ainda uma auto formação baseada na liberdade e na construção de uma autonomia decisória.

Nesse ponto, conforme o art. 4º da Resolução nº 5/2018, afirma que o curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando, com destaque a: demonstrar capacidade de comunicação precisa (inc. III), dominar as metodologias jurídicas (inc. IV), desenvolver a cultura do diálogo e o uso dos métodos consensuais de solução de conflitos (inc. VI), aceitar a diversidade e o pluralismo (inc. X); compreender o impacto das novas tecnologias (inc. XI), possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito (inc. XII); ser capaz de trabalhar em grupo (inc. XIII) e aprender e desenvolver a ética e os direitos humanos (inc. XIV).

O Curso de Bacharelado em Direito do Cobi, fundamentado nas diretrizes curriculares estabelecidas pela Resolução CNE/CES N° 5/2018 propõe novas disciplinas e, em especial, a oportunidade de atualização dos métodos de ensino e aprendizagem da ciência jurídica.

A organização curricular tem por propósito oferecer aos graduandos conteúdos de diferentes áreas do Direito e de áreas afins, que permitam uma sólida formação teórico-dogmática, numa perspectiva humanística, crítica e transdisciplinar. No momento inicial, busca-se construir os alicerces sobre os quais se assenta todo o curso de Direito localizando o acadêmico no tempo e espaço.

É importante ressaltar, que são necessárias na atualidade mais escolas de justiça do que de Direito. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do curso está comprometido com os interesses e direitos do cidadão, de modo que a distribuição da Justiça alcance os excluídos, que são a própria periferia, principalmente em se

tratando de um curso de Universidade Pública periférica. Assim, busca-se o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão no eixo temático Direitos Humanos e Meio Ambiente.

Para implementar essa proposta é necessário visualizar o percurso curricular que o acadêmico do curso de Bacharelado em Direito deverá trilhar ao longo de, no mínimo, 05 (cinco) anos de estudos na universidade. Para tanto, propõe-se a adoção dos eixos interligados de formação previstos no art. 5º da Resolução CNE/CES Nº 5/2018 que se relacionam entre si, por meio de um conjunto de conteúdos que conformam os vários componentes curriculares concatenados que compreendem a formação jurídica por meio do estudo e do conhecimento do Direito. Os conteúdos que compõem os diversos eixos serão distribuídos ao longo do curso, agrupados em blocos, por semestres. Partindo desse pressuposto, a estrutura curricular é composta por componentes curriculares classificados em obrigatórios, optativos, complementares.

Os componentes curriculares obrigatórios estão divididos ao longo das três perspectivas formativas e as disciplinas optativas serão ofertadas do 1º ao 10º semestre. No que respeita as Atividades Integradoras de Extensão, estas ocorrerão a partir do segundo semestres até o 5º semestre. As atividades complementares por serem atividades acadêmicas que o discente desempenha motivado por seu interesse individual, estas ocorrerão do início ao término do curso, de acordo com o período destinado à integralização da carga horária total do curso para fins de outorga de grau.

A estrutura curricular dos componentes optativos baseia-se em quatro eixos temáticos orientadores da formação profissional do acadêmico, a saber:

Eixo I Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: voltado para o desenvolvimento urbano sustentável, relaciona-se também às características locais abordadas na caracterização sócio político-econômica da região. Um dos grandes desafios é promover o desenvolvimento sustentável sem degradar um ambiente cujo patrimônio histórico e potencial turístico ainda podem ser muito explorados. E outro desafio é o de realizar a ocupação urbana, de modo a não excluir os de menor poder econômico, colocando os bens e serviços públicos à sua disposição.

Nesse sentido, a noção de sustentabilidade no processo de crescimento das cidades é fundamental. Há necessidade urgente de profissionais de todas as áreas, e

também do Direito, que possam colaborar na reorganização do sistema de gestão urbana e no planejamento e implementação de políticas públicas urbanas, transformando o quadro de deterioração física, social e econômica e de degradação ambiental que afetam o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, em especial da Região Amazônica.

Ainda que as metas só serão atingidas a médio prazo, é fundamental que municípios, estados e a União atuem em parceria com a sociedade para garantir mudanças imediatas nas suas políticas urbanas, capazes de gerar resultados a curto prazo. É importante lembrar que o governo federal traçou quatro estratégias de sustentabilidade urbana, identificadas como prioritárias para o desenvolvimento das cidades sustentáveis. A primeira é o aperfeiçoamento da regulamentação do uso e ocupação do solo e a promoção do ordenamento territorial para melhorar as condições de vida das pessoas, com eficiência e qualidade ambiental. As outras estratégias são o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, a promoção de mudanças nos padrões de produção e consumo, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis e o incentivo à aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais.

Eixo II Direito das Relações Econômicas e Integração Regional: traz questões ligadas à globalização e ao comércio internacional para a problematização do perfil do curso. Dessa forma, o curso de Direito reconhece a necessidade de formar profissionais habilitados para a atuação neste campo, com a compreensão do cenário internacional e sua globalização, preparados para assimilar e criticar as decorrentes repercussões nos ordenamentos jurídicos nacionais.

Eixo III Direito e Administração Pública; voltado a habilitar profissionais para atuação nas diversas instâncias da administração pública, nas assessorias jurídicas das agências estatais, no foro judicial e no foro extrajudicial, não se ignorando que o aluno é atraído para os cursos de Direito em função da possibilidade de prestar um concurso público. Tal perspectiva de formação está baseada em conteúdos fundamentais e profissionalizantes que sejam interdisciplinares e críticos.

Eixo IV Direitos Humanos, Cidadania e Interdisciplinaridade: o quarto eixo orientador de formação proposto envolve a temática dos direitos humanos, cidadania e interdisciplinaridade, que representa em realidade um traço característico. Neste

sentido, é imperativa a necessidade de implantação de eixo formativo especificamente voltado para o aprofundamento dos estudos em temas relacionados aos direitos humanos, a função social do direito e a sua correlação com outras áreas das ciências humanas e sociais.

10.1.1 Semana Padrão de Atividades do Curso

A semana padrão de atividades do curso de Direito Cobi está representada no Anexo VI. Trata-se de representação da oferta do curso sujeita a alterações conforme disponibilidade docente para ministração dos componentes.

10.2. Conteúdos Curriculares

No curso de Direito do campus Óbidos, os conteúdos curriculares foram definidos de modo a promover o perfil profissional do egresso. Por meio da seleção de componentes que permeiam desde a formação embasada nos aspectos regionais de atuação de um bacharel/advogado no contexto amazônico a uma prática do exercício da profissão no contexto nacional derivada da atualização dos conteúdos eleitos pelo curso. Toda a grade curricular pauta-se no que tange as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso (Resolução N°5/2018) para a oferta de componentes que promovam uma formação sólida alinhada as novas demandas do Direito. O curso prima por uma formação universitária interdisciplinar seja na oferta de componentes optativos de temas transversais por meio de eixos temáticos que englobam disciplinas como Libras, relações étnico-raciais, gênero, meio ambiente e direitos humanos.

Além da oferta de componentes optativos que tratam diretamente dos temas transversais obrigatórios na educação superior, as diferentes temáticas educativas se dialogam entre os conteúdos dos componentes curriculares do curso e das ações seja de ensino, pesquisa ou extensão promovidas no âmbito do curso.

A fim de se alcançar o sucesso formativo do acadêmico que contemple não somente conteúdos práticos jurídicos, mas uma formação ampla pautada nas problemáticas atuais é que se definiu como carga horária de integralização curricular 4.275 h. E para se conseguir essa formação o acadêmico do curso de Direito Cobi estará inserido na prática jurídica primando pelo contato direto com o conhecimento

recente e inovador. Pois, se quer inseri-lo, por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas, no chão do Direito com enfoque na resolução de problemas no contexto amazônico.

10.3. Representação gráfica do perfil de formação

Os componentes listados abaixo, na representação da estrutura, estão descritos no **Ementário e Bibliografia**, constante no **Anexo I do PPC**.

ESTRUTURA CURRICULAR OBRIGATÓRIA DO CURSO			
SEMESTRES	NOME DO COMPONENTE	CH TOTAL	CH SEMESTRE TOTAL
1º	Introdução do Direito	60	345
	Comunicação e Redação	60	
	Ciência Política e Teoria do Estado	60	
	Direitos Humanos e Cidadania	60	
	Sociologia Jurídica	60	
	Optativa I	45	
2º	História do Direito	60	410
	Filosofia Geral e Jurídica	60	
	Psicologia Jurídica	60	
	Metodologia do Trabalho Científico	60	
	Teorias do Estado e da Constituição	60	
	Optativa II	60	
	Práticas Integradoras de Extensão I	50	
3º	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil)	60	395
	Antropologia Jurídica	60	
	Direito Penal I	60	
	Direito do Trabalho I	60	
	Políticas Públicas e Direitos Humanos	60	
	Optativa III	45	
	Práticas Integradoras de Extensão II	50	
4º	Direito Constitucional I	60	410
	Direito do Trabalho II	60	
	Direito Penal II	60	
	Direito Civil II	60	
	Teoria Geral do Processo e organização judiciária	60	
	Optativa IV	60	
	Práticas Integradoras de Extensão III	50	
5º	Direito Empresarial	60	395
	Direito Civil III (Responsabilidade Civil)	60	
	Direito Constitucional II	60	
	Direito Processual Penal	60	
	Direito Processual Civil I	60	

	Optativa V	45	
	Práticas Integradoras de Extensão IV	50	
6º	Direito Processual Civil II	60	390
	Direito das minorias	60	
	Direito Civil IV (Contratos em geral)	60	
	Direito Processual Penal II	60	
	Direito Constitucional III	60	
	Prática Jurídica I	90	
7º	Direito Processual do Trabalho	60	390
	Direito Ambiental	60	
	Direito Processual Civil III	60	
	Direito Administrativo I	60	
	Direito Civil V (Direitos Reais)	60	
	Prática Jurídica II	90	
8º	Direito Administrativo II	60	390
	Direito Tributário I	60	
	Direito Civil VI (Família e sucessões)	60	
	Direito Processual Civil IV	60	
	Direito Previdenciário	60	
	Prática Jurídica III	90	
9º	Direito Tributário II	60	390
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	
	Direito Internacional Público	60	
	Ética Geral e Profissional	60	
	Direito Financeiro	60	
	Prática Jurídica IV	90	
10º	Direito Internacional Privado	60	760
	Direito Econômico	60	
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	
	Optativa VI	60	

	Prática Jurídica V	90	
	Atividades de Extensão	230	
	Atividades Complementares	200	
	CH TOTAL DO CURSO		4.275
	Carga horária total de optativa		315
	Carga horária total de extensão (PIE + AE)		430

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS DO CURSO	
Eixo I Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	CH TOTAL: 225h
Políticas Públicas	45h
Direito imobiliário	45h
Registros públicos	45h
Técnicas para elaboração de petições	45h
Técnicas de mediação e de negociação	45h
Eixo II Direito das Relações Econômicas e Integração Regional	CH TOTAL: 840 h
Direito do Comércio Internacional	60h
Direito penal econômico	60h
Direito marítimo e portuário	60h
Direito do consumidor	60h
Direito processual fiscal e administrativo	60h
Direito da integração regional	60h
Direito da Propriedade Intelectual	60h
Direito da Previdência Social	60h
Mediação e Arbitragem	60h

Contratos civis especiais	60h
Contratos empresariais	60h
Direito da crise empresarial – falência, recuperação e regimes especiais	60h
Direito Premial e Compliance	60h
Procedimentos especiais cíveis codificados	60h
Eixo III Direito e Administração Pública	CH TOTAL: 180 h
Controle da Administração Públicas	45h
Direito regulatório	45h
Licitações e Contratos Administrativos	45h
Direito eleitoral	45h
Eixo IV Direitos Humanos, Cidadania e Interdisciplinaridade	CH TOTAL: 660 h
Direito da Criança e do Adolescente	60h
Direito do consumidor	60h
Direitos Difusos e Coletivos	60h
Direitos culturais	60h
Privacidade e proteção de dados pessoais	60h
Direito e movimentos sociais	60h
Direito, gênero	60h
Direito e relações étnicos raciais	60h
Direito e saúde	60h
Direito Liberalismo, Marxismo e Globalização	60h
Língua brasileira de sinais (Libras)	60h

10.4. Curricularização da extensão

A Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, esclarece no art. 2º, que as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Preceitua também no art. 3º, que a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa e, devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (Art. 4º).

A Ufopa, por seu turno, por meio da Resolução Consepe nº 401, de 07 de março de 2023, que regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação, no art. 3º, parágrafo 1º § 1º, assevera que serão consideradas ações de extensão somente as intervenções que envolvam direta e majoritariamente as comunidades externas a Ufopa e que estejam vinculadas a formação do estudante e que as ações de extensão na Ufopa deverão ser realizadas em consonância com as Diretrizes definidas na Política Nacional de Extensão Universitária e na Resolução CNE/CES nº 7/2018, de forma a atender à especificidade de cada curso.

Segundo o art. 8º, da Resolução Consepe/2023, nº 401, para fins de creditação, será considerada a participação ativa do estudante nas ações de extensão da seguinte forma:

I - Programas e Projetos de Extensão: como bolsista ou voluntário;

II - Cursos, Minicursos e Oficinas de Extensão: como facilitador, ministrante, mediador ou membro da comissão organizadora;

III - Eventos de Extensão: como facilitador, ministrante, mediador, palestrante, integrante de mesa redonda ou membro da comissão organizadora;

IV - Prestação de Serviços: como prestador do serviço ou membro da comissão organizadora.

A partir das Resoluções expostas, objetivando a articulação do Curso de Direito com as atividades de extensão curricularizadas (Componente curricular de extensão) o PPC prevê o cumprimento de 10% (ao todo serão 435 horas. Valor acima dos 10% previstos na legislação) da carga horária do curso como componente curricular, onde a contextualização da extensão universitária a ser desenvolvida por seus acadêmicos, e quais ações os acadêmicos podem inserir-se, bem como de que forma podem ser realizadas é regida por regulamento próprio.

Cabe registrar que o componente curricular deverá ser cumprido com a participação ativa do estudante em ações de extensão nas modalidades programa, projeto, curso, evento (desde que na condição de organizador) e prestação de serviços, voluntários ou mediante bolsa, nos projetos cadastrados e atividades com registro de extensão, principalmente daqueles registrados junto à Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

A realização das atividades de extensão que cumprem o componente curricular devem se dar mediante comprovação (certificados, declarações etc.) de organização, participação e execução de projetos de extensão em suas diferentes modalidades, priorizando na avaliação a atuação do discente como sujeito ativo, participativo e protagonista do processo, objetivando contribuir significativamente com a transformação da realidade, visando o bem-comum individual e coletivo.

10.5. Trabalho de Conclusão de Curso

O art. 111, do Regimento de Graduação da Ufopa, assegura que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atividade curricular obrigatória, componente do PPC, que sintetiza os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas durante o curso. Nessa ótica, a Resolução nº 25/2018, no art. 11, dita que o TC (Trabalho de Curso), é componente curricular obrigatório, elemento fundamental na formação prático-profissional do Direito.

O TCC a ser elaborado pelo discente do curso de Direito visa propiciar a oportunidade de demonstrar o grau de competências, habilidades e conhecimentos adquiridos durante seu percurso acadêmico, relacionados à capacidade de compreensão e interpretação crítica do Direito.

De acordo com as aprendizagens conquistadas e as inquietações apresentadas ao longo de sua formação no contexto dos conteúdos e atividades incluídas nas perspectivas formativas inerentes ao curso, o discente elege um problema de pesquisa em um dos campos do conhecimento do curso, com base em proposta do discente e com a concordância do seu orientador (Resolução 331/2020, art. 112). Ademais, o TCC deverá ser apresentado após o cumprimento pelo menos de 70% (setenta por cento) dos componentes curriculares. (Resolução 331/2020, art. 112, § 1º)

O TCC do curso de Direito possui uma carga horária de 120 horas e são requisitos para aprovação neste componente curricular, além da entrega do trabalho, a sua apresentação e defesa pública, conforme critérios estabelecidos no regulamento específico e entrega da versão final do trabalho devidamente revisada.

A entrega da versão definitiva do TCC deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas – Sibi (Resolução 331/2020, art. 113), da mesma forma que a versão final do TCC deverá ser entregue ao Colegiado da Unidade Acadêmica em mídia digital, a fim de compor o banco de TCC, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a defesa, quando couber (Resolução 331/2020, art. 114).

As bancas examinadoras dos trabalhos finais são indicadas pelo docente orientador com a anuência do Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, as quais

devem ser constituídas por docentes do curso, docentes de outros cursos ou mesmo de outras IES, desde que sejam especialistas na área.

A regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Direito Cobi está regimentada em Instrução Normativa própria constante no anexo V deste PPC.

10.6. Atividades Complementares

Conforme a DCN do curso de Direito, no seu Art. 8º, as atividades complementares são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso.

Por seu turno, o Regimento de Graduação nº 331/2020 da Ufopa. Art. 72, pontua que as atividades complementares são as atividades acadêmicas que o discente desempenha motivado por seu interesse individual e que o PPC ou o Colegiado do curso avaliem como contributivas para a formação, podendo ser incluídas no processo de integralização curricular.

Estas Atividades buscam o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, promovendo o relacionamento do discente com a ética, a realidade social, econômica, cultural e profissional, a interdisciplinaridade, interculturalidade e a iniciação ao ensino, à pesquisa e à extensão, de acordo com a DCN de cada curso vigente.

As atividades complementares poderão ser realizadas nas dependências do campus Óbidos ou em outras instituições públicas ou privadas, desde que atendam aos objetivos previstos neste PPC. As horas referentes às atividades complementares serão contabilizadas exclusivamente para cumprimento da carga horária curricular reservada a estas atividades, não se admitindo que venham a substituir disciplinas obrigatórias ou optativas do curso.

Segundo a Resolução 331/2020, art. 32 são entendidos e podem ser validados como atividades curriculares complementares:

I - atividade de iniciação à docência;

II - atividade de iniciação à pesquisa;

III - atividade de extensão;

IV - atividade não obrigatória de iniciação profissional, incluindo estágio não obrigatório e participação em empresa júnior;

V - produção técnica, científica ou artística;

VI - participação em evento ou seminário técnico, científico, cultural, artístico e/ou esportivo;

VII - representação estudantil em órgãos colegiados

Nesse sentido, As Atividades Complementares de graduação são um elemento de integralização curricular que compreende atividades úteis à formação do jurista, mas que não se confundem com ensino, pesquisa, extensão, estágio ou Trabalho de Conclusão de Curso. São exemplos: representação de sala, representação discente e movimento estudantil (integração de órgãos estudantis e participação em seus eventos); monitorias, atividades desportivas, baterias, frequência a cursos de idiomas, organização de festas, produção de jornais, participação como ouvinte (e não como apresentador ou ministrante) aulas públicas, seminários, congressos, palestras e afins; trabalho voluntário, participação em grupos de estudos ou simulações

As Atividades Complementares necessárias à integralização curricular devem levar em conta as realidades culturais, econômicas e sociais. Também podem ser caracterizados como Atividades Complementares os processos e produtos técnicos ou científicos que envolvam, por exemplo: a produção e/ou o desenvolvimento de materiais institucionais (folders, sites, bancos de dados, etc.); a publicação de artigos; a organização de eventos; a gestão e conservação de acervos (documentais, filmicos, museológicos, impressos, visuais, sonoros e demais.)

As Atividades Complementares do Curso de Direito obedecem a uma carga horária total de 200 horas, especificadas na Instrução Normativa nº 002/2025 Ufopa/Campus Óbidos, Anexo II do PPC.

Observação: Art. 13 O curso de graduação terá até 20% de sua carga horária destinada às atividades complementares e de prática jurídica (Resolução CNE/CES nº 5/2018).

11. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) desempenha um papel preponderante no percurso acadêmico do curso de Direito, promovendo possibilidades de aprendizagem significativa e a comunicação dialógica na relação pedagógica entre docentes e discentes, além de permitir a construção de conhecimento de forma mais dinâmica e interativa. As TICs, como a internet e softwares específicos, podem ser utilizadas em diversas áreas do Direito, desde a pesquisa e análise de jurisprudência até a elaboração de documentos jurídicos e a realização de simulados de audiências, enriquecendo o processo da autonomia do conhecimento.

É fértil o campo envolvendo o estudo das relações entre Direito e Tecnologia da Informação. É plausível dizer que todas as áreas de Direito são afetadas de uma forma ou de outra pelo fenômeno tecnológico. Dessa feita, de maneira geral é possível apontar, certas competências que os discentes precisam desenvolver no que diz respeito às novas tecnologias. Quais sejam: a geração de conteúdo; o tecno-social e a meta-prática. A primeira delas envolve a busca de informações úteis em dados desagregados bem como sua utilização adequada; a segunda envolve a capacidade das pessoas trabalharem com seus pares por meio de mídias eletrônicas (e-mails, fóruns de discussão, teleconferência, etc.) e, por fim, a última envolve a criação de sistemas de prática, ou seja, a automatização de tarefas em sistemas de apoio.

Os teóricos do Direito (Barreto e Limberg, 2011; Marques, 2004; Lewicki, 2014, quando analisam os reflexos das novas tecnologias, na formação acadêmica, apontam uma série de problemas. De modo geral em suas falas, é possível citar a despersonalização e desmaterialização das relações, bem como sua desumanização, posto que ensino jurídico não constitui território imune à desumanização diagnosticada na transmissão dos outros saberes, por isso, não se deve nunca perder de vista que um dos papéis da educação é justamente a humanização e que, seu ponto básico, é ver a pessoa como um ser no mundo com o mundo.

Nesse ponto, Edgar Morin (2000), chama atenção para a subordinação às I.A. (inteligências artificiais), arguindo que se pode sucumbir ao pensamento tecnocrático,

visto que as tecnologias, por si só, são incapazes de compreender o vivo e o humano aos quais se aplica. Assim sendo, toda e qualquer forma de uso das TICs no ensino, precisa e deve englobar o ato de ensinar a condição humana, posto que o discente é, sobretudo, um ser, não apenas intelectual, mas também físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. E, é nesse sentido que o curso de Direito campus Óbidos, lançará mão do uso das TICs no processo ensino-aprendizagem do discente na formação do profissional da área, onde os docentes podem utilizar os recursos digitais na educação, principalmente a internet, como apoio para a pesquisa, para a realização de atividades discentes, para a comunicação com os discentes e destes entre si, para integração entre grupos dentro e fora da turma, para a publicação de páginas web, blogs, vídeos, para a participação em redes sociais e entre muitas outras possibilidades (Moran, Masetto e Behrens, 2013).

12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo Regimento de Graduação (Resolução nº 331/2020), Título VII, entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo contínuo que compreende diagnóstico, acompanhamento e somatória da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelo discente, mediado pelo docente em situação de ensino, expressa em seu rendimento acadêmico e na assiduidade, sendo que a aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção de média final mínima de 6,0 (seis) exigida na avaliação da aprendizagem e, para os componentes curriculares presenciais, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) exigida na avaliação da assiduidade.

12.1. Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino- aprendizagem

A prática avaliativa na perspectiva de Libâneo (2013), não pode ser compreendida como um mero ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos. O professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle, e ainda hoje há professores que se vangloriam por deter o poder de aprovar ou reprovar. Neste sentido o curso de

Direito do Cobi, entende a avaliação como um processo inclusivo e não de exclusão, classificação e ou verificação da aprendizagem

A avaliação do ensino-aprendizagem objetiva analisar se as práticas pedagógicas cotidianas se processam de modo compatível com a vocação do curso e o perfil do egresso delineados nesse PPC. Os múltiplos mecanismos avaliativos estão em consonância com a busca de autonomia e com o incentivo ao desenvolvimento do espírito crítico do discente, sendo elaborados a partir do diálogo entre docentes e discentes.

A forma de avaliação empregada é resultado da reflexão conjunta a respeito de métodos alternativos de avaliação, que se adequem aos temas trabalhados e às especificidades da metodologia de ensino aplicada. Em suma, a avaliação na instituição deve: 1. ser orientada pela metodologia de ensino; 2. ampliar os métodos de avaliação a fim de que estes possibilitem o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas efetivas; 3. desenvolver habilidades dos discentes em lidar tanto com o conflito quanto com a solução de problemas; 4. ampliar o senso crítico do aluno por meio de avaliações que estimulem os âmbitos criativo, artístico, hermenêutico, entre outros.

A avaliação tem um papel intrínseco ao aperfeiçoamento das práticas educativas e dos métodos de ensino-aprendizagem adotados. Desse modo, ela lança luz aos problemas em torno da proposta pedagógica bem como traz subsídios para pensar o comprometimento de docentes e discentes durante o oferecimento da disciplina.

Assim, a avaliação estende-se a docentes e discentes, mediante critérios prévios, a fim de que se estimule um processo analítico que aperfeiçoe a qualidade do ensino e o comprometimento dos sujeitos envolvidos. A prática avaliativa é diversa de acordo com os fins que pretende alcançar. Nesse sentido, são consideradas não apenas a aplicação de provas discursivas e objetivas, mas também a existência de um sistema de avaliação constante no decorrer do curso. O processo formal de avaliação no curso de Direito estará em conformidade com o Regimento de Graduação da Ufopa, contidos no Título VII da avaliação da aprendizagem e da assiduidade, artigos 137 a 140, Resolução nº 331, de 28 de setembro de 2020.

13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

13.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico se desenvolverá com o objetivo de acompanhar o processo de implantação do currículo. As reuniões de Colegiado de Curso devem acontecer periodicamente e as discussões têm como foco a integração das atividades desenvolvidas nos componentes curriculares e o acompanhamento dos indicadores acadêmicos, em busca do alcance do perfil de formação desejado e do sucesso estudantil.

Estes processos reflexivos irão contribuir para uma melhor organização da proposta curricular, pois os procedimentos de avaliação, em seus diferentes âmbitos, visam às reais necessidades de formação, são úteis ao diagnóstico da aprendizagem e têm o propósito de identificar e analisar os erros apresentados, servindo para redirecionar o processo educativo.

A avaliação e o acompanhamento deste projeto pedagógico serão feitos pelo colegiado do curso de Direito, através de registros escritos e dados coletados ao final de cada semestre, buscando organizar tais dados e direcionar ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e, se necessário, ações para alcançar os objetivos do curso, como realizar pelo menos anualmente seminários ou reuniões de sistematização e reavaliação da proposta pedagógica.

1. Discussão do projeto mediante um conjunto de questionamentos ordenados que busquem encontrar suas deficiências e fragilidades.

2. Elaboração de roteiro para a avaliação das condições do ensino que integrará procedimentos de avaliação e supervisão, a serem fundamentados na Legislação da Educação Superior.

A avaliação em questão contemplará os seguintes tópicos:

- Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação; corpo docente: formação acadêmica e profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional.

- Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

- Avaliação do desempenho discente nas disciplinas, seguindo as normas em vigor.
- Avaliação do desempenho docente feito pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional.
- Avaliação do Curso pela sociedade através da ação-intervenção docente/discente expressa no art. 2º da Lei N° 10.861/2004 do SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:
 - Avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
 - O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
 - O respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

13.2. Gestão e avaliação do curso e os processos de avaliação interna e externa

Para o aperfeiçoamento do Curso de Direito da Ufopa Campus Regional Óbidos, deverá ocorrer ao final de cada semestre letivo, reunindo docentes, representantes dos acadêmicos e a coordenação do curso com a finalidade de trabalhar preventivamente como também tomar decisões sobre problemáticas vivenciadas ao longo do semestre. Dentre os tópicos, deverá ser discutido a frequência, rendimento, repetência e a evasão dos acadêmicos do Curso.

O ponto de partida será o diagnóstico obtido por intermédio dos relatórios emitidos pelos professores ao final das disciplinas ministradas, especialmente no que concerne aos aspectos pedagógicos e processo avaliativo e entraves evidenciados no decorrer do período letivo. Por outro lado, aos acadêmicos será disponibilizado um formulário para avaliação on-line no site da universidade.

O formulário utilizado será o formulado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufopa, cabendo à coordenação semestralmente organizar o processo avaliativo, e ao colegiado do curso a divulgação junto aos acadêmicos.

Os resultados serão tabulados, para que assim sejam elencados e apresentados de modo geral aos membros do Colegiado, os pontos a serem melhorados, bem como encaminhado à CPA.

Ao ser socializado, todos os membros do Colegiado passam a ter a incumbência de elaborar, conjuntamente, um planejamento estratégico, para apontar iniciativas que coíbam as problemáticas detectadas e assim se comprometam a acompanhar e atender os objetivos decididos em comum para o realinhamento do curso.

Será necessário que os representantes de cada turma elaborem com a participação e ciência de todos os acadêmicos de sua respectiva turma, um relatório avaliativo que denotem suas considerações e sugestões quanto às atividades acadêmicas, condições físicas, laboratoriais, da biblioteca e relação professor-aluno, para propor mudanças.

A avaliação em questão contemplará os seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
2. Corpo docente: formação acadêmica e profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional.
3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.
4. Avaliação do desempenho discente nas disciplinas, seguindo as normas em vigor.
5. Avaliação do desempenho docente feito pelos alunos e por disciplinas de acordo com o processo de avaliação institucional. O Projeto Pedagógico do Curso deve ser submetido a avaliações periódicas para que possa acompanhar o desenvolvimento do curso e da universidade.

14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

14.1. Políticas de Ensino de Graduação

De acordo com o PDI/Ufopa 2024-2031 (p.33), os cursos de graduação ofertados pela Ufopa são estruturados em conformidade com os referenciais da legislação, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/1996, pela Constituição Federal de 1988, assim como pelas legislações específicas complementares e correlatas. A formação de cada curso segue, também, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como os documentos institucionais, como o Regimento de Graduação e o Regimento Geral da Instituição.

Isto posto, o PPC do curso de graduação em Direito está alinhado ao Projeto Pedagógico Institucional, considerando elementos transversais a inovação, a interculturalidade e a interdisciplinaridade, além dos temas previstos em lei, quais sejam: políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais. Também, faz-se fundamental a integração do ensino de graduação indissociável com a extensão e a pesquisa, por meio de formação interdisciplinar em articulação com a pós-graduação e a educação básica.

Pelo exposto, visando atender as prerrogativas das políticas de graduação instituídas no PDI/2024-2031, o curso de Direito está estruturado de forma a organizar os seus conteúdos por meio de disciplinas, conteúdos interdisciplinares, seminários, debates, laboratórios, supervisão de monitoria, supervisão de palestras, workshops, cursos de curta duração, eventos de integração profissional, acadêmica e social, dentre outros.

Para tanto, prevê-se a diversificação de metodologias de ensino-aprendizagem, que não consistem apenas na realização de aulas expositivas, mas também nas discussões de textos e de casos práticos, na ampliação de monitorias e de práticas de simulação de atividades profissionais do Direito com as seguintes diretrizes:

a) o incentivo ao aluno da visão crítica do Direito, de modo que, de uma posição passiva, passe a uma posição ativa no aprendizado, com criação de verdadeiro raciocínio jurídico;

b) a permanente interação do corpo docente com o corpo discente, com efetiva participação do alunado na dinâmica de aula;

c) o estímulo à pesquisa na formação e no aperfeiçoamento da carreira docente, bem como a sua utilização constante no processo de criação e transmissão do conhecimento;

d) a conexão entre a teoria e a prática no ensino do Direito, pois não se pode ignorar o caráter fundamental da teoria na criação e transmissão da técnica jurídica.

e) a revisão das práticas pedagógicas tradicionais que valorizam o conflito e a incorporação de metodologias e procedimentos que capacitem para as soluções embasadas na mediação, considerando a moderna tendência para as soluções não jurisdicionais dos conflitos de interesses.

14.2. Política de Pesquisa

Assim como no campo do ensino, o Campus Regional Óbidos executa a sua política de pesquisa em sintonia com a política da Ufopa, gerida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit), cuja finalidade é fomentar e orientar a consolidação de uma cultura de pesquisa na Instituição que suporte à inserção de pesquisadores locais em redes de investigação científica nacional e internacional, tendo como foco principal o direito e a realidade regional apresentada e como perspectiva a produção de conhecimento para o desenvolvimento da vasta oferta de recursos naturais da Amazônia. Suas principais diretrizes são: produção de conhecimento e articulação com a sociedade, formando cidadãos em função das necessidades da sociedade, capazes de transformar a realidade social da região amazônica, contribuindo para o avanço científico e tecnológico, além de promover a valorização da diversidade cultural, relacionando direito e sociedade.

O Campus Regional Óbidos pretende consolidar a pesquisa interdisciplinar, fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos e intensificar as atividades de pesquisa de relevância social, ampliando o número de trabalhos, tanto dos discentes como dos docentes da Instituição, incentivando a participação e a organização de eventos de socialização para divulgação de andamentos e resultados de pesquisas, relacionando o direito e suas interfaces, bem como incentivar o planejamento e lançamento de editais internos voltados ao apoio da pesquisa, em especial à consolidação dos grupos de pesquisas.

Quanto à sua articulação com a sociedade, a pesquisa na Ufopa tem por finalidade fortalecer a interação com os Programas de incentivo à pesquisa geridos pela Proppit e outros meios legais, buscando incentivar e despertar o espírito de pesquisa dos futuros profissionais do curso de Direito.

Além disso, pretende elevar o número de publicações com relevância social, por meio da valorização e do estímulo à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas, apoiando a participação dos docentes e discentes em eventos científicos diversos e em suas publicações.

O Campus Regional Óbidos, também realiza o acompanhamento e dá visibilidade às pesquisas desenvolvidas na Instituição, valorizando a produção científica docente realizada a partir do local, na área do direito e suas multiformes de saberes.

É objetivo da política institucional de pesquisa, consolidar a Ufopa Campus Óbidos, no cenário da pesquisa local, regional e nacional na área do direito, alavancando e ampliando parcerias estratégicas, promovendo articulação permanente com empresas públicas e privadas, comunidades e movimentos sociais.

14.3. Política de Extensão

O Regimento Geral da Ufopa (Resolução Consun nº 314 /2025), no art. 163, manifesta que a extensão é um processo educativo, cultural, dialógico, científico e tecnológico articulado ao ensino e à pesquisa, de modo indissociável, que promove a relação transformadora entre a Universidade e outros setores sociais por meio de ações acadêmicas que visem tanto a qualificação prática e a formação cidadã do(a) discente quanto a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida.

A extensão é parte indispensável do pensar e do fazer universitário na produção de saberes científicos, tecnológicos, comunicacionais, culturais, artísticos, históricos, sociológicos e filosóficos, tem por objetivo interligar a universidade às demandas da sociedade. Na Ufopa, a extensão está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão – Procce, sendo entendida como: “a extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração das práxis [...]” (FORUMDIR, 2003, p.28).

Assim, na Ufopa a extensão universitária adquire um caráter educativo, cultural, científico e/ou tecnológico, que envolve ações e eventos que a articulam com a sociedade, por meio de atividades acadêmicas integradas ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, viabilizando uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. As suas atividades estão direcionadas para a valorização da diversidade cultural e ambiental, compromisso com os direitos humanos, respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, princípios éticos, promoção da inclusão social e/ou desenvolvimento sustentável e regional.

14.4. Política de Cultura

A política de cultura é um conjunto de ações, diretrizes e estratégias que os governos, instituições ou organizações adotam para promover, valorizar, preservar e divulgar a cultura de uma sociedade ou região, buscando garantir o acesso à cultura para todas as pessoas, incentivando a produção artística, protegendo o patrimônio cultural e fortalecendo a identidade cultural de um povo. As reflexões sobre cultura e arte, na perspectiva de Néstor García Canclini (1987), possuem os seus mais diversos vieses: da interculturalidade, da produção artística, do consumo cultural, das juventudes, dentre outros. Por sua relevância na discussão ora proposta, repetimos aqui a noção de políticas culturais elaborada pelo autor, então invocadas como:

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26)

É imprescindível que o desenvolvimento de uma determinada região seja desvinculado da necessidade cultural, o papel da cultura servirá de norte para o desenvolvimento, pois os atores das agrupações culturais de base territorial, movimentos indígenas, comunitários e populares, entre outros, muitas vezes invisibilizados pelo Estado e também pelas chamadas indústrias culturais.

Nesse sentido, as culturas populares da região, menos preocupados com as análises políticas e econômicas tradicionais e mais interessados na redefinição e ampliação do conceito de cultura, que deixa de designar única e exclusivamente as linguagens artísticas da elite, as chamadas “belas artes”, passam a ser visibilizadas e

a ter espaços garantidos no mercado de trabalho, no caso aqui, no mercado do trabalho jurídico.

Na Ufopa, a Política de Cultura foi instituída pela Resolução Consepe n. 404, de 26 de abril de 2023. São princípios da Política de Cultura da Ufopa (Art.3º):

- I - cultura como direito fundamental;
- II - diversidade cultural como elemento estruturante da sociedade;
- III - liberdade de expressão, de criação, de experimentação e de fruição artístico cultural;
- IV - respeito aos direitos humanos;
- V - respeito à natureza;
- VI educação para a responsabilidade e sustentabilidade socioambiental;
- VII - inclusão social com equidade;
- VIII - Universidade como um meio propício para a promoção dos bens culturais e de incentivo à diversidade das manifestações culturais;
- IX - valores culturais tradicionais amazônicos como vetor essencial na formação acadêmica;
- X - democratização na formulação das políticas culturais no contexto da Universidade e da sociedade;
- XI - articulação e estabelecimento de parcerias e convênios com órgãos governamentais e não governamentais para o desenvolvimento e fortalecimento da arte e da cultura;
- XII - cultura nas perspectivas simbólica, cidadã e econômica;
- XIII - cultura e arte como estratégias para o ensino, a pesquisa e a extensão, numa perspectiva transversal e interdisciplinar;
- XIV - direito à informação, à comunicação, à crítica cultural, à memória e às tradições;
- XV - participação social e da comunidade acadêmica na fiscalização e no acompanhamento das políticas culturais desta Instituição e suas ações na sociedade.

Na prática esta política se efetiva desde a participação de servidores do campus no Comitê de Cultura da instituição. E na realização de ações de cultura provenientes de editais de fomento como os Editais PROCCE - **PROJETO MOVIMENTOS CULTURAIS NA UFOPA: CULTURA, ESPORTE E LAZER NA UFOPA**

Assim, a política cultural da Ufopa Campus Regional Óbidos envolve ações e diretrizes que visam valorizar, preservar e divulgar a cultura local e regional. Ela busca promover o reconhecimento das manifestações culturais indígenas, tradicionais e contemporâneas da região, incentivando a pesquisa, a produção artística e a educação cultural. Além disso, apoiar eventos culturais, projetos comunitários e parcerias com artistas e grupos locais, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a comunidade amazônica, objetivando contribuir para o desenvolvimento cultural sustentável, preservando a identidade única da Amazônia enquanto promove a inclusão e o desenvolvimento social.

14.5. Política de Inovação

A política de inovação da Ufopa Campos Regional de Óbidos é voltada para promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação na região da Amazônia, buscando incentivar a criação de soluções inovadoras que atendam às necessidades locais, promovendo parcerias com empresas, comunidades e órgãos públicos.

A universidade valoriza a pesquisa aplicada, a transferência de tecnologia e a formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Além disso, a política de inovação da Ufopa visa fortalecer o ecossistema de inovação, apoiando projetos que envolvam ciência, tecnologia e inovação, sempre com foco na preservação do meio ambiente e na valorização da cultura local.

Ao integrar a Política de Inovação do Curso de Direito do Campus Regional de Óbidos e a formação do discente do Direito pretende-se desenvolver soluções tecnológicas e científicas que atendam às necessidades específicas, como a preservação do meio ambiente, o fortalecimento da economia local e a valorização da cultura amazônica. Essa relação visa estimular a formação de profissionais qualificados, promover a transferência de tecnologia e apoiar projetos que contribuam

para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, sempre alinhados às metas do PDI da Ufopa de fortalecer a inovação e a sustentabilidade na região.

14.6. Políticas de Internacionalização

O Programa Intercâmbio Brasil instituído em 2012 a fim de contemplar instituições brasileiras de excelência, mais especificamente instituições públicas e privadas programas inovadores academicamente.

A Política de Internacionalização da Ufopa Campus Regional de Óbidos está diretamente relacionada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024 a 2031 da Ufopa. pois ambas visam ampliar a presença e a colaboração da universidade no cenário global, estabelecendo metas para fortalecer a internacionalização por meio de parcerias internacionais, intercâmbios acadêmicos, cooperação em pesquisa e projetos conjuntos com instituições de outros países. Essa estratégia busca não só enriquecer a formação dos estudantes e professores, mas também promover a troca de conhecimentos, tecnologias e boas práticas que possam beneficiar a região amazônica. Ao integrar a Política de Internacionalização ao PDI, a Ufopa Campus Regional Óbidos reforça seu compromisso de se tornar uma instituição mais globalizada, capaz de contribuir com soluções inovadoras e sustentáveis, além de ampliar sua visibilidade e impacto internacional.

Essa iniciativa permite uma maior flexibilidade do currículo, o que gera benefícios imediatos para o discente do direito, diversifica o rol das disciplinas a serem cursadas, possibilita a interdisciplinaridade e a sintonia da universidade com as demandas profissionais de um mercado globalizado. Além de enriquecer a formação dos alunos, o programa de intercâmbio também contribui para o desenvolvimento do país, tendo como um dos principais objetivos do Campus Regional de Óbidos a nacionalização, através do Programa de Intercâmbio Internacional, podendo o discente do direito aprofundar o estudo em determinados temas e realizar relação com um sistema jurídico distinto do brasileiro. Ademais, a experiência internacional permite o contato com diferentes culturas e a troca de experiências e ideias com pessoas de diversas partes do mundo. Neste sentido, o programa de intercâmbio coopera tanto para a formação profissional e acadêmica do aluno quanto para seu desenvolvimento pessoal.

14.7. Política de Assistência Estudantil

14.7.1. Apoio aos Estudantes

A Política de Assistência Estudantil é oriunda da Gestão Estudantil, organizada pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), e baseada no diálogo com a comunidade acadêmica, segue diversos documentos que permitem a governança desta pauta, como o decreto que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o Regimento Geral da Ufopa, a Política de Ações Afirmativas, a Política de Assistência Estudantil, o Regimento de Graduação e os demais documentos institucionais.

No contexto da Política de Assistência Estudantil, a Ufopa conta com diversas ações e serviços que têm como princípios básicos ações que vão desde o acolhimento, acompanhamento, permanência qualitativa durante o percurso acadêmico e diplomação dos/as estudantes. São estabelecidas ações organizadas diversas que visam à inclusão social, formação, produção de conhecimento e o bem-estar biopsicossocial. Destacam-se algumas ações e programas de apoio ao discente ofertados pela Ufopa: (a) o Programa Bolsa Permanência (PBP) que é um programa do Governo Federal que concede auxílio financeiro e viabiliza a permanência no curso de graduação a estudantes indígenas e quilombolas, (b) política de acompanhamento pedagógico, (c) incentivo para a internacionalização acadêmica, (d) restaurante universitário, (e) incentivo financeiro à participação em eventos acadêmicos, (f) eventos de esporte, recreação e lazer, (g) acompanhamento psicossocial, (h) apoio logístico e de infraestrutura aos Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretório Acadêmico Indígena (Dain e os Coletivos Acadêmicos (CAs) para realização de eventos das entidades de representação estudantil, (i) promoção de acessibilidade para estudantes com deficiência.

14.7.1.1. Assistência Psicossociopedagógica

O atendimento dos alunos do curso de Direito do campus Regional Óbidos estará vinculado a Assistência Psicossociopedagógica da Proges, a qual presta serviços à comunidade acadêmica por meio de seus núcleos que atuam na assistência psicológica, social e pedagógica, atendendo as demandas relacionadas a processos de estudo, trajetória acadêmica, ocorrências que interfiram na integração do aluno à vida estudantil, contribuindo para a sua permanência e melhor

desempenho acadêmico. Os núcleos são: Núcleo de Acessibilidade (Nuaces), Núcleo de Psicologia (Nupsi), Núcleo de Serviço Social (Nuses), Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe).

14.7.1.2. Núcleo de Acessibilidade (Nuaces)

O curso de Direito tem o auxílio do Núcleo de Acessibilidade (Nuaces) da Proges o qual realiza ações para a inserção dos alunos com deficiência e das pessoas no ensino superior. Também realiza ações e atividades de pesquisa e extensão, os quais colaboram com dados informativos, pesquisas e formação continuada na comunidade acadêmica e geral. Tem como objetivo promover em todas as instâncias da Universidade a formação de uma cultura de inclusão social e educacional das pessoas público da Educação Especial, produzindo conceitos que legitimem as representações sobre esses sujeitos a partir da diferença política, cultural, ética, estética e linguística.

14.7.1.3. Núcleo de Psicologia (Nupsi)

O curso de Direito do campus Regional Óbidos será assistido pelo Núcleo de Psicologia (NUPSI) oferecendo assistência psicológica aos estudantes de graduação e desenvolvendo ações e projetos voltados à promoção social e a saúde mental dos usuários com o intuito de promover a qualidade dos acadêmicos e servidores. Os atendimentos podem ser individuais e/ou em grupo. Os objetivos principais são de subsidiar o processo de ensino-aprendizagem, potencializar as relações interpessoais estabelecidas no âmbito acadêmico, contribuindo para a permanência e diplomação. O Nupsi atua a partir da queixa acadêmica e busca melhorar o envolvimento entre os atores que compõem a comunidade acadêmica, bem como mediar as relações em que possam construir ações transformadoras, as quais possibilitem a abertura para sujeitos implicados com novas formas de fazer a Universidade, educação e ensino.

14.7.1.4. Núcleo de Serviço Social (Nuses)

Núcleo de Serviço Social (Nuses) Acerca da assistência social, o Nuses, ligada a Proges dará apoio ao curso de Direito campus Óbidos, desenvolvendo ações e serviços com vistas a atender às demandas sociais dos estudantes, como: acompanhamento social do(da) estudante; avaliação socioeconômica; encaminhamento aos serviços internos ou externos à Ufopa; orientações individuais e coletivas sobre direitos sociais; realização de estudo de caso; atuação em equipe

multiprofissional de forma interdisciplinar, nos casos que demandarem o atendimento integral ao estudante; elaboração, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de projetos sociais.

14.7.1.5. Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe)

O curso de Direito do campus Regional Óbidos, terá a assistência pedagógica do Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe) com vistas ao atendimento do público estudantil na Ufopa, por meio de atendimentos aos estudantes nas modalidades individuais e em grupo, além de outras atividades de assessoramento pedagógico com apoio e orientação aos/as discentes diante das dificuldades de aprendizagem provocadas por fatores diversos, coordenação, levantamento de dados e formação na área de educação, conforme previsto na Resolução Consepe nº 338/2020.

14.8. Política de Acessibilidade

14.8.1. Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência

No que tange as condições de acesso, o Curso de Direito do campus Regional de Óbidos, baseia-se na Lei Brasileira de Inclusão, a (LBI)13.146/2015, especialmente os artigos 27 a 30, que tratam sobre as barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais, informacionais e curriculares, impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos, discriminação e o capacitismo. Neste sentido a universidade, a partir do amparo legal organiza a infraestrutura para o atendimento mais adequando-se progressivamente à legislação de acessibilidade, bem como privilegiar projetos de arquitetura, engenharia e planos diretores de infraestrutura com foco no conceito de desenho universal. Especificamente sobre acessibilidade arquitetônica, a Ufopa prevê para edificações o acesso de rampas para cadeirantes, banheiro adaptado, o cuidado de organização do material didático adaptado pelas professoras, considerando o atendimento e a diversidade inscrita nas diferentes categorias de deficiências.

Sobre acessibilidade atitudinal a Ufopa desenvolve eventos e ações promovidas por diversos segmentos da comunidade, como: cursos de formação e capacitação; realização de rodas de conversa, seminários, fórum e cartilhas; construção e acompanhamento da Política de Inclusão e Acessibilidade.

Sobre acessibilidade comunicacional a Ufopa conta com: currículos dos cursos de graduação que possuem disciplinas obrigatórias e optativas de Língua Brasileira

de Sinais; capacitação voltada para produção de materiais didáticos e atendimento à PcD; máquina Braille; apoio para produção de textos em Braille; intérpretes de Libras com cobertura de eventos institucionais e outros; disponibilidade de bolsistas de apoio educacional de acessibilidade para acompanhamento dos estudantes com deficiência; textos com letras ampliadas para pessoas com baixa visão; Software para leitor de tela.

Sobre acessibilidade digital destaca-se: o site da Ufopa conta com recursos de acessibilidade digital, como a possibilidade de ampliação ou redução de letras, uso de contraste, tradução do conteúdo em Libras. O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas para acompanhamento discente e docente das rotinas acadêmicas também é acessibilizado para pessoas com deficiência visual. Além da disponibilização de equipamentos de acesso à internet, hardwares e software na biblioteca para leitor de textos próprios para pessoas com deficiência visual.

14.9. Política de Acompanhamento de Egressos

A política de acompanhamento dos egressos no campus Regional de Óbidos, tem como objetivo monitorar a trajetória profissional e o impacto dos graduados na sociedade. Essa política busca entender como os egressos estão inseridos no mercado de trabalho, suas áreas de atuação, níveis de empregabilidade e contribuições para o desenvolvimento regional e nacional.

Para isso, o campus realizará pesquisas de acompanhamento, criará bancos de dados de ex-alunos e promoverá ações de contato e relacionamento com os graduados.

Essa prática ajudará a universidade a avaliar a qualidade de seus cursos, identificar necessidades de melhorias e fortalecer suas ações de formação. Essa política está alinhada ao seu PDI, que valoriza a formação de profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, além de buscar fortalecer a relação com seus egressos para promover a inovação e o crescimento regional.

PARTE III: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO

15. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA-ADMINISTRATIVA

15.1. Direção do campus

De acordo com o art. 77, parágrafo 4º, a Direção do campus é o órgão executivo que coordena, superintende e fiscaliza todas as atividades do campus. Na forma de organização, estabelecida pelo Estatuto da Ufopa, “o Campus é uma unidade regional da Universidade, instalada em determinada área geográfica, com autonomia administrativa e acadêmica” (Art. 39, p. 16) e, será administrado por um Conselho e um Diretor(a).

Sobre a funcionalidade da direção do campus, o Regimento Geral (Resolução Consun nº 314, de 25 de março de 2025), assim especifica:

I - será administrado por um Conselho e um(a) Diretor(a);

II - poderá ser constituído de Unidades e Subunidades Acadêmicas e de Órgãos Suplementares, que se organizarão na forma regimental;

III - ainda que seja constituído de apenas uma Subunidade Acadêmica, o *Campus* se organizará e funcionará como Unidade Acadêmica e Administrativa.

15.2. Secretaria Executiva

O campus Óbidos dispõe de uma Secretaria Executiva, com uma carga horária de 20 horas semanais, sob a responsabilidade de 01 (uma) Secretária Executiva que dará apoio a coordenação do curso de Direito nas demandas específicas e naquelas atinentes tanto à melhoria de desempenho de professores, alunos, quanto em relação ao melhor desempenho institucional e ao atendimento do público externo.

15.3. Coordenação de Curso

Após a aprovação e viabilidade do Curso pelas instâncias legais da Universidade e aprovação do PPC do curso de Direito será nomeado um Coordenador do Curso de Direito para promover a implantação do Curso, até a formação do Corpo Docente, o qual será responsável por eleger o novo Coordenador, são essas as suas atribuições:

1. O coordenador de curso deverá exercer as seguintes funções:
2. Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Colegiados de Curso;

3. Elaborar e submeter à Pró-Reitoria de Graduação o plano de atividade da Coordenação de Curso;
4. Planejar as ações dos Colegiados dos Cursos de Graduação;
5. Fazer cumprir o plano de atividades dos docentes e que estiverem lotados na Coordenação;
6. Coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do corpo docente do ensino de graduação;
7. Promover políticas de capacitação do corpo docente;
8. Promover condições para a melhoria do processo didático-pedagógico do corpo docente;
9. Apresentar relatório semestral das atividades acadêmicas dos docentes e discentes;
10. Providenciar registro e assinar certificados das atividades acadêmicas;
11. Designar banca de revisão de provas dos discentes, quando deliberado pelo colegiado do Curso;
12. Propor normas e critérios para a monitoria e o estágio curricular supervisionado;
13. Acompanhar a frequência e o desenvolvimento das atividades dos docentes no ensino, na pesquisa e na extensão, submetendo os resultados aos Colegiados dos Cursos;
14. Acompanhar o desenvolvimento dos docentes em curso de qualificação, através de relatórios específicos;
15. Organizar e coordenar as defesas de TCC;

15.4. Coordenação/Secretaria Acadêmica

O Curso de Direito e a Direção do campus são assessorados por uma Coordenação Acadêmica – CAC que também funciona como Secretaria Acadêmica, com o objetivo de atender as diversas demandas dos alunos do curso e dar apoio acadêmico e pedagógico nas diversas atividades desenvolvidas pelos professores que compõem o quadro docente.

Seu atendimento se dá nos três turnos. A Coordenação Acadêmica é constituída por 01 (um) Técnico em Assuntos Educacionais (que exerce a função de Coordenador Acadêmico) e por 02 (duas) Assistentes em Administração.

Entre os principais trabalhos realizados pela CAC estão:

1. Recepção e orientação de alunos novos;
2. Orientar os alunos sobre a documentação e as condições necessárias para a efetivação da matrícula;
3. Divulgar, acompanhar e orientar os alunos nos processos de acesso à universidade, nas inscrições, seleção e classificação originárias dos diferentes editais de bolsas destinados ao apoio aos alunos como cotas, monitoria e mobilidade;
4. Acompanhamento acadêmico da vida acadêmica dos alunos (históricos, pendências, ofertas e reofertas de disciplinas e atividades etc.) por meio do SIGAA e internamente;
5. Criação de Turmas no sistema;
6. Acompanhamento da oferta de disciplinas e atividades do curso;
7. Atenção ao cumprimento e implementação do Calendário Acadêmico;
8. Assessoria à Coordenação do Curso, a Direção, ao NDE, a Coordenação de Estágio, aos Comitês e a Comissão de Avaliação;
9. Recebimento e arquivamento de documentos acadêmicos e pedagógicos;
10. Recebimento e encaminhamento para a Sede das diversas demandas acadêmicas; por meio de requerimento e consultas telefônicas;
11. Acompanhamento e encaminhamentos quando necessário, relacionados a bolsas dos alunos;
12. Atender com urbanidade ao público interno e externo;

15.5. Coordenação Administrativa

As atividades do curso de Direito terão suporte técnico-administrativo da Coordenação Administrativa – CAD, cujo principal objetivo é atender as diferentes e diversas demandas do campus e dos seus professores, dar apoio acadêmico-administrativo e financeiro nas diversas atividades desenvolvidas pela direção e pelos professores que compõem o quadro docente. Para atender as demandas do campus e do curso de Direito a CAD funciona nos 02 (dois) turnos do período diurno.

A Coordenação Administrativa – CAD está organizada e conta com 02 (duas) servidoras técnicas – Administradoras (01 exercendo a função de Coordenadora) e por 01 (uma). Entre os principais trabalhos realizados pela CAD estão:

- ✓ Recepção, registro e orientação dos professores novos e efetivos;
- ✓ Acompanhamento das demandas administrativas, orçamentárias e financeiras do Campus, por meio dos sistemas da instituição, como o SIPAC;
- ✓ Assessorar à Coordenação do Curso e a Direção, em questões atinentes a sua especificidade administrativa, financeira, de pessoal e de patrimônio;
- ✓ Recebimento, envio, acompanhamento e arquivamento de documentos;
- ✓ Acompanhamento e autorização online das diversas demandas administrativas e financeiras;
- ✓ Envio e acompanhamento de memorandos físicos e virtuais para a Sede, via malote, e-mail e sistemas; de processos e outros documentos que exigem a ação dessa coordenação;
- ✓ Consultas telefônicas;
- ✓ Realizar levantamentos e projeções financeiras detalhando receita e despesas, para PGO e outros processos que exigem este tipo de desempenho;
- ✓ Acompanhamento e cobranças, sempre que necessário, de pagamentos e ou aquisições de materiais necessários ao bom andamento do campus;
- ✓ Guarda, preservação e manutenção do patrimônio material do campus
- ✓ Atender com urbanidade ao público interno e externo, dentre outras.

15.6. Coordenação Técnica

O campus conta com uma Coordenação Técnica de Informática e Comunicação – Cotic que irá assessorar a coordenação do curso de Direito, com o principal objetivo de atender as demandas técnicas e tecnológicas do curso, pertinentes ao fluxo contínuo, às solicitações dos professores e ao suporte técnico necessário aos alunos nas diferentes e diversas atividades desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as atribuições da Coordenação Técnica de Informática e Comunicação – Cotic está a responsabilidade de acompanhar e garantir a manutenção e o funcionamento do Laboratório de Informática “Profª. Cezarina das Graças Silva de Aquino”, em interrelação mútua com o CTIC que se localiza no campus sede e:

- ✓ Manter o funcionamento da área de TI;
- ✓ Avaliar e identificar soluções tecnológicas para otimizar os processos, contribuindo para o desenvolvimento de projetos educacionais;
- ✓ Coordenar e supervisionar as atividades de suporte aos usuários;
- ✓ Manter o atendimento de chamados, baseado nas prioridades e criticidades;
- ✓ Fiscalizar e avaliar a execução de demandas encaminhadas através de chamados no sistema;
- ✓ Realizar instalação de equipamentos de informática e comunicações;
- ✓ Controlar e desempenho dos sistemas implantados e recursos técnicos instalados;
- ✓ Monitorar os indicadores de qualidade do suporte e identificar oportunidades de melhorias;
- ✓ Atender com urbanidade ao público interno e externo, dentre outras;

15.7. Órgãos Colegiados

O Conselho é o órgão máximo de consulta e deliberação da Ufopa campus Óbidos e a sua última instância recursal, estando constituído de:

- I - Diretora do campus, como Presidente;
- II – Representantes Docentes (Titular e Suplente);
- III – Representantes Técnicos (Titular e Suplente);
- IV – Representante Discente (Titular e Suplente)

O Conselho do campus foi instalado por meio da Portaria Nº 6, de 28 de novembro de 2017 - (Anexo XIII). Tem caráter consultivo e deliberativo, é presidido por sua Diretora ou pela Vice-Diretora, quando necessário. Está constituído de forma paritária, garantindo a participação das categorias discente, docente e dos servidores

técnico-administrativos. Os representantes das diferentes categorias são eleitos por seus pares, para o mandato de dois anos.

16. CORPO DOCENTE

16.1. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado de Direito do campus Regional Óbidos será instituído e constituído por integrantes do Colegiado do curso de Direito, com base na Resolução do Conaes n. 1, de 17 de junho de 2010. O Núcleo, vai acompanhar sistematicamente a implantação do projeto pedagógico de curso, sua avaliação e adequações, devendo exercer liderança no âmbito do curso. Propõe-se que a avaliação do projeto do curso ocorra de forma permanente e processual, com a participação de professores e estudantes.

O NDE do curso de Direito será formado após o ingresso dos docentes na instituição por meio de concurso público.

Todos os itens relacionados ao corpo docente tais como: **docentes por titulação e regime de trabalho; docentes por componentes; e a experiência profissional do docente serão preenchidos somente com o ingresso dos futuros professores no curso de Direito.**

16.2. Docentes por Titulação e Regime de Trabalho

Os quadros abaixo serão preenchidos somente após o ingresso dos docentes no curso por meio de concurso público.

o	Docente	Titulação	Área de formação	Regime de trabalho

16.3. Docentes por componente

o	Docente	Componentes curriculares obrigatórios	Componentes curriculares optativos

16.4. Experiência profissional docente no mundo do trabalho

Preenchimento após o ingresso dos futuros docentes no curso

16.5. Experiência no exercício da docência superior

Preenchimento após o ingresso dos futuros docentes no curso

PARTE IV – INFRAESTRUTURA FÍSICA

17. INSTALAÇÕES GERAIS

Para atendimento do curso de Direito, o campus Óbidos, atualmente, conta com estrutura física constituída de salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, banheiros (masculino, feminino e um para Pcd), sala de direção do campus, sala da coordenação administrativa, sala de professores e sala da coordenação acadêmica.

Além desses espaços o campus possui uma sala para coordenação do curso de Pedagogia (curso atual ofertado), um espaço físico onde funciona o laboratório multidisciplinar, 01 laboratório de informática, 01 miniauditório, 01 sala onde funciona o Ctic. Conta também com 01 sala para reuniões do conselho e outras atividades, 01 sala para atendimento de alunos e 01 copa/cozinha.

Somado a estrutura existente que abriga o curso de Pedagogia, o campus está em fase de ampliação de salas do terreno atual e da construção do novo prédio que atenderá as demandas próprias do curso de direito (caso o espaço atual seja insuficiente).

18. SALAS DE AULA

O campus dispõe de 03 (três) salas de aula que atendem ao funcionamento do curso de Pedagogia. Para dar materialidade a sua visão formativa de ser referência em uma educação humanizadora de base sócio-histórica-cultural, o campus de Óbidos, por decisão do seu Conselho, em homenagem professores locais que prestaram serviços relevantes à educação do município, personalizou os seus espaços, passando as salas a serem identificadas por: sala 1 “Profa. Maria Regina Bello”, sala 2 “Profa. Lúcia Paula Lopes de Souza” e sala 3 “Profa. Maria Valdeci Rufino da Costa”. As três salas são refrigeradas e têm capacidade para alojar 40 (quarenta) alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

São salas amplas medindo aproximadamente 56m² e bem iluminadas. São utilizadas em sistema de rodízio nos turnos manhã, tarde e noite o que possibilita o melhor aproveitamento. Cada sala dispõe de 01 (um) Datashow fixo, 40 (quarenta) carteiras individuais com apoio para escrever, 01 (uma) mesa, 01 (uma) cadeira estofada para o professor e, um quadro branco. Passam por limpeza diária feita pelo pessoal terceirizado.

Além das salas atuais há a previsão de construção de 02 novas salas no prédio atual que poderão atender ao curso na sua fase inicial. Pois, como mencionado, o campus passará a ter um novo prédio com diversos espaços físicos para atendimentos da demanda geral do curso de Direito.

19. SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Os docentes do campus Óbidos dispõem de 01 (uma) sala coletiva climatizada, com uma mesa grande e cadeiras em número suficiente, sendo o espaço adequado para reuniões, realização de trabalhos coletivos e ações acadêmicas como estudos e pesquisa. O espaço conta com 07 cabines individuais e com um computador de mesa para cada professor, com acesso à internet e ao wi-fi. Possui 02 armários, do tipo escandinavo, com espaços e chaves personalizadas que garantem a guarda de livros, materiais e equipamentos pessoais dos professores com segurança. A sala só é aberta a pedido de um (a) professor (a) e para uma finalidade docente.

20. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

O campus Óbidos, atualmente, possui uma sala de coordenação de curso destinada a Pedagogia. Contudo, é possível destinar uma das salas pequenas para este fim, equipando-as com mesa, computador, armário e o que mais for necessário para as atividades da coordenação do curso.

21. AUDITÓRIOS E VÍDEO-CONFERÊNCIAS

No momento o Campus utiliza como auditório uma sala de aula em que denominamos miniauditório professora Maria Waldeci Rufino da Costa. O espaço comporta até 50 cadeiras tipo sem braço. Possui uma TV, quadro branco, datashow instalado no teto e caixa de som. Conta com 02 centrais de ar.

Em caso de eventos em que o público é superior, o campus busca alternativas como o auditório da Igreja de Jesus Cristo dos últimos dias. Mas, com a previsão de construção do novo prédio em 2026 espera-se suprir esta demanda.

Quanto a Videoconferências, o campus hoje possui uma sala com equipamentos destinados para este. O que possibilita chamadas virtuais de cursos de capacitação, reuniões e apoio às atividades de ensino.

22. BIBLIOTECA

A Biblioteca do Campus Óbidos, faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufopa (Sibi/Ufopa), composto por duas bibliotecas na sede e pelas unidades dos demais campi.

O Sibi/Ufopa tem como missão atender a comunidade acadêmica com qualidade, prestando um serviço eficiente e eficaz de acesso à informação, com o objetivo de disseminar o conhecimento técnico, científico e cultural para o desenvolvimento da Amazônia. Sua visão é tornar-se referência no gerenciamento e na disseminação da informação técnico-científica e cultural para o desenvolvimento da sociedade.

A biblioteca do Campus Óbidos recebeu a denominação Professora Edithe Carvalho Vieira, em homenagem à professora e escritora obidense Edithe Carvalho, reconhecida por sua expressiva contribuição para a educação e cultura do município. O processo de escolha do nome ocorreu de forma democrática, envolvendo

representações de acadêmicos, servidores, funcionários e entidades parceiras do município, com aprovação no Conselho do Campus.

A biblioteca está aberta a comunidade acadêmica e sociedade em geral de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h. Disponibiliza a seus usuários serviços e produtos como:

- Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa);
- Empréstimo domiciliar;
- Orientação à pesquisa bibliográfica e online;
- Serviço de guarda-volumes;
- Estação de pesquisas acadêmicas (acesso à internet);
- Acesso às normas técnicas (Target GEDWeb);
- Acesso ao repositório institucional;
- Acesso ao acervo virtual – Minha Biblioteca;
- Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- Orientação para acesso as bases de pesquisas;
- Elaboração de ficha catalográfica e solicitação de ISBN e ISSN para publicações institucionais.

A biblioteca possui uma área de 129,36m² totalmente climatizada, garantindo uma temperatura agradável, favorecendo o bem-estar do usuário. A iluminação foi cuidadosamente planejada, combinando luz natural e artificial para criar um ambiente ideal para a leitura e o aprendizado.

Para atender as necessidades dos usuários, a biblioteca dispõe de espaços planejados, como um salão de estudos equipado com três mesas, sendo duas com capacidade para quatro assentos e uma para seis assentos; proporcionando um ambiente confortável para leitura e pesquisas.

Na entrada, há um balcão, onde os usuários podem obter informações e suporte na realização do cadastro, empréstimos, devoluções entre outros. A área de acervo dispõe de doze estantes dupla face, organizadas para facilitar o acesso aos materiais disponíveis. Além disso, há duas salas de estudo em grupo, cada uma equipada com uma mesa de quatro lugares, ideal para as discussões e trabalhos acadêmicos.

A biblioteca também conta com uma sala de processamento técnico, onde realiza-se o tratamento técnico das obras que serão disponibilizadas no acervo. Além dessa função, o espaço serve para atendimento personalizado aos acadêmicos, ofertando orientações sobre os serviços da biblioteca física, acesso à biblioteca virtual, portal de periódicos da Capes, entre outras bases essenciais para pesquisas.

Para aqueles que precisam realizar pesquisas online, escrita e /ou consulta ao catálogo online, a biblioteca dispõe de Wi-fi e de seis estações de acesso à internet. Essas estações além de permitir acesso ao catálogo online, dão acesso também à biblioteca virtual e ao conteúdo completo do Portal de Periódicos da Capes, entre outras fontes de informação, dando suporte essencial à comunidade acadêmica e demais pesquisadores.

Para quem busca privacidade, silêncio e deseja estudar sem interrupções, há duas estações de estudo individual, projetadas para oferecer um ambiente reservado para a leitura e concentração nos estudos, garantindo tranquilidade e conforto ao usuário.

Durante a permanência na biblioteca, os usuários podem armazenar seus pertences em dois armários guarda-volumes, cada um com capacidade para atender oito usuários.

Para complementar o acervo, há uma estante exclusiva para CDs e DVDs, bem como uma estante expositora destinada a novas aquisições, mantendo o público informado sobre as novidades disponíveis. Essa estante também é utilizada para exposições temáticas e a divulgação do acervo já existente, incentivando o acesso a materiais variados e enriquecendo a experiência dos frequentadores da biblioteca.

O acervo é composto por materiais diversos, em sua maioria livros, mas também inclui trabalhos de conclusão de curso, dissertações, periódicos entre outros. É de acesso livre, informatizado e tombado junto ao setor de patrimônio da universidade. O sistema gerenciador, SIGAA -módulo biblioteca, auxilia na administração da biblioteca em processos técnicos, circulação, informação e referência, emissão de relatórios, entre outros. Além disso, o sistema garante autonomia aos usuários, permitindo que se cadastrem para utilizar os serviços da biblioteca, como acessar o catálogo do acervo a qualquer momento, realizar renovação online, reservar materiais e usufruir de outras funcionalidades.

Além do acervo físico, a biblioteca também disponibiliza acesso à Minha Biblioteca, uma plataforma digital, formada por 16 editoras e 50 selos editoriais que reúne um extenso catálogo de e-books com mais de 15 mil obras em diversas áreas do conhecimento. Com essa ferramenta, os usuários podem acessar conteúdos acadêmicos e técnicos de forma remota, garantindo praticidade e flexibilidade nos estudos, além de usufruir das funcionalidades que essa plataforma proporciona, como a leitura em voz alta, adequação da cor da tela, ajuste do tamanho da fonte, realce de cor, pesquisa por palavras-chave etc. Esses recursos promovem a acessibilidade e estimulam o aprendizado. Para acessar esse acervo digital, usuários com vínculo ativo na Ufopa devem solicitar seu cadastro junto à Biblioteca.

Outro componente importante do Sibi/Ufopa é o Repositório Institucional da Ufopa (Poraquê), que tem como objetivo armazenar, preservar, dar acesso e visibilidade à produção científica em formato digital da instituição. Quanto à escolha do nome Poraquê, trata-se de uma alusão ao peixe-elétrico da Amazônia, cujo corpo é capaz de produzir pulsos elétricos. Diz-se que ele enxerga no escuro e, portanto, possui autonomia energética, sendo capaz de acender uma lâmpada. Dessa forma, simboliza a luz do conhecimento. Visando o estabelecimento de normas e diretrizes para o funcionamento do RIUFOPA foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, sua Política Institucional de Informação: Resolução Consepe/Ufopa 339/2021, a Política Repositório Institucional da Ufopa.

Por tanto, essa integração entre acervo físico e digital amplia as possibilidades de aprendizado e acesso ao conhecimento.

Bibliografia Básica por unidade curricular

Assim como as demais bibliotecas que compõem o Sibi/Ufopa, a biblioteca do Campus Óbidos possui acervo informatizado e tombado junto ao patrimônio da Universidade. A consulta digital a esses títulos pode ser realizada de forma ininterrupta. A bibliografia básica está adequada e será atualizada de acordo com as unidades curriculares e recomendações do NDE. A bibliografia básica dos componentes obrigatórios está descrita no ANEXO I.

Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar está adequada e será atualizada de acordo com as unidades curriculares e recomendações do NDE. A bibliografia complementar dos componentes obrigatórios está descrita no ANEXO I.

23. ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O acesso dos discentes ao equipamento de informática começa pelo acesso à rede sem fio do Campus, por meio do Wi-fi, que ocorre mediante o uso de uma senha cadastrada no momento da matrícula. Uma vez que o nome do usuário e a senha sejam inseridos corretamente, o discente passa a ter acesso a sites institucionais, sites de pesquisa de conteúdo, e demais sites que possam contribuir para a sua aprendizagem e progresso/sucesso acadêmico.

O(a) Técnico(a) de Informática (TI), promove formação para o acesso à rede de computadores, assessora a comunidade acadêmica em seu expediente diário em suas dificuldades de acesso e busca de informações. Da mesma forma, o(a) TI, enquanto Coordenação Técnica de Informática e Comunicação (Cotic), realiza periodicamente atualização dos componentes físicos dos computadores (hardware) e dos programas de instrução (software), objetivando garantir de forma eficiente o usos das ferramentas de mídias tecnológicas para o sucesso das aprendizagens.

Atualmente, o campus possui um Laboratório de Informática Professora Cezarina das Graças Silva de Aquino, contendo 24 (vinte e quatro) computadores para os usuários e um administrador. Possui também projetor multimídia e quadro branco. Este laboratório possui uma coordenação e três monitores com o objetivo de mediar as ações práticas pedagógicas, devidamente planejadas pelos docentes conforme os conteúdos dos componentes curriculares ofertados.

Os discentes também têm acesso aos computadores alocados na Biblioteca Professora Edith Carvalho Vieira, que possuem 6 (seis) cabines com computadores para possibilitar acesso às pesquisas digitais à biblioteca virtual, sob a orientação da bibliotecária e das assistentes administrativas.

Há no campus uma sala com recursos audiovisuais por meio de um televisor interativo na internet de 75", cujo objetivo é potencializar a interação e a imersão dos discentes no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais atrativos, dinâmico e envolvente. Nessa perspectiva, tal tecnologia permite que o curso se prevaleça de recursos como vídeos, jogos interativos e ferramentas de comunicação, facilitando a compreensão de conceitos complexos e o desenvolvimento de habilidades práticas.

Há um Mini-Auditório, denominado de Professora Valdecy Rufino, que comporta em torno de 60 pessoas, equipado com aparelho de som, microfone, TV conectada à internet, projetor de imagens, para a realização de palestras e conferências, bem como para atividades artístico-culturais.

24. LABORATÓRIOS

24.1. Dados dos laboratórios

Para utilização do curso de Direito, o campus possui um Laboratório de Informática, medindo 55,94m², intitulado de Professora Cesarina das Graças Silva de Aquino, com 25 computadores interligados em rede e conectados à Internet, no qual os discentes têm acesso não só para as aulas específicas de disciplinas que exigem a utilização deste local, mas também para a realização de trabalhos online, em ambiente virtual de aprendizagem e pesquisa.

24.2. Normas de funcionamento dos laboratórios

As normas de funcionamento do Laboratório de Informática, Professora Cesarina das Graças Silva de Aquino, são regidas pelo Regimento Interno do laboratório (Anexo IV), que dispõe sobre as normas de conduta e utilização do espaço físico, destinado às atividades de ensino, pesquisa e extensão para toda comunidade acadêmica da Ufopa Campus Regional Óbidos, quanto ao uso dos seus equipamentos, material permanente e de expediente, bem como, os softwares disponíveis.

Desse modo, o laboratório de informática tem como objetivos: a) permitir a comunidade acadêmica o desenvolvimento de atividades teórico-práticas de

ensino, assim como o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão e; b) propiciar condições de plena integração dos benefícios da tecnologia ao processo de ensino-aprendizagem.

O horário de funcionamento do laboratório segue os seguintes períodos:

a) Durante o período letivo: de segunda-feira a sexta-feira (de 8h às 12h e de 14h às 23h), e aos sábados, de 8h às 12h;

b) No período de recesso acadêmico: de segunda-feira a sexta-feira (de 8h às 12h).

25. NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES REAIS

O Núcleo de Práticas Jurídicas é composto pelo Laboratório de Práticas Jurídicas e pelo Escritório de Prática Jurídica a serem instalados na Instituição, onde se realizarão as atividades de prática jurídica curricular supervisionada além da gestão e controle dos estágios não obrigatórios.

O Núcleo de Prática Jurídica é um Laboratório permanente do curso de Direito da Ufopa Campus Regional Óbidos, e tem como escopo:

- a) Prestar serviços e consultorias de natureza jurídica;
- b) Propiciar aos acadêmicos do Curso de Direito melhor formação profissional, ressaltando o aspecto humanitário da profissão;
- c) Estreitar os laços de relacionamento com a comunidade, promovendo estudos e seminários temáticos específicos de acordo com a realidade social local.

Diversas ações de ensino pesquisa e extensão podem ser vinculadas ao projeto, sempre com vistas aos objetivos e linhas temáticas realçadas e em

consonância com a formação humanística, reflexiva e crítica necessária ao profissional da área, dentre as quais podem se destacar:

a) Atendimento à população carente, utilizando-se da estrutura do Núcleo de Prática Jurídica;

b) Atendimento para garantia dos direitos fundamentais das populações tradicionais, visando à valorização do patrimônio cultural, natural, do seu território, da produção e escoamento, do acesso à saúde, educação e às condições trabalhistas dignas;

c) Desenvolvimento de visitas técnicas, seminários e cursos objetivando a formação profissional dos acadêmicos do Curso de Direito e,

d) Participação e engajamento nas questões sociais locais promovendo estudos e seminários temáticos específicos, estreitando assim a relação entre a universidade e a comunidade.

As demais ações do NPJ da Ufopa, Campus Regional Óbidos estão descritas no Regimento Interno do Núcleo de Práticas Jurídicas, Anexo III.

26. ANEXOS

ANEXO I - Ementário e bibliografia

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: INTRODUÇÃO AO DIREITO				
Sugestão de código do componente: ODIR0001				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60H	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula: Teórica:	CH aula: Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Aspectos gerais dos conceitos de Direito. Discorrer sobre o direito como 'coisa devida'. Realismo Jurídico. Ciências especulativas e ciências práticas. Título, medida e fundamento do direito. Direito positivo e direito natural. Conceito de lei. Lei positiva e lei natural. Teorias da Justiça. A ordem jurídica na perspectiva medieval. A ordem jurídica na perspectiva moderna, Direito Digital.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
HERVADA, Javier. O que é direito? A moderna resposta ao realismo jurídico . Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Ltr, 2008.				
GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade . Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.				
SANDEL, Michael. Justiça: o que é fazer a coisa certa . Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ALEXY, Robert. Conceito e validade do direito . São Paulo: Martins Fontes, 2009.				
GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito . Tradução A M Hespanha e L M. Macaísta Malheiros. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.				
GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política . São Paulo: Martins Fontes, 2008.				

KAUFMANN, Arthur. **Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito contemporâneas**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

KAUFMANN, Arthur. **Filosofia do Direito**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: COMUNICAÇÃO E REDAÇÃO				
Sugestão de código do componente: ODIR0002				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60h	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
A produção de texto: definição, oralidade e escrita. Apresentação da variedade de modos e de tipos textuais. Estrutura de texto dissertativo. Direcionando os fatores da textualidade. Desenvolvendo a coerência, coesão e os meios linguísticos. Referenciando aspectos importantes para a produção da comunicação e redação via argumentação, a ambiguidade e na análise e produção de diferentes textos.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ALMEIDA, Antônio Fernando de. Português básico : para cursos superiores. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.				
ANTUNES, I. Aula de Português : encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.				
FIORIN, José e Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto : leitura e redação. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.				
ANDRADE, Maria Margarida de; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em língua portuguesa : para os cursos de jornalismo, propaganda e letras. 2.ed. São Paulo: Atlas.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

CARNEIRO, Agostinho Dias. **Redação em construção**: a escritura do texto. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 13.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
 KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MANDRIK, David; FARACO, Carlos Alberto. **Língua portuguesa**: prática de redação para estudantes universitários. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

VAL, Maria de Graça Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **CIÊNCIA, POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO**

Sugestão de código do componente: ODIR0003

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60h	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Gênese e extinção dos Estados. Estado nação, análise do Estado no capitalismo moderno e sua relação com classe, gênero, raça. Liberalismo e neoliberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo. Formas de Governo. Formas de Estado e Federação. Regimes 42 de Governo e Democracia. Conflitos contemporâneos e o Estado no século XXI: fascismo, nazismo, neofascismos, Estados de Exceção, ditaduras, imperialismo, neocolonialismos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Teoria Geral do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, porque manda, como manda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SAFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Sugestão de código do componente: ODIR004

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Conceito, história e evolução dos Direitos Humanos. Direitos Humanos como processo. Teorias críticas dos Direitos Humanos. História dos direitos Humanos no Brasil. Cidadania, democracia, lutas e classes sociais, igualdade jurídica e políticas públicas. Perspectivas e concepções dos Direitos Humanos: liberal, multicultural, intercultural, pós-colonial. Direitos humanos e Estado Democrático de Direito. Direito Internacional dos Direitos Humanos: sistema global e regional de proteção de direitos humanos de gênero, sexualidade e direito da criança do adolescentes e do idoso.

BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
COMPARATO, Fábio Konder. Afirmção Histórica dos Direitos Humanos . São Paulo: Saraiva, 2017.				
ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Para um debate teórico conceitual e político sobre os direitos humanos . Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.				
FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos : os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.				
GUERRA, Sidney. Direitos Humanos e Cidadania . São Paulo: Atlas, 2012.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
AGUIAR, Roberto. Direito, poder e opressão . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1980.				
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil : o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.				
SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais . Rio de Janeiro: Mana, vol. 12(1), p. 207- 236, 2006.				
DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe . São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. RÚBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de. (Orgs.).				
Direitos humanos e globalização : fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: SOCIOLOGIA JURÍDICA				
Sugestão de código do componente: ODIR0005				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Aividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				

Código	Nome do Componente Curricular	CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:			
Natureza, objeto e método da sociologia. Perspectiva marxista do direito: classe, capital e trabalho. Perspectiva durkheimiana do direito: o direito como fato social. Perspectiva weberiana no direito: burocracia, capitalismo e poder. A crise do Estado capitalista e a reprodução da juridicidade. Legitimidade, legalidade e validade da ordem jurídica. A sociologia do Direito no Brasil. Novos sujeitos de direitos: sociedade civil, direito e movimentos sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SABADELL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. SOUZA JÚNIOR, José Geraldo. Sociologia Jurídica: condições sociais e possibilidades teóricas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. SUTTON, Philip; GIDDENS, Anthony. Conceitos Essenciais da Sociologia. São Paulo: Editora UNESP, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DIAS, Reinaldo. Sociologia do Direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social. São Paulo: Atlas, 2014. FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. RJ: Editora NAU, 2002 GUERRA FILHO, Willis Santiago; CARNIO, Henrique Garbelini. Introdução à sociologia do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. RODRIGUEZ, José Rodrigo; SILVA, Felipe Gonçalves. Manual de sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2017. SANTOS, Pedro António dos. Fundamentos de sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2013.			
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR			
Nome do Componente: HISTÓRIA DO DIREITO			
Sugestão de código do componente: ODIR0006			
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II			
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo			
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA			
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação: CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação: CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:		
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:		
EQUIVALÊNCIAS			
Código	Nome do Componente Curricular	CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:			
O direito nas primeiras civilizações: povos sem escrita e o oriente antigo. O direito grego antigo e o direito romano clássico. Direito medieval: feudalismo e bases da ordem jurídica medieval. Direito Canônico. A formação do pensamento jurídico moderno e modernidade jurídica. A América Latina na ordem jurídica europeia: colonialismo. As declarações de Direito na nova configuração de Estado da modernidade e do capitalismo. O direito na contemporaneidade: os grandes sistemas do direito contemporâneo: Romano-germânico; common law e outros sistemas. História do Direito no Brasil: Brasil Colônia e direito português. Brasil Reino e independente. Brasil República: primeira república, ditaduras e processos de democratização.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
DAVID, René. Os grandes sistemas de direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2002. LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História. São Paulo: Limonad, 2014. WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). Fundamentos de história do direito. 9.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALTAVILA, Jayme de. Origem dos direitos dos povos. São Paulo: Ícone, 2005. CASTRO, Flávia Lages de. História do direito: geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2017. COMPARATO, Fábio Konder. A civilização capitalista. São Paulo: Saraiva, 2014. HESPANHA, Antonio Manuel. Panorama histórico da cultura jurídica europeia. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa América, 1998. THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR			
Nome do Componente: FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA			
Sugestão de código do componente: ODIR0007			
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II			
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo			
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA			
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:

() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Caracterização da Filosofia. História do pensamento filosófico. Crítica do conhecimento. Conhecimento da verdade. A dialética. Teoria dos objetos. Ser e dever ser. Objetos naturais, psíquicos e ideais. Os valores e suas características. Cultura para a filosofia. O direito e a sua fundamentação. Situação do Direito no mundo da cultura. O Direito como objeto da Filosofia. A realidade jurídica. Nova ideia do conceito de direito subjetivo. A pessoa na relação jurídica. Epistemologia jurídica. Questionamento acerca da cientificidade do Direito. Gnoseologia jurídica. A teoria do conhecimento aplicada ao direito. O conhecimento jurídico. Axiologia jurídica. Os valores no direito. A “ética material dos valores” de Max Scheler em oposição a Kant. A teoria da justiça: John Rawls. Ontologia jurídica. O problema do conceito e da essência do direito. Ontologia versus retórica, na filosofia e no direito. Metafísica, gnoseologia e ontologia: um embate necessário.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
CHAUI, Marilena. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2010.				
MASCARO, Alysson Leandro. Filosofia do direito . São Paulo: Atlas, 2010.				
MORRISON, Wayne. Filosofia do direito : dos gregos ao pós-modernismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico : lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 2006.				
FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Estudos de filosofia do direito : reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. São Paulo: Atlas, 2008.				
MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia . Rio de Janeiro: Zahar, 2016.				
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia do direito : de Platão a Frederick Shauer. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.				
REALE, Miguel. Filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 2015				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: PSICOLOGIA JURÍDICA				

Sugestão de código do componente: ODIR0008 *IN Proen 05/2024				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
A psicologia como ciência. Conceitos Gerais da Psicologia e da Psicologia Jurídica. Psicologia e transversalidade: sexualidade, diversidade e relações sociais de gênero. Personalidade. Relações interpessoais. Saúde Mental e transtornos mentais. Práticas em Psicologia Jurídica.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS Jr, Marcos Julio Olivé. Psicologia aplicada ao direito . São Paulo: LTr, 2006.				
JESUS, Fernando de. Psicologia aplicada a justiça . Goiânia: AB, 2001.				
MYRA Y LOPES, Emílio. Manual de psicologia jurídica . 3.ed. São Paulo: Impactus, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. Psicologias : uma introdução ao estudo de Psicologia. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.				
CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. Psicologia jurídica : implicações conceituais e 47 aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.				
CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA, Vera Regina (Org.). Psicologia Jurídica : temas de aplicação. Curitiba: Juruá, 2008.				
ELUF, Luiza Nagib. A Paixão no banco dos réus . São Paulo: Saraiva, 2003.				

TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores do direito . 3. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO				
Sugestão de código do componente: ODIR0009				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Apresentação da pesquisa como atividade universitária indissociável do ensino e da extensão, do ambiente acadêmico como instância de aprendizagem e produção do conhecimento, das técnicas de estudo, coleta e sistematização de informações na Ciência Jurídica, e da estrutura metodológica do planejamento e execução do trabalho científico. Capacitação para uso produtivo e responsável dos recursos eletrônicos como fonte de pesquisa. Instrumentalização da redação científica metodologicamente correta, com ênfase nas normas técnicas de citação como meio de respeito aos direitos autorais. Elaboração de projeto de pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica . São Paulo: Saraiva, 2001.				
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2009.				
LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.				
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências . Porto: Afrontamento, 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2009.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **TEORIAS DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO**

Sugestão de código do componente: ODIR0010

[*IN Proen 05/2024](#)

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

O Estado na História e Estrutura do Estado. Atividade constitucional do Estado. Inconstitucionalidade e garantia da Constituição. Histórica jurídica do período da formação do estado brasileiro; Conceitos da Teoria Geral do Estado e da nação brasileira, fundamentos do Direito público no país; Teorias da Constituição.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DALLARI, Dalmo de Abreu. Sociedade, Estado e Direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a grande transação**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2000, p. 439-462.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 5.ed. São Paulo: Editora Forense, 2018 (Coleção Fora de Série).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: Colônia e Império**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 45-57.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Antonio Paes de. A Constituição do Império (Capítulo III). In: BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Antonio Paes de. **História Constitucional do Brasil**. 2.ed. Brasília: Paz e Terra Política, 1990.

BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. SP: Saraiva, 2009.

CLÈVE, Clémerson Merlin. **Atividade Legislativa do Poder Executivo**. RT: São Paulo, 2000.

HESSE, Konrad; MENDES, Gilmar Ferreira. **A força normativa da Constituição**. RS: Sergio Antônio Fabris, 1991

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO I				
Sugestão de código do componente: ODIR0011				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
(X) Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista: 45		Vivência/ Orientação: 5	CH Total: 50
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Execução pelos discentes, sob a orientação de um ou mais docentes, de ações extensionistas diversas (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços) vinculadas aos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso acadêmico. Discussão e aplicação de noções				

teóricas de componentes curriculares e saberes em atividades voltadas à sociedade por meio da extensão universitária.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.				
REGO, A.; BRAGA, J. Ética para engenheiros: desafiando a Síndrome do Vaivém. Challenger (2ª. Ed. Atualizada). 2010.				
Lisboa. RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed., 13. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011. 334 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BAZZO, W.A. Introdução à Engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos. 1ª ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 270 p.				
BOAZ, F. Antropologia cultural. 6. Reimp. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 109 p.				
CARVALHO, R. E. Educação inclusiva com os pingos nos "is". 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 176 p.				
HOLTZAPPLE, M. T. Introdução à Engenharia. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 220 p.				
PERRENOUD, P. Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004. 229 p.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: ANTROPOLOGIA JURÍDICA				
Sugestão de código do componente: ODIR0012				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Elementos fundamentais da Antropologia social e jurídica. Contribuições teórico metodológicas da antropologia para o campo do Direito. Fundamentação do Direito numa sociedade multicultural. Movimentos étnico-culturais. Pluralismo jurídico como fundamento 50 do direito das minorias. Poder Estatal e sociedade. Diversidade cultural e Pluralismo. Inclusão social e globalização.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BRITO, Antônio Guimarães; OLIVEIRA, Jorge Eremites de; BECKER, Simone. Estudos de Antropologia Jurídica na América . Curitiba: CRV, 2012.				
SACCO, Rodolfo. Antropologia Jurídica . São Paulo: Martins Fontes, 2013.				
ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia Jurídica: geral e do Brasil . Rio de Janeiro: Forense, 2015.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
MOURA, Maria Margarida. Nascimento da antropologia cultural . São Paulo: HUCITEC, 2004.				
PEIRANO, Mariza. A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia . Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.				
NOVAES, Regina Reyes; LIMA, Roberto Kant de (Org.). Antropologia e direitos humanos . Niterói: EDUFF, 2001. 266 p. (Coleção Antropologia e Ciência Política; v. 30).				
OLIVEIRA, Luís Cardoso de. Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo . São Paulo: UNESP, 2006.				
SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO PENAL I				
Sugestão de código do componente: ODIR0013				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica:60	Prática:0	CH Total:60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			

() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)		CH Total:	
EQUIVALÊNCIAS			
Código	Nome do Componente Curricular	CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:			
Normas e princípios gerais da Parte Geral do Código Penal Brasileiro: Conceito de Direito Penal. Objeto. Funções. Método. Fontes do Direito Penal. Orientação constitucional da ciência penal: contribuições e críticas. Teoria da Lei Penal. Teoria do Crime e suas diversas orientações.			
BIBLIOGRAFIA			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAPEZ, FERNANDO. Curso de Direito Penal. v. 1 ao 3. Saraiva, 2016. GRECO, Rogério. Direito Penal: parte geral. v. 2 e 3. Belo Horizonte: Impetus. 2016. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: v. 4 e 5, parte especial. São Paulo: Saraiva. 2016. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 14.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BUSATO, Paulo César. Direito Penal: parte geral. v. 1. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2020. CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: parte geral. Salvador: jusPODIVM, 2020. ESTEFAN, André; GONÇAVES, Vitor Eduardo Rios. Direito penal esquematizado: parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva educação, 2018. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. PIMENTA, Victor Martins. Por trás das grades: o encarceramento em massa no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018. PRADO, Luiz Regis e outros. Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte geral e parte especial. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.			
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR			
Nome do Componente: DIREITO DO TRABALHO I			
Sugestão de código do componente: ODIR0014			
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III			
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo			
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA			
(X) Disciplina	Teórica:0	Prática: 60	CH Total: 60

() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Paradigmas nacionais de Direito do Trabalho. História, Política e Direito do Trabalho no Brasil. Internacionalização da proteção ao trabalhador. Estrutura normativa do Direito do Trabalho no Brasil. Princípios jurídicos da prática trabalhista. Elementos constituintes e consequências da relação trabalhista. Empregador, empregado, trabalhador autônomo, trabalhador eventual e trabalhador avulso. Formação e espécies do contrato individual de trabalho. Salário, remuneração e instrumentos protetivos. Condições do exercício laboral, vulnerabilidade de agentes, jornadas de trabalho e férias. Alterações, suspensão, extinção e verbas rescisórias atreladas ao contrato individual de trabalho. Direito digital no Trabalho.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
MAGANO, Octavio Bueno. Manual de direito do trabalho . v. I. 4. ed. São Paulo: LTr, 1993.				
MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2002.				
SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de Direito do Trabalho . v. I – Parte I. São Paulo: LTr, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
LIMA, Francisco Meton Marques de. Os princípios de direito do trabalho na lei e na jurisprudência . 3 ed. São Paulo: LTr, 2013.				
MANNRICH, Nelson. Modernização do contrato de trabalho . São Paulo: LTr, 1998.				
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Ordenamento jurídico trabalhista . São Paulo: LTr.				
PINTO E SILVA, Otavio. Subordinação, Autonomia e Parassubordinação nas Relações de Trabalho . São Paulo: LTr, 2004.				
SÜSSEKIND, Arnaldo. Curso de Direito do Trabalho . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				

Nome do Componente: POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS				
Sugestão de código do componente: ODIR0015				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Direitos humanos e políticas sociais. Reforma do Estado e Reforma do Aparelho do Estado. Estratégias de reformas. Democracia, controle e políticas sociais. Conceitos e métodos de estudo de políticas públicas. Flexibilização da gestão pública. Instituições públicas e a implementação de políticas públicas. Avaliação das políticas públicas.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BREISSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial . 4.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.				
CARLOS Estavam Martins. Estado e Capitalismo no Brasil . Huciter: São Paulo, 1977.				
CAULLIRAUX, Heitor e YUKI, Mauro. Gestão Pública e Reforma Administrativa : conceitos e casos: a experiência de Florianópolis. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.				
DELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1982.				
FAORO, Raymundo. Os donos do poder . São Paulo: Edu, 1975.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.				

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. RJ: Editora NAU, 2002

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Controladoria Governamental: Governança e Controle Econômico na Implementação das Políticas Públicas**. São Paulo: Atlas, 2010.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO II**

Sugestão de código do componente: ODIR0016

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
(X) Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista: 45		Vivência/ Orientação: 5	CH Total: 50
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Execução pelos discentes, sob a orientação de um ou mais docentes, de ações extensionistas diversas (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços) vinculadas aos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso acadêmico. Discussão e aplicação de noções teóricas de componentes curriculares e saberes em atividades voltadas à sociedade por meio da extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

REGO, A.; BRAGA, J. *Ética para engenheiros: desafiando a Síndrome do Vaivém. Challenger (2ª. Ed. Atualizada)*. 2010.

Lisboa. RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed., 13. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011. 334 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BAZZO, W.A. Introdução à Engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos. 1ª ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 270 p.				
BOAZ, F. Antropologia cultural. 6. Reimp. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 109 p.				
CARVALHO, R. E. Educação inclusiva com os pingos nos "is". 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 176 p.				
HOLTZAPPLE, M. T. Introdução à Engenharia. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 220 p.				
PERRENOUD, P. Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004. 229 p.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO CONSTITUCIONAL I				
Sugestão de código do componente: ODIR0017				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Constituição: natureza, tipos e concepções. Poder constituinte. Normas constitucionais. Métodos de Interpretação Constitucional. Formas de Estado. Formas e Sistemas de Governo. Formação Constitucional do Estado brasileiro. Preâmbulo da Constituição. Princípios fundamentais da República Federativa Brasileira. Direitos e Garantias Fundamentais. Tratados Internacionais. Intervenção. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Direito Digital como tema transversal.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2020.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: DIREITO DO TRABALHO II

Sugestão de código do componente: ODIR0018

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica:	Prática: 60	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

A caracterização do Direito do Trabalho. O conhecimento das fontes do Direito do Trabalho e dos seus princípios em sua perspectiva individual. Direitos individuais da relação de trabalho. O

desenvolvimento da relação empregatícia e do contrato de emprego. Os efeitos, alterações, suspensão e cessação do contrato de emprego. Direito coletivo do trabalho: sindicalismo, conflitos coletivos do trabalho. Convenções e acordos coletivos. Direito de Greve. Os novos paradigmas da regulação jurídica do trabalho em emergência. Tendências reformistas modernizadoras do Direito do Trabalho Contemporâneo. A reconfiguração jurídica das instituições do contrato de trabalho, da liberdade sindical e da negociação coletiva no contexto de crise de regulação estatal. A dimensão constitucional do trabalho e a resistência do constitucionalismo social e do sistema de garantias dos direitos fundamentais do trabalho da Constituição brasileira de 1988. A análise crítica das principais propostas teóricas de intervenção na reconfiguração jurídica do trabalho no Brasil a partir das reformas de “modernização das relações de trabalho” de 2017.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2019.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso crítico de direito do trabalho**: teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTR, 2017.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **Comentários à consolidação das leis trabalhistas**: legislação/jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de Direito do Trabalho**: teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O direito do trabalho como instrumento de justiça social**. São Paulo: LTr, 2000.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO CIVIL II**

Sugestão de código do componente: ODIR0019

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 0	Prática: 60	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Elementos introdutórios ao Direito das Obrigações. Conceito e princípios do Direito das Obrigações. Elementos constitutivos das obrigações; principais distinções. Estrutura da relação obrigacional. Fontes da obrigação. Modalidades de obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Vol. II. São Paulo Saraiva, 2020				
TARTUCE, Flávio. Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil Vol. II. São Paulo: Gripo GEN, 2020.				
STOLZE, Pablo. Novo Curso de Direito Civil: Vol. II, Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2020				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
COUTO E SILVA, Clóvis V. Obrigação como processo. São Paulo: Editora FGV, 2006.				
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações (v.2). 29. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014				
FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: obrigações. Caxias do Sul: Educs, 2010. (Biblioteca Virtual). Disponível em: http://ulbra.bv3.digitalpages.com.br/users/publications .				
GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Obrigações. 21. ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2019.v.2.				
LISBOA, Roberto Senise. Direito Civil de A a Z. Barueri: Manole, 2008. (Biblioteca Virtual). Disponível em: http://ulbra.bv3.digitalpages.com.br/users/publications .				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO PENAL II				
Sugestão de código do componente: ODIR0020				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica:0	Prática: 60	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Teorias das penas. Regimes penais existentes. Classificação das Penas. Sistemas Penitenciários. Critérios de Aplicação das Penas. Cominação de penas. Concurso de crimes (formal e material); Crime continuado; Suspensão condicional da pena; Livramento condicional; Efeitos da Condenação; Medidas de Segurança; Ação Penal e Causas extintiva. Efeitos da Condenação. Aplicação das medidas de Segurança.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. JESUS, Damásio E. de; ESTEFAM, André. Direito penal: parte geral. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 20.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CARVALHO, Salo. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei nº 11.343 de 2006. 7.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1989. NUNES, Adeildo. Progressão e regressão de regime prisional. Curitiba: Juruá, 2018. NUNES, Adeildo. Indulto, anistia e colaboração premiada: com as alterações da Lei 57 Federal nº 13.904/2019 – Lei Anticrime. Recife: IPANEC, 2020. SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: TEORIA GERAL DO PROCESSO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA				
Sugestão de código do componente: ODIR0021				

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Direito processual: evolução histórica, princípios gerais e fontes. Formas de solução de conflitos: autodefesa, autocomposição e processo. Natureza jurídica, finalidade e objeto do processo. Jurisdição e equivalentes jurisdicionais. Estudo das Teorias da ação. Descrição da Organização judiciária e suas peculiaridades.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo . 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.				
BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . São Paulo: Saraiva, 2013.				
LIMA, Fernando Antônio Negreiros Lima. Teoria geral do processo judicial . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.				
RODRIGUES, Horácio Wanderley; LAMY, Eduardo. A teoria geral do processo . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.				
CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição . Coimbra: Almedina, 2004.				
DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil . São Paulo: Saraiva, 2012.				
GAJARDONI, Fernando da Fonseca; Dell'ore, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA Jr., Zulmar Duarte de. Teoria geral do processo : comentários ao CPC de 2015 - Parte Geral. São Paulo: Forense.				

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O novo processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2011. THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, vol.1.

STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição Constitucional**. São Paulo: Ed GEN, 2019.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO III				
Sugestão de código do componente: ODIR0022				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
(X) Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista: 45		Vivência/ Orientação: 5	CH Total: 50
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Execução pelos discentes, sob a orientação de um ou mais docentes, de ações extensionistas diversas (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços) vinculadas aos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso acadêmico. Discussão e aplicação de noções teóricas de componentes curriculares e saberes em atividades voltadas à sociedade por meio da extensão universitária.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
LARAIA, R. de B. <i>Cultura: um conceito antropológico</i> . 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.				
REGO, A.; BRAGA, J. <i>Ética para engenheiros: desafiando a Síndrome do Vaivém</i> . Challenger (2ª. Ed. Atualizada). 2010.				
Lisboa. RICHARDSON, R. J. <i>Pesquisa social: métodos e técnicas</i> . 3. ed., 13. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011. 334 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

BAZZO, W.A. Introdução à Engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos. 1ª ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 270 p.

BOAZ, F. Antropologia cultural. 6. Reimp. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 109 p.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva com os pingos nos "is". 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 176 p.

HOLTZAPPLE, M. T. Introdução à Engenharia. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 220 p.

PERRENOUD, P. Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004. 229 p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO EMPRESARIAL**

Sugestão de código do componente: ODIR0023

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): V

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Direito comercial: histórico e características. O Código Comercial de 1.850. Direito empresarial: histórico e características. O Código Civil de 2002. Teoria da empresa e empresarialidade. Da empresa. Do empresário. Do estabelecimento empresarial. Dos institutos complementares: do registro público de empresas mercantis, do nome empresarial, do nome de domínio ou endereço eletrônico, dos prepostos, do gerente e do contabilista, da escrituração empresarial. Direito societário: teoria geral das sociedades. Sociedades empresárias e sociedades não empresárias. Personalização das sociedades empresárias. Classificação das sociedades empresárias. Sociedades não personificadas. Dissolução e liquidação das sociedades empresárias.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÓDIGO Comercial, Código Civil (Excertos), Legislação Empresarial, Constituição Federal. Obra coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021 (RT CÓDIGOS).

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial**. 8. ed. 2021. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Coleção Esquematizado). *E-book*.

MAMEDE, Gladston. **Direito societário**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SANTOS, Elisabete Teixeira Vido dos. **Curso de direito empresarial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. *E-book*.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia C. P. R. **Curso avançado de direito comercial**. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais. 2021.

CAMPINHO, Sérgio. **O direito de empresa à luz do código civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2020.

CHECOLI, Paulo. **Direito de empresa no novo código civil/2002**. São Paulo: Editora Pillares. 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial, volumes 1, 2 e 3**. São Paulo: Saraiva, 2021.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2021.

VIDO, Elisabete; ARAÚJO JR., Marco A.; BARROSO, Darlan (coord.). **Prática empresarial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO CIVIL III (RESPONSABILIDADE CIVIL)**

Sugestão de código do componente: ODIR0024

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): V

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Responsabilidade Civil: Conceitos, estrutura e funções da responsabilidade civil. Responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade por fato próprio, fato de terceiro, fato de coisa ou animal. Direitos especiais de responsabilidade civil. Efeitos cíveis da sentença penal. Direito Digital como tema transversa.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS, José de Aguiar. **da responsabilidade civil**. 12. ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**: fundamentos do Direito das Obrigações: introdução à responsabilidade civil. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão dos filtros de reparação à diluição dos danos. Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR DIAS, José de. **Da responsabilidade civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

CRUZ, Gisela Sampaio da. **O problema do nexa causal na responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar. 2005.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin. **Danos à pessoa humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. **A responsabilidade civil por presunção de causalidade**. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO CONSTITUCIONAL II**

Sugestão de código do componente: ODIR0025

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): V

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			

() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)		CH Total:	
EQUIVALÊNCIAS			
Código	Nome do Componente Curricular	CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:			
Organização do Estado e dos poderes. Poder Legislativo. Processo legislativo. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República. Ministros de Estado. Conselhos da república e de defesa nacional. Poder Judiciário. Órgãos da justiça da União e dos Estados. O papel do Supremo Tribunal Federal. Magistratura. Garantias. Controle de Constitucionalidade. Funções essenciais à justiça: ministério público, advocacia pública, defensoria pública, advocacia.			
BIBLIOGRAFIA			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. Rio de Janeiro: Saraiva, 2020. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2020. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. SP: Saraiva, 2005. BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011. BARCELLOS, Ana Paula de. Curso de Direito Constitucional. RJ: Forense, 2020. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. SP: Malheiros, 2008. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, PT: Coimbra, 2004. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional Tributário. SP: Malheiros, 2009.			
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR			
Nome do Componente: DIREITO PROCESSUAL PENAL I			
Sugestão de código do componente: ODIR0026			
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): V			
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo			
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA			
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:

() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Direito Processual Penal: Conceito. Denominação. Objeto. Fontes. Evolução Histórica. Aplicação da lei Processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Inquérito policial. Ação penal. Ação Civil ex delicto. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Das provas. Sujeitos do processo. Prisão e liberdade provisória. Atos de comunicação processual. Interdições de direitos e medidas de segurança. Sanções Processuais. Sentenças.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BOMFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal . São Paulo: Saraiva, 2018.				
CAPEZ, Fernando. Curso de processual penal . São Paulo: Saraiva, 2018.				
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal . Rio de Janeiro: Lumen juris, 2018.				
RANGEL, Paulo. Direito processual penal : de acordo com a Lei 12.681, de 4 de julho de 2012. São Paulo: Atlas, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ALENCAR, Rosmar Rodrigues; TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal . Salvador: Juspodivm, 2018.				
AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho de; JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal . 13. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.				
DINAMARCO, Cândido Rangel. A Instrumentalidade do Processo . 14.ed. Porto alegre: Malheiros, 2009.				
MACHADO, Antônio Alberto. Curso de Processo Penal . São Paulo: Atlas, 2018.				
SCARANCE, Antônio Fernandes. Processo Penal Constitucional . São Paulo: RT, 2018.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I				

Sugestão de código do componente: ODIR0027				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): V				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Direito Processual Civil: características, institutos, princípios. Disposições gerais do CPC. sujeitos do processo - partes e procuradores (capacidade processual, deveres das partes e procuradores, responsabilidade das partes por dano processual: despesas, honorários advocatícios e multas), gratuidade da justiça – procuradores, sucessão das partes e procuradores, litisconsórcio, intervenção de terceiros (assistência, denúncia da lide, chamamento ao processo, incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Atos e comunicação dos atos processuais. Direito Digital como tema transversal. Formas consensuais de resolução de conflitos				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
DIDIER, Fredie. Curso de direito processual civil . Salvador: Juspodium, 2016.				
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Manual de direito processual civil . v. I, II e III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.				
SANTOS, Ernane Fidélis. Manual de Direito Processual Civil . v. I. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.				
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil . v. I. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BUENO, Cássio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado . São Paulo: Saraiva, 2015.				
BRASIL. Códigos 4 Em 1 - Conjugados - Civil, Comercial, Processo Civil, Constituição Federal. 10. ed. São Paulo: Saraiva. 2014.				

LAMY, Eduardo de Avelar et al. **Processo Civil em Movimento**: perspectivas para o Novo CPC. São Paulo: Conceito, 2013.

MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. **Código de Processo Civil Interpretado**. Barueri: Manole, 2013. (Biblioteca Virtual). Disponível em: <http://ulbra.bv3.digitalpages.com.br/users/publications>.

WAMBIER, Luiz Rodrigues et al. **Curso Avançado de Processo Civil**. v. I e III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO IV**

Sugestão de código do componente: ODIR0028

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): V

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
(X) Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista: 45		Vivência/Orientação: 5	CH Total: 50
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Execução pelos discentes, sob a orientação de um ou mais docentes, de ações extensionistas diversas (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços) vinculadas aos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso acadêmico. Discussão e aplicação de noções teóricas de componentes curriculares e saberes em atividades voltadas à sociedade por meio da extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

REGO, A.; BRAGA, J. *Ética para engenheiros: desafiando a Síndrome do Vaivém*. Challenger (2ª. Ed. Atualizada). 2010.

Lisboa. RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed., 13. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011. 334 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAZZO, W.A. Introdução à Engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos. 1ª ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 270 p.

BOAZ, F. Antropologia cultural. 6. Reimp. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 109 p.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva com os pingos nos "is". 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 176 p.

HOLTZAPPLE, M. T. Introdução à Engenharia. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 220 p.

PERRENOUD, P. Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004. 229 p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

Sugestão de código do componente: ODIR0029

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VI

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total:60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Tutela provisória (tutela de urgência e tutela de evidência), formação, suspensão e extinção do processo. Formas consensuais de resolução de conflitos. Processo de conhecimento. Procedimento comum: petição inicial (requisitos, pedido, indeferimento), improcedência liminar do pedido, audiência de conciliação ou de mediação, contestação, revelia, providência preliminares e saneamento do processo, Sentença e coisa julgada. Processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos nominados, recurso especial, recurso extraordinário. Ação rescisória.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIDIER, Fredie. **Curso de direito processual civil**: Reescrito com base no novo CPC. v. 1. 17. ed., São Paulo: Jus Podium, 2015.

BUENO SCARPINELLA, Cassio. **Novo código de processo civil anotado**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. **O novíssimo sistema recursal conforme o CPC/2015**. 2. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

THEODORO Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil II**. 49. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A contratualização do processo**: das convenções processuais no processo civil. 1. ed. São Paulo: LTR, 2015.

BODART, Bruno V. da Ros. **Tutela de Evidência**: teoria da cognição, análise econômica do direito processual e comentários sobre o novo CPC. 2.ed. São Paulo: RT, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio. **Prova e convicção**: de acordo com o CPC 2015. 3.ed., São Paulo: RT, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Salvador: JusPodivm, 2016.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. **Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2.ed., São Paulo: RT, 2016.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITOS DAS MINORIAS**

Sugestão de código do componente: ODIR0030

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VI

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica:0	Prática: 60	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Conceitos, aspectos jurídicos e sociais do direito das minorias. Direito das Minorias e Direitos Humanos. Pluralidade, Multiculturalismo Universalismo e diversidade. Direito das minorias no Brasil e no Amapá. Grupos minoritários e suas especificidades.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KAWA, Daniela et al. **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

RIOS JÚNIOR, Carlos Alberto dos. **Direitos das minorias: e o limite jurídico ao poder constituinte originário**. São Paulo: Edipro, 2019.

ROULAND, Norbert (org.). **Direito das minorias e dos povos autóctones**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

SEGUIN, Elida. **Direitos das minorias**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, José Carlos Evangelhista de. **Ações afirmativas e Estado democrático social de direito**. São Paulo, LTr, 2009.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho da pessoa com deficiência. Lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa**. São Paulo: LTr, 2006, p. 183.

SEGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; PICCIRILO Miguel Belinati. **Inclusão social e direitos fundamentais**. Birigui: Boreal, 2009.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO CIVIL IV (CONTRATOS EM GERAL)**

Sugestão de código do componente: ODIR0031

[*IN Proen 05/2024](#)

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VI

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:		
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:		
EQUIVALÊNCIAS			
Código	Nome do Componente Curricular		CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:			
Evolução histórica, conceito, fontes e classificação dos Contratos. Ordem pública contratual. Contratos no CDC. Formação dos contratos. Boa fé e autonomia da vontade, espécies de contratos, meios de extinção dos contratos – extinção, rescisão e resilição, convalescença dos contratos cláusula penal, mora do devedor e mora do credor. Direito Digital como tema transversal.			
BIBLIOGRAFIA			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GAGLIANO, Paulo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 11. ed. São Paulo Saraiva, 2011. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: Contratos. v. III. 17. ed. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013. TARTUCE, Flávio. Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. vol. III. 11 ed. São Paulo: GEN-Método, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. Curso de direito civil: teoria geral das obrigações e dos contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 28. ed. São Paulo: Saraiva 2011. FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito civil: Contratos. Caxias do Sul: Educ, 2011. (Biblioteca Virtual. Disponível em: http://ulbra.bv3.digitalpages.com.br/users/publications). MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. Código civil interpretado. Barueri: Manole, 2013. (Biblioteca Virtual. Disponível em: http://ulbra.bv3.digitalpages.com.br/users/publications). VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil-parte geral. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR			
Nome do Componente: DIREITO PROCESSUAL PENAL II			
Sugestão de código do componente: ODIR0032			
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VI			
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo			
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA			
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60

() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Processo Penal. Medidas cautelares. Procedimentos nos crimes apenados com reclusão. Procedimentos especiais nos crimes apenados com reclusão Do fumus comissi delicti e periculun in libertatis. Binômio: necessidade / adequação nas medidas cautelares no processo penal. Prisão em Flagrante. Espécies de Flagrante. Procedimentos da prisão em flagrante. Prisões Cautelares. Prisão Preventiva. Prisão temporária. Prisão Domiciliar. Medidas cautelares diversas da prisão. Fiança e liberdade provisória. Medidas assecuratórias. Sequestro. Arresto. Hipoteca legal. Produção antecipada de provas. Da Busca e Apreensão no Processo Penal. Procedimentos no processo penal. Procedimentos comuns Ordinário, Sumário e Sumaríssimo. Procedimentos Especiais. Sentenças. Características, espécies e composição das sentenças. Coisa Julgada. Efeitos da Coisa Julgada. Dosimetria penal. Prescrição no Processo Penal.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BOMFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2018. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2018. ALENCAR, Rosmar Rodrigues; TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal. Salvador: Juspodivm, 2018. SCARANCE, Antônio Fernandes. Processo penal constitucional. São Paulo: RT, 2018.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho de; JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 13. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris,2014. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; PAULA, Leonardo Costa de; SILVEIRA, Marco Aurélio da (Org.). Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil: diálogos sobre processo penal entre Brasil e Itália. v. 1-2. Curitiba: Observatório da Mentalidade Inquisitória, 2019. DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2009				

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Nulidades no processo penal . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.				
MACHADO, Antônio Alberto. Curso de processo penal . São Paulo: Atlas, 2018.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO CONSTITUCIONAL III				
Sugestão de código do componente: ODIR0033				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VI				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Sistema Tributário Nacional. Limitação do Poder de Tributar. Tributos e Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Repartição de Receitas Tributárias. Finanças Públicas. Sistema Financeiro Nacional. Política Urbana. Política Agrícola. Seguridade Social. Educação, Cultura e desporto. Ciência, Tecnologia e inovação. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, criança, adolescente, jovem e idoso. Índios.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo . Rio de Janeiro: Saraiva, 2020.				
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . São Paulo: Malheiros, 2020.				
MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2021.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ÁVILA, Humberto. Teoria da igualdade tributária . 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.				

BULOS, Uaidi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. SP: Saraiva Educação, 2020.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional**. SP: Atlas, 2020.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **PRÁTICA JURÍDICA I**

Sugestão de código do componente: ODIR0034

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VI

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:	Prática: 90	CH Total: 90	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
(X) Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos(as) alunos(as) no atendimento à população econômica e socialmente vulnerável e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, em primeiro grau e em grau recursal. Acompanhamento processual. Exame de autos findos no NPJ. Simulação de audiências. Simulação de defesa oral. Participação em audiências de instrução e julgamento cíveis de primeiro grau e em julgamentos do pleno do tribunal de justiça, quando houver possibilidade. Visitas acompanhadas aos órgãos do sistema de justiça.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERTOLO, José Gilmar. **Prática processual civil anotada**. Leme: JH Mizuno, 2017.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio. **Manual de prática civil**. São Paulo: Método, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. **Prática Processual no Novo Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BUENO, Cassio Scarpinela. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

JUNIOR, Gediel Claudino Araújo. **Prática no Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2018.

SOBRAL PINTO, Cristiano Vieira; MENNA, Fabio de Vasconcelos. **Prática processual civil em síntese**. Salvador: JusPodivm, 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: Sucessões**. v. 7. Salvador: JusPodivm, 2019.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Sugestão de código do componente: ODIR0035

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VII

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Reflexão sobre os princípios do Direito Processual do Trabalho. Direito Processual do Trabalho: conceitos, características, fundamentos e origens. Interpretação e aplicação das normas trabalhistas. Conflitos do trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competências. O processo trabalhista. O dissídio individual. O dissídio coletivo. Análise do Procedimento Ordinário e sumário. Estudo dos Recursos. Análise da Liquidação e Execução no processo do trabalho. Recursos. Execução. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Curso de direito processual do trabalho**. v. 2. São Paulo: LTr, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Roni Genicolo. **Manual de rotinas trabalhistas**: problemas práticos na atuação diária. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto. **O processo do trabalho como instrumento do direito do trabalho e as ideias fora de lugar do novo CPC**. São Paulo: LTr, 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz et. al. (Coord.). **O mundo do trabalho**: leituras críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009.

ZIMMERMANN NETO, Carlos F. **Processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO AMBIENTAL**

Sugestão de código do componente: ODIR0036

[*IN Proen 05/2024](#)

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VII

Relação do componente com a estrutura curricular: (☒) Obrigatório (☐) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(☒) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
(☐) Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
(☐) Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
(☐) Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
(☐) Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
(☐) Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Crise ambiental e a Sociedade de Risco. Direitos difusos. Meio Ambiente na Constituição da República. Princípios e fundamentos do Direito Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental. Responsabilidade em matéria ambiental: civil, penal e administrativa. Espaços territoriais especialmente protegidos: Código Florestal e Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Crimes Ambientais. Direito Digital como tema transversal.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA NETO, Nicolau Dino de Castro e. **Proteção jurídica do meio ambiente** (I – Florestas). Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LEITE, José Rubens Morato. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito: 1795-1824**. São Paulo, SP: Alameda, 2009.

TEIXEIRA, Denilson Victor Machado. **Direito ambiental e agrário: lições preliminares**. Campo Belo, MG: Lumen Juris, 2016

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

Sugestão de código do componente: ODIR0037

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VII

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			

() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:	
EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Tutela de conhecimento e executiva (diferenciação). Liquidação de sentença. Formas e prazos para cumprimento de sentença. Execução e devedor insolvente. Cumprimento da Sentença Título Judicial. Requisitos. Competência para o cumprimento da sentença. Legitimidade. Atos Atentatórios à Dignidade da Justiça. Processo de Execução (partes, competência, requisitos, títulos executivos extrajudiciais, exigibilidade, responsabilidade patrimonial, espécies de execução (execução para a entrega de coisa, execução da obrigação de fazer e de não fazer, execução por quantia certa: penhora, avaliação, depósito, expropriação de bens, satisfação do crédito, execução contra a Fazenda Pública, execução de alimentos) embargos à execução, suspensão e extinção do processo de execução. Execução para Títulos Extrajudiciais Títulos Extrajudiciais. Requisitos. Legitimidade. Competência. Execução por quantia (certa e incerta).		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil. 3. ed. Saraiva. 2017. DIDIER JUNIOR, Fredie et al. Curso de direito processual civil: execução. 7. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. MONTENEGRO FILHO, Misael. Direito processual civil. 13. ed. São Paulo: Atlas. 2018. THEODORO JR., Humberto. Curso de direito processual civil. 58. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. v.1. 17.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. 7 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2021. DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2021. DINAMARCO, Candido Rangel. Instituições de direito processual civil. v.3. São Paulo: Malheiros, 2017. NUNES, Elpídio Donizetti. Curso didático do direito processual civil. 19. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. NUNES, Dierle; VIANA, Aurélio. Precedentes: a mutação no ônus argumentativo. Rio de Janeiro: Forense, 2017.		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		

Nome do Componente: DIREITO ADMINISTRATIVO I				
Sugestão de código do componente: ODIR0038				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VII				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Teoria Geral do Direito Administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar, discricionário, vinculado e polícia. Atividade administrativa. Administração Pública: Direta e Indireta. Agentes Públicos. Serviço Público: concessões, permissões e autorizações. Atos e fatos administrativos: requisitos, atributos, classificação, espécies, extinção, prescrição e controle.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2014.				
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2013.				
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . São Paulo: Malheiros, 2014				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
AGUNDES, M. Seabra; BINENBOJM, Gustavo. O controle dos atos administrativos pelo poder judiciário . Rio de Janeiro: Forense, 2005.				
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo . SP: Saraiva, 2003.				
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . Barueri: Atlas, 2021.				

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. SP: Malheiros, 1993.

PAULO, Vicente. Alexandrino, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. SP: Editora Método, 2016.

CAETANO, Marcelo. **Princípios fundamentais do direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO CIVIL V (Direitos Reais)**

Sugestão de código do componente: ODIR0039

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VII

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Direitos Reais. Posse e propriedade. Conceito, evolução, modos de aquisição e perda. Superfície. Função social da propriedade. Direitos reais e pessoais. Da propriedade. Poderes do proprietário. Usucapião. Da propriedade imóvel. Da desapropriação. Da ocupação. Da comissão, adjunção e da tradição. Do condomínio. Da propriedade resolúvel. Da propriedade literária, científica e artística. Enfitese. Direitos de vizinhança. Condomínio. Direitos reais de gozo: da superfície, das servidões, do usufruto, do uso e da habitação. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Direitos reais à aquisição: direito do promitente comprador.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: direito das coisas. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito civil**: direito das coisas: direito autoral. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.v. 4.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: direitos reais. v. 5. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. V. 5.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROZENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: Reais. v.5. Salvador: Juspodivm, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIUZA, César. **Direito Civil**: curso Completo. Belo Horizonte: Del Rey. 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito das coisas. v. 5. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: direito das coisas. v.4. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. São Paulo: RT, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. v.4. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **PRÁTICA JURÍDICA II**

Sugestão de código do componente: ODIR0040

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VII

Relação do componente com a estrutura curricular: (☒) Obrigatório (☐) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:0	Prática: 90	CH Total: 90	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
(☒) Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Prática processual civil: Termos de acordo. Formas consensuais de resolução de conflitos Rito Ordinário: Petição Inicial, Da resposta do réu (contestação e reconvenção). Intervenção de terceiros. Exceções: de incompetência/de impedimento/de suspeição. Impugnações. Petições intermediárias. Audiências. Alegações finais (memoriais). Parecer do ministério público. Sentença.

BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil . São Paulo: Atlas, 2019.				
TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio. Manual de Prática Civil . São Paulo: Método, 2020.				
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro . V. 6. São Paulo: Saraiva, 2017.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BUENO, Cassio Scarpinela. Novo código de processo civil anotado . São Paulo: Saraiva, 2015.				
PINTO, Cristiano Vieira Sobral; MENNA, Fabio de Vasconcelos. Prática processual civil em síntese . Salvador: JusPodivm, 2019.				
VIANA, Joseval Martins. Prática forense em processo civil . Salvador: JusPodivm, 2019.				
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: sucessões . v. 7. São Paulo: Saraiva, 2017.				
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: sucessões . V. 6. São Paulo: Saraiva, 2018.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO ADMINISTRATIVO II				
Sugestão de código do componente: ODIR0041				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VIII				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica:0	Prática:60	CH Total:60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	

EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Bens Públicos: de uso comum do povo, especial e dominicais; usucapião e alienação. Intervenção do Estado na Propriedade. Intervenção do Estado na Economia. Processo e procedimento administrativo. Licitações Públicas. Contratos da Administração Pública e contratos administrativos. Responsabilidade extracontratual do Estado.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . São Paulo: Atlas, 2014.				
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . São Paulo: Atlas, 2013.				
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: Malheiros, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; TAVOLARO, Luiz Antonio. Licitações e contratos administrativos : uma visão atual à luz dos Tribunais de Contas. Curitiba: Juruá, 2006.				
AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e contratos . 2.ed. Brasília: Editora do Senado Federal, 2018				
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo . SP: Saraiva, 2003.				
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . Barueri: Atlas, 2021.				
FURTADO, Madeline Rocha; FURTADO, Monique Rafaella Rocha; VIEIRA, Antonieta Pereira; VIEIRA, Henrique Pereira. Gestão de contratos de terceirização na administração pública . 7.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018				
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro . SP: Malheiros, 1993.				
PAULO, Vicente. Alexandrino, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado . SP: Editora Método, 2016.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO TRIBUTÁRIO I				
Sugestão de código do componente: ODIR0042				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VIII				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Introdução ao Direito Tributário. Tributos: espécies. Legislação tributária. Obrigação tributária. Responsabilidade Tributária: dos sucessores, de terceiros, por infrações. Substituição tributária: progressiva e regressiva. Crédito tributário: constituição, suspensão, extinção, exclusão. Garantias e Privilégios dos créditos tributários.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2007.				
CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário . São Paulo: Saraiva, 1999.				
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário . Rio de Janeiro: Renovar, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária . São Paulo: Malheiros, 2006.				
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . São Paulo: Malheiros, 2008				
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . São Paulo: Malheiros, 2002.				
FERREIRA NETO, Arthur Maria. Natureza Jurídica das Contribuições na Constituição de 1988 . São Paulo: MP, 2006				
PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Tributário na Constituição e no STF . Niterói: Impetus, 2007.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO CIVIL VI (FAMÍLIA E SUCESSÕES)				
Sugestão de código do componente: ODIR0043				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VIII				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	

() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Família. Introdução. Conceito de família. Princípios. Casamento. Regime de bens. Dissolução do casamento. União Estável. Famílias Plurais. Famílias Homoafetivas. Relações de Parentesco. Filiação. Alimentos. Sucessão em Geral. Sucessão Legítima. Sucessão do Cônjuge. Sucessão dos Colaterais e do Estado. Sucessão Testamentária. Formas de 73 Testamentos e das Disposições Testamentárias. Legados. Substituições e inexecução do Testamento. Inventário, do Andamento Processual e da Partilha.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias . 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.				
DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões . 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.				
GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: direito de família . 9. ed. São Paulo: Saraivajur, 2019.				
TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito das sucessões . v. 05. 15. ed. Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2020.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: direito de família . v. 05. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.				
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões . v. 06. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.				
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Morrer e Suceder: passado e presente da transmissão sucessória concorrente . 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.				
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito de família . 16.ed. São Paulo: Saraivajur, 2019.				

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro : direito das sucessões. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV				
Sugestão de código do componente: ODIR0044				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VIII				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
MENTA / DESCRIÇÃO:				
Processo Cautelar: Ações Cautelares Jurisdicionais e Administrativas. Ações Cautelares Nominadas e Inominadas. Legislação Extravagante. Procedimentos Especiais: Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e de Jurisdição Voluntária na Legislação Extravagante. Homologação da Sentença Estrangeira e Ação Rescisória.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil . v. 3. 52. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.				
WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil : execução. v. 3. 16 ed. São Paulo: RT, 2017.				
SCALABRIN, Felipe. Lições de Processo Civil. Execução . São Paulo: Livraria do Advogado, 2015.				
VIEIRA, José Marcos Rodrigues. Coisa julgada : limites e ampliação objetiva e subjetiva. 1.ed. Salvador: Juspodium, 2016.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

ALVIM, Teresa Arruda; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. **Ação rescisória e querela nullitatis. semelhanças e diferenças**. São Paulo: RT, 2018.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 3. ed. Saraiva. 2017.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. 3. São Paulo: Malheiros, 2017.

NUNES, Elpídio Donizetti. **Curso didático do direito processual civil**. 19. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

NUNES, Dierle; VIANA, Aurélio. **Precedentes**: a mutação no ônus argumentativo. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Sugestão de código do componente: ODIR0045

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VIII

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Contexto histórico: assistência social, previdência e saúde. Princípios da Seguridade Social. Legislação Previdenciária: Definição, autonomia, fontes e hierarquia, interpretação, aplicação, integração e vigência. Regimes de Previdência Social: geral, próprio e complementar. Benefícios da Assistência Social. Benefícios Previdenciários. Acumulação de Benefícios. Competência para processamento de ações previdenciárias. Custeio e Financiamento da Seguridade Social.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KERTZMAN, Ivan. **Direito Previdenciário**. São Paulo: Barros, 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FOLLADOR, Renato. **Previdência Social**: um dia você vai precisar dela. Curitiba: Juruá, 2007

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do trabalho**. SP: Atlas, 2019.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. SP: Saraiva Educação, 2021.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. SP: Saraiva Educação, 2020.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. RJ:Forense; SP: MÉTODO 2020.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regimes próprios de previdência social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **PRÁTICA JURÍDICA III**

Sugestão de código do componente: ODIR0046

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): VIII

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:0	Prática: 90	CH Total: 90	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
(X) Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Atividades cartorárias: acompanhamento de expedientes, diligências e atendimento. Participação nas audiências. Confeção de pareceres e cotas ministeriais: pesquisa e debate de legislação, doutrina e

jurisprudência. Confecção de despachos, decisões, despachos e sentenças. Discussão e correção de peças.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HENRIQUE, Ricardo; EBERDHART, Marcos; ANDRÉ, Davi. **Manual de prática penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018.

LOPES Jr., Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. **Manual de prática penal**. 5. ed. São Paulo: Método, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FULLER, Paulo Henrique Aranda et al. **Prática Penal**. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

GAMA, José de Souza. **Curso de prática forense penal**. 14. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

KNIPPEL, Edson Luz. **Prática Penal**. São Paulo: Método, 2019.

LÉPORE, Paulo; CALIARI, Fábio Rocha; CARVALHO, Natan C. B. **Manual das carreiras**: manual do advogado criminalista. Salvador: JusPodivm, 2019.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2019.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **DIREITO TRIBUTÁRIO II**

Sugestão de código do componente: ODIR0047

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IX

Relação do componente com a estrutura curricular: (☒) Obrigatório (☐) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(☒) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
(☐) Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
(☐) Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão.	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
(☐) Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
(☐) Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
(☐) Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

--

Impostos sobre a circulação de bens e consumo. Imposto sobre o patrimônio. Imposto sobre a renda e proventos. Impostos sobre o comércio exterior. Contribuições especiais. Administração Tributária.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano da Silva. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 1999.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. São Paulo: Malheiros, 2006.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. São Paulo: Lejus, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Brasília: Universidade de Brasília

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. São Paulo: Malheiros, 2008

FERREIRA NETO, Arthur Maria. **Natureza jurídica das contribuições na constituição de 1988**. São Paulo: MP, 2006

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I**

Sugestão de código do componente: ODIR0048

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IX

Relação do componente com a estrutura curricular: (☒) Obrigatório (☐) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(☐) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
(☐) Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
(☐) Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
(☐) Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
(☐) Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
(☒) Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

--

A Monografia. Tema e Escolha do Tema. Metodologia Aplicada ao Trabalho Monográfico. Normas da ABNT. Elaboração e defesa do Projeto de Pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica . 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.				
MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no Direito . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.				
NUNES, Rizzatto. Manual de monografia jurídica . 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CARNEIRO, Maria Francisca. Pesquisa jurídica : metodologia da aprendizagem. Aspectos, questões e aproximações. Curitiba, PR: Juruá, 2007.				
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.				
MACHADO, Anna Rachel. Trabalho de pesquisa : diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.				
MACIEIRA, Sílvia; VENTURA, Magda. Como elaborar projeto, monografia e artigo científico . 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.				
MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva M. Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2008.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO				
Sugestão de código do componente: ODIR0049				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IX				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:			
Correntes do Direito Internacional. Origem da obrigatoriedade do Direito Internacional. Do pacta sunt servanda ao transconstitucionalismo pós-moderno. Dualismo e Monismo no Direito Internacional. Monismo com supremacia do direito interno. Monismo com supremacia do direito internacional. Reconhecimento do Estado e do Governo. Conceito, objeto e características. Marco jurídico interno. Fontes do DIP. Personalidade jurídica internacional: Estado, Organizações internacionais e indivíduo. Marco jurídico das relações internacionais: relações diplomáticas e consulares, solução pacífica dos litígios. Espaços internacionais. Direito Digital como tema transversal.			
BIBLIOGRAFIA			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
REZEK, Jose Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Direito internacional público. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. SILVA, Roberto Luiz. Direito internacional público. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. D'ANGELIS, Wagner Rocha. Direito Internacional do Século XXI. Curitiba: Juruá, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AVILA, Rafael. A guerra e o direito internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. CANÇADO TRINDADE. Antônio Augusto. Os tribunais internacionais contemporâneos. Brasília: FUNAG, 2013. HUSEK, Carlos Roberto. Curso de direito internacional público. 9. ed. São Paulo: LTR, 2009. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito internacional público: parte geral. 3. ed. Ver. Atual. e ampli. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. TRINDADE. Antônio Augusto Cançado. Princípios do direito internacional contemporâneo. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017.			
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR			
Nome do Componente: ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL			
Sugestão de código do componente: ODIR0050			
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IX			
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo			
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA			
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:	Vivência/ Orientação:	CH Total:

() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Questão ética fundamental: o fenômeno humano e a liberdade. Ética e Direito. Filosofia e Ética. O Fenômeno Moral e a Filosofia Ética. Consciência Ética. Ética da Alteridade. Ética Especial: Aspectos éticos referentes à vida, à procriação, à família, à ordem social, e à propriedade. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações interdisciplinares e estratégias de ação do profissional do Direito. O advogado e seu Estatuto. A Ordem dos Advogados do Brasil. O Código de Ética Profissional. O Juiz: deveres profissionais. O Ministério Público. Os auxiliares da Justiça.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Curso de Ética Jurídica: ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2016. BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2014. LANGARO, Luiz Lima. Curso de Deontologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BIELA JR. Curso de ética profissional para advogados. São Paulo: LTr, 2018. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2013. PEGORARO, Olinto. Ética e justiça. Petrópolis: Vozes, 2009. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 2014				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: PRÁTICA JURÍDICA IV				
Sugestão de código do componente: ODIR0051				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IX				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				

() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
(X) Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica: 0	CH aula Prática: 90	Vivência/Orientação:	CH Total: 90
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Confecção de peças processuais: participação em audiências e diligências judiciais e em esferas administrativas, realização de visitas técnicas orientadas, ações de extensão junto à comunidade local, análise de processos findos e em curso, pesquisa de jurisprudências, dentre outras.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Petição inicial e respostas do réu . São Paulo: LTr, 2019.				
DO VAL, Renata; CAVALCANTE, Rodrigo Arantes. Audiência trabalhista: teoria e prática . São Paulo: LTr, 2019.				
SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto. O processo do trabalho como instrumento do direito do trabalho e as ideias fora de lugar do novo CPC . São Paulo: LTr, 2015.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2019.				
PEREIRA, Leone. Prática trabalhista . São Paulo: Saraiva, 2019.				
OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista . São Paulo: Atlas, 2019.				
RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. Prática trabalhista . São Paulo: Saraiva, 2019.				
SALEM NETO, José. Prática processual trabalhista . São Paulo: Saraiva, 2019.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO FINANCEIRO				
Sugestão de código do componente: ODIR0052				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IX				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Finanças Públicas na Constituição. Orçamento Público: Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Princípios orçamentários. Leis Orçamentárias. Créditos Adicionais. Vedações Constitucionais em matéria Orçamentária. Controle de Constitucionalidade das Leis Orçamentárias. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Receita Pública: Conceito, classificações e renúncia. Despesa Pública: técnica de realização de despesa pública e despesas obrigatórias de caráter continuado. Disciplina Legal e Constitucional dos Precatórios. Crédito Público. Intervenção Federal e Dívidas Públicas. Limites das dívidas e das operações de crédito. Responsabilidade Fiscal. Direito Digital.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário . São Paulo: Atlas, 2018.				
OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro . São Paulo: RT, 2017.				
RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Curso de Direito Financeiro . São Paulo: Saraiva, 2017.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro . RJ: Forense, 2021.				
BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças . Rio de Janeiro. Forense, 2016.				
CARNEIRO, Claudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro . SP: Saraiva, 2020.				
PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro . SP: Atlas, 2021.				
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário . Rio de Janeiro: Renovar, 2017.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				

Nome do Componente: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO				
Sugestão de código do componente: ODIR0053				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): X				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Sujeitos e conteúdo do DIPr. Métodos de escolha da lei aplicável no direito brasileiro e direito europeu. Limites à aplicação da lei estrangeira. Fontes do DIPr e seus conflitos. Noções de contratos internacionais. Direito de família no DIPr. Sucessão internacional. Alimentos no plano internacional. Aspectos civis de sequestros de menores.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ARAUJO, Nadia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018. DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: parte geral. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado. São Paulo: Saraiva, 2018.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais: autonomia da vontade. Mercosul e convenções internacionais. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. ARAUJO, Nadia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.				

BAPTISTA, Luiz Olavo. Contratos internacionais . São Paulo: Lex Editora, 2011.				
CARNIO, Thais Cintia. Contratos internacionais : teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.				
JAEGER JUNIOR, Augusto. Europeização do direito internacional privado : caráter universal da lei aplicável e outros contrastes com o ordenamento jurídico brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: DIREITO ECONÔMICO				
Sugestão de código do componente: ODIR0054				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): X				
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Direito econômico: conteúdo, características, objeto, autonomia e relação com os demais ramos do direito. Institutos: circulação, produção, consumo, investimento, renda, patrimônio e planejamento. Regras de direito econômico. Ideologia constitucionalmente adotada. Direito econômico e análise jurídica da política econômica. Formas de atuação estatal na atividade econômica: cooperação e colaboração na regulação econômica. Ordem econômica na Constituição Brasileira de 1988. Função social da propriedade dos bens de produção.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito econômico . Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.				
GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na constituição de 1988 (interpretação e crítica). São Paulo: Malheiros, 2006.				
CARVALHOSA, Modesto. Direito econômico : obras completas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico: do direito nacional ao direito supranacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BAGNOLI, Vicente. **Introdução ao direito da concorrência: Brasil-Globalização-União Europeia-Mercosul-Alca**. São Paulo: Singular, 2005.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. **Regime jurídico geral e especial da atividade econômica no Brasil**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **O indispensável direito econômico**. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 101, n. 923, p. 37-52, 2012.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **Trabalho de Conclusão de Curso II**

Sugestão de código do componente: ODIR0055

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): X

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
(X) Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total: 60			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Fundamentação teórico-epistemológica da produção do conhecimento, relacionando a pesquisa e o ensino; Desenvolvimento de conteúdos e competências necessários à efetivação de uma pesquisa na área do Direito. Redação da fundamentação teórica e relatório de pesquisa. Defesa da Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014. (Série Métodos de Pesquisa).

MACHADO, Glóreni Aparecida (Org.). **Iniciação científica em direito**: a experiência da Faculdade de Direito da UnB. Brasília: UnB, 2000.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**: atualizado de acordo com as últimas normas da ABNT. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **PRÁTICA JURÍDICA V**

Sugestão de código do componente: ODIR0056

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): X

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
(X) Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica: 0	CH aula Prática: 90	Vivência/Orientação:	CH Total: 90
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Atendimento jurídico para solução de problemas concretos de natureza coletiva, especialmente aqueles relacionados à tutela de direitos de povos indígenas, da floresta, das águas e comunidades tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Manaus: UFAM, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.

MOREIRA, Erika Macedo. **Onhemoirô**: o judiciário frente aos direitos indígenas. Programa de Pós-Graduação em Direito (Tese de Doutorado). Brasília: UnB, 2014.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **O Direito das minorias**: passagem do “invisível” real para o “visível” formal? Manaus: UEA, 2013.

TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco et al. (Orgs.). **Direitos Territoriais Quilombolas**: para além do marco temporal. Goiânia: Ed. PUC-Goiás, 2016.

TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; et al. (Orgs.). **Estados e povos na América Latina Plural**. Goiânia: Ed. PUC-Goiás, 2016.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

Sugestão de código do componente: ODIR0057

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): X

Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
(X) Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total: 230			

() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)		CH Total:	
EQUIVALÊNCIAS			
Código	Nome do Componente Curricular	CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:			
Atuação em atividades de extensão registradas na Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa, como programas, projetos, cursos de extensão e eventos, coordenados por docentes ou técnicos da carreira de nível superior na Ufopa. Para eventos, a atuação deverá ser na organização ou na realização dos mesmos. Para cursos, a atuação deve ser na organização ou ministrando aulas			
BIBLIOGRAFIA			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Este componente curricular não possui uma bibliografia específica.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Este componente curricular não possui uma bibliografia específica.			
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR			
Nome do Componente: ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
Sugestão de código do componente: ODIR0058			
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): X			
Relação do componente com a estrutura curricular: (X) Obrigatório () Optativo			
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA			
() Disciplina	Teórica:	Prática:	CH Total:
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação: CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação: CH Total:
(X) Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total: 200		
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:		
EQUIVALÊNCIAS			
Código	Nome do Componente Curricular	CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:			
Atividades formativas que tenham relação com a formação do bacharel em direito realizadas extrassala			
BIBLIOGRAFIA			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
Este componente curricular não possui uma bibliografia específica.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
Este componente curricular não possui uma bibliografia específica.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: EIXO I - DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE (DIREITO IMOBILIÁRIO)				
Sugestão de código do componente: ODIR0059				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática: 0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Fundamentos e conceitos de Políticas Públicas; Princípios basilares para implantação de políticas públicas; Implantação de políticas públicas com arranjos jurídico-institucionais; Política pública como objeto jurídico; Dimensão processual da política pública; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil; Políticas Públicas Temáticas: Saúde, Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento e Assistência Social, Urbana; Processo legislativo e normativo; Controle judicial das políticas públicas; Avaliação de estudos de caso				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
CHRISPINO, Alvaro. Introdução ao Estudo das Políticas Públicas : uma Visão Interdisciplinar e Contextualizada. 1ªed. Editora FGV. 2016.				
HEIDMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento : bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da UnB, 2009.				

RAMALHO, Dimas (coord). **Direito, Políticas Públicas e Controle Externo**. Cotia, SP: Foco, 2022. 272p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. Planejamento e Políticas públicas, n. 21, Brasília: IPEA, jun. 2000.

MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo. **Políticas públicas no Brasil**: uma abordagem institucional. São Paulo: Saraiva Uni, 2017.

SILVA, Vlória Pompeu. **Políticas Públicas**: conformação e efetivação de direitos. Cotia, SP: Foco, 2022.

SILVA, Marcia Regina Farias; NUNES, Emanuel Márcio; DIAS, Nildo Da Silva; LIMA, Alexandre De Oliveira; GRIGIO, Alfredo Marcelo; DUTRA, Maria Da Conceição Farias Da Silva Gurgel; PIMENTA, Melissa Rafaela Costa (Editores). **Desenvolvimento Territorial, Políticas Públicas e Meio Ambiente no Campo e na Cidade**. São Paulo: Livraria da Física, 2019.

RODRIGUES, Hugo Antunes. **Princípio do mínimo existencial e sustentabilidade das políticas públicas do meio ambiente com ênfase no saneamento básico**. São Paulo: Dialética, 2022.

TEJADAS, Sílvia da Silva. **Avaliação de políticas públicas e garantia de direitos**. São Paulo: Cortês, 2020.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO I - DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE (DIREITO IMOBILIÁRIO)**

Sugestão de código do componente: ODIR0060

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática:0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

A Propriedade Imobiliária no Ordenamento Jurídico Brasileiro; A Usucapião Aspectos Fiscais da Propriedade Imobiliária; Aspectos Sucessórios do Direito Imobiliário; Negócios jurídicos imobiliários:

Contratos preliminares. Compra e venda. Doação. Incorporação imobiliária. Alienação fiduciária. Locação. Incorporação Imobiliária. Interferência do Estado na Propriedade Privada. Contratos Imobiliários: urbanos e agrários. Loteamento e Desmembramento do Solo Urbano. O Direito Imobiliário e as Relações de Consumo. Estudos de caso: aspectos jurídicos imobiliários

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, Marcus Vinicius Motter. **Curso de Direito Imobiliário**. 1ªed. Editora Revista dos Tribunais. 2021. 1008p.

MARCHETTI FILHO, Gilberto Ferreira. **Manual Prático de Direito Imobiliário**. 4. ed. Campinas, SP: Contemplar, 2022. 983p.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 3861p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO JÚNIOR, José Osório de. **Direitos imobiliários da população urbana de baixa renda**. São Paulo: Sarandi, 2011.

CHALHUB, Melhim Namem. **Incorporação Imobiliária**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 568p.

FARIA, Renato Vilela; CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes. **Operações imobiliárias - Estruturação e Tributação**. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. 2124p. *E-book*.

MORAES, Alexandre Nunes de. **Direito imobiliário e registral na prática**. 2.ed. São Paulo: Imperium, 2022. 752p.

SABINO, Jamilson Lisboa. **Lei de parcelamento do solo comentada: aprovação de loteamentos convencionais ou de acesso controlado e condomínios de casas ou lotes**. São Paulo: Dialética, 2021. 388p.

TAPAI, Marcelo de Andrade. **Coleção método essencial: direito imobiliário**. Campinas, SP: Método, 2022. 478p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO I - DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE (REGISTROS PÚBLICO)**

Sugestão de código do componente: ODIR0061

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática: 0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:	
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:	
EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Direito Notarial. Direito registral imobiliário. Registro civil das pessoas naturais; títulos públicos. Escrituras de Inventário: Partilha e Divórcio, Ata Notarial e Testamento. Registro de pessoa jurídica. Tabelionato de notas e tabelionato de protesto. Registro de imóveis. Serventias Notariais e Registrais. Atividades Extrajudiciais Notariais e de Registro. A função social dos registros públicos.		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LOUREIRO, Luiz Guilherme. Registros Públicos : teoria e prática. 11.ed. rev. e atual. Salvador: Juspodivm, 2021. 1504p.		
PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida. Registros Públicos . 3.ed. Rev. e atual. Campinas, SP: Método, 2022. 1312p.		
RODRIGUES, Marcelo. Tratado de registros públicos e direito notarial . 4.ed. Salvador: Juspodivm, 2022. 1360p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALVIM NETO, José Manuel de Arruda; CLÁPIS, Alexandre Laizo; CAMBLER, Everaldo Augusto. Lei de Registros Públicos Comentada : lei 6.015/1973. Rio de Janeiro: Forense. 2019. 1576p.		
ABELHA, André; CHALHUB, Melhim; VITALE JUNIOR, Olivar Lorena. Sistema eletrônico de registros públicos - Comentada e Comparada. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 704p.		
CASSETARI, Christiano; RODRIGUES, Felipe Leonardo; FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger. Tabelionato de Notas . Cotia, SP: Foco, 2022. 520p.		
DEBS, Martha E.; SARDINHA, Cristiano de Lima Vaz. Cartórios e acesso à Justiça . 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2021. 208p.		
GOMES, Gilberto Macedo. Manual Prático dos Registros Públicos . São Paulo: Imperium, 2020. 924p.		
PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida. Registros públicos na prática . Campinas, SP: Método. 2021. 776p.		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Nome do Componente: EIXO I - DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE (TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DE PETIÇÕES)		
Sugestão de código do componente: ODIR0062		

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática: 0	CH Total :45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Elementos pré-textuais. Aspectos da Petição inicial. Endereçamento e qualificação. Fundamentos: Argumentos de Direito Material. Fundamentos: Argumentos de Direito Processual. Tutelas de urgência. Pedidos e fechamento.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
FLORENCE, Ruy Celso Barbosa; CAMPESTRINI, Hildebrando. Como redigir petição inicial . São Paulo: SaraivaJur. 5.ed. 2019. 200p.				
MINAGÉ, Thiago M.; COPETTI NETO, Alfredo; VEIGA, Fábio da Silva; ARAÚJO JUNIOR, Alírio; ROCHA, Jorge Bheron; MARIOT, Gilberto; LUCENA JUNIOR, Hamilton Novo; XAVIER, José Tadeu Neves; SOARES, Marcelo Negri; BERTI, Marcio Guedes; DI MARCO, Marta Pangaio; REQUIÃO, Maurício; MAIA, Maurilio Casas; PASSOS JUNIOR, Vicente da Cunha. Petições de uso frequente . São Paulo: Editora Tirant Lo Blanch Brasil, 2019. 568p				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CALVACANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. Prática jurídica trabalhista . São Paulo: Atlas, 2021. 672p.				
NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. Manual de Prática Penal . Campinas, SP: Método, 2021. 664p.				
OLIVEIRA, Erival da Silva. Prática Jurídica Constitucional . Casa Verde, SP: Editora Rideel, 2019. 672p.				
PEIXOTO, Ulisses Vieira Moreira; SOUZA, Renee de Ó. Petições Penais: teoria e prática . São Paulo: JH Mizuno, 2020. 740p.				

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual de Prática Civil . Campinas, SP: Método, 2022. 592p.				
TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. Linguagem jurídica e Argumentação : teoria e prática. 7.ed. Barueri, SP: Atlas, 2021, 408p.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: - EIXO I - DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE (TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E DE NEGOCIAÇÃO)				
Sugestão de código do componente: ODIR0063				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): I				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática: 0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Teoria do conflito. Princípios e conceitos: conciliação, negociação, mediação e arbitragem. Métodos alternativos de solução dos conflitos. Negociação e conciliação. Bases legais dos métodos autocompositivos e heterocompositivos. Arbitragem no direito brasileiro: lei de arbitragem, juizados especiais etc. Mediação e Mediador. Mediação: princípios, técnicas e regime jurídico. Fases da mediação. Mediação familiar, civil e empresarial. Mediação penal.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação . São Paulo: SaraivaJur, 2022. 480p.				
PINHO, Humberto Dalla Bernardina de.; MAZZOLA, Marcelo. Manual de mediação e arbitragem . São Paulo: SaraivaJur, 2021. 496p.				
SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem . Salvador: Forense, 2021. 352p.				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRIQUET, Enia Cecília. **Manual de mediação**: Teoria e prática na formação do mediador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 256p.

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. 678p.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público**. 2.ed. Brasília: CNMP, 2015. 295p.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Meios extrajudiciais de solução de conflitos** – Manual dos MESCs. Barueri, SP: Manole, 2016. 192p.

NUNES, Ana. **Mediação e Conciliação**. Editora revista dos tribunais. 2018. 350p.

XAVIER CABRAL, Trícia Navarro; CURY, Cesar Felipe. **Lei de mediação comentada artigo por artigo**. Cotia, SP: Foco, 2022. 300p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Sugestão de código do componente: ODIR0064

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

História do comércio internacional. A lex mercatória. Relações jurídicas comerciais internacionais. Leis, acordos e cláusulas relevantes para o Comércio Internacional. Compromissos das empresas multinacionais. A Câmara de Comércio Internacional: origem, importância e solução de conflitos. Resoluções da Câmara de Comércio Internacional. A Organização Mundial do Comércio. Tratados internacionais e conflitos internacionais. Regras brasileiras aplicáveis aos contratos internacionais. Efeitos dos contratos internacionais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPARROZ, Roberto. LENZA, Pedro. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira Esquemático**. São Paulo: SaraivaJur, 2022. 1016p.

SEGRE, German et al. **Manual Prático de Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2018. 248p.

OLIVEIRA, Cristina Godoy Bernardo de; DOMINGUES, Juliana Oliveira. **Direito econômico internacional**. Campo Largo: PR: InterSaberes, 2017. 374p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, Diego de Souza. **Sinopses jurídicas**: direito internacional. 6.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. 240p.

LEE, João Bosco; PACHECO, José Emani de. **Arbitragem Comercial Internacional nos Países do Mercosul** - Biblioteca de Direito Internacional. Curitiba, PR: Juruá. 2022. 448p.

NYEGRAY, João Alfredo Lopes. **Legislação aduaneira, comércio exterior e negócios internacionais**. Campo Largo, PR: InterSaberes, 2016. 532p.

RIZZARDO FILHO, Arnaldo; TRINDADE, Manoel Gustavo Neubarth. **Redes empresariais e a nova lex mercatoria**: uma análise transdisciplinar para o direito comercial. São Paulo: Tirant Lo Blanch Brasil, 2018. 132p.

VERMA, Alisha. **Comércio Internacional**. São Paulo: KS OmniScriptum Publishing, 2020. 252p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO PENAL ECONÔMICO**

Sugestão de código do componente: ODIR0065

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Teoria do Direito Penal Econômico. Crimes econômicos e sociedade de risco. Escolas Criminológicas e o direito penal econômico. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional: Crimes Financeiros, Lavagem de Dinheiro e Corrupção, evasão de divisas. Crimes contra a ordem tributária: Contrabando, descaminho, apropriação indébita e sonegação de contribuição previdenciária, sonegação fiscal. Crimes contra o sistema previdenciário. Colaboração premiada. Willful blindness (cegueira deliberada), Whistleblower (delação) e Compliance na prática da gestão empresarial

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 568p.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito Penal Econômico**: parte geral. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. 320p.

SOUZA, Luciano Anderson de; ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho (coords.). **Direito Penal econômico**: leis penais especiais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. 304p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECHARA, Fabio Ramazzini; FLORÊNCIO FILHO, Marco Aurélio Pinto. **Compliance e direito penal econômico**. Coimbra: Almedina, 2019. 318p.

CALEGARI, Andre; FONTENELE, Marília; TURBAY, Marcelo. **Temas atuais de direito penal econômico**: Série Idp. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 480p.

ESTELLITA, Heloisa. **Integração regional e direito penal**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001425186>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Direito Penal Econômico**: uma prática criminal na era compliance. Coimbra: Almedina, 2020. *Ebook*.

SAAD-DINIZ, Eduardo; BRODT, Luís Augusto; TORRES, Henrique Abi-Ackel; LOPES, Luciano Santos. **Direito penal econômico nas ciências criminais**. São Paulo: D'Plácido, 2019. 468p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO**

Sugestão de código do componente: ODIR0066

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:	
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:	
EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Teoria Geral do Direito Marítimo. Direito Portuário. Logística Marítima e Portuária. Agência de regulação de transporte marítimo. Direito Ambiental Marítimo: poluição marítima, portuária e responsabilidades. Tribunal marítimo: Competência Fatos e Acidentes da Navegação. Direito Tributário e Aduaneiro na seara marítima. Legislação base do direito marítimo e portuário: Código Comercial (Lei nº 556/1850); Lei Orgânica do Tribunal Marítimo (Lei nº 2.180/54); Lei de Ordenação do Transporte Aquaviário (Lei nº 9.432/97); Lei de Segurança do Transporte Aquaviário (Lei nº 9.537/97); Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013).		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MARTINS, Eliane M. Octaviano; OLIVEIRA, Paulo Henrique Reis de. Direito marítimo, portuário e aduaneiro: temas contemporâneos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. 476p. CAMPOS, Ingrid Zanella Andrade; PACHECO, Jose Ernani de Carvalho. Curso de Direito Marítimo Sistematizado: direito material e processual: com esquemas didáticos. Curitiba: Juruá, 2017. 394p. ZEMPULSKI, Tatiana Lazzaretti. Direito marítimo e portuário. Curitiba: InterSaberes, 2022. 236p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DE MOURA, Geraldo Bezerra. Direito da Navegação. São Paulo: Aduaneiras, 1991. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo; MORAES, Alexandre de Moraes; FERREIRA Antonio Carlos. Direito marítimo: estudos em homenagem aos 500 anos da circum navegação de Fernão de Magalhães. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 612p. OBREGÓN, Marcelo F. Quiroga. Direito marítimo ambiental: dever fundamental de proteção do meio ambiente marinho no âmbito nacional e internacional. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 185p. PIMENTA, Matusalém Gonçalves. Processo marítimo: formalidades e tramitação. Barueri, SP: Manole, 2012. 224p. SILVA, Americo Luis Martins da. Direito aquaviário e da navegação marítima. Volumes 1 a 5. Curitiba: Createspace Independent Publishing Platform.		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Nome do Componente: EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO DO CONSUMIDOR		
Sugestão de código do componente: ODIR0067		
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II		

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Conceitos de consumidor, fornecedor e formação da relação de consumo. Proteção constitucional do consumidor. Direitos básicos dos consumidores e princípios fundamentais, da qualidade dos produtos e serviços e a proteção do consumidor. Proteção constitucional do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto e do serviço. Defeito do produto/serviço. Desconsideração da personalidade jurídica. As práticas abusivas no mercado de consumo. O acesso à justiça e o código de defesa do consumidor. O consumidor no cenário internacional: Mercosul e União Europeia. Dos crimes da relação de consumo e das sanções administrativas.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ALMEIDA, Fabricio Bolzan; LENZA, Pedro. Direito do consumidor esquematizado. São Paulo: SaraivaJur, 2022. 1040p. BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022. 624p. TARTUCE, Flavio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual. Campinas, SP: Método, 2022. 904p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino. Prática no Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2021. 328p. BARROS, João Pedro Leite. Direito à Informação: repercussões no direito do consumidor. São Paulo: Foco, 2022. 368p. BRAGA NETTO, Felipe. Manual de direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. Salvador: Juspodivm, 2022. 688p.				

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo. **Direito do consumidor e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2021.345p.

NUNES, Rizzato. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: SaraivaJur, 2022. 952p.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Direitos do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 640p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO PROCESSUAL FISCAL E ADMINISTRATIVO**

Sugestão de código do componente: ODIR0068

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Princípios fundamentais do direito processual tributário. Princípios do processo administrativo tributário. Lançamento tributário e fiscalização. Processo administrativo fiscal: direitos e deveres, instauração e instrução, julgamento e fase recursal, restituição, ressarcimento, compensação e parcelamento. Medidas liminares nos processos tributários. Procedimentos disciplinares investigativos: sindicância investigativa, patrimonial e preliminar sumária. Procedimentos disciplinares acusatórios: sindicância acusatória. Procedimento administrativo disciplinar (PAD)): instauração, instrução e defesa. Execução fiscal.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALCANTI, Eduardo Muniz Machado. **Processo Tributário**: administrativo e judicial. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 576p.

SOUZA, James Jose Marins de. **Direito Processual Tributário Brasileiro**: administrativo e judicial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2021. 976p.

PRIA, Rodrigo Dalla. **Direito Processual Tributário**. São Paulo: Noeses, 2021. 744p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORREGEDORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Edição da Corregedoria-Geral da União. Brasília. 2021. 367p.

JANCZESKI, Célio Armando; PACHECO, José Ernani de Carvalho. **Direito Tributário e Processo Tributário**: Abordagem Conceitual: Processo Administrativo Fiscal, Ações do Fisco, Crimes Contra a Ordem Tributária. v. 2. Curitiba: Juruá, 2019. 256p.

MACHADO, Jonatas E. M.; COSTA, Paulo Nogueira da. **Manual de Direito Fiscal**: perspectiva Multinível. Lisboa: Actual, 2019. 592p.

MESSIAS, Adriano Luiz Batista; ROSA, Íris Vânia Santos Rosa (Coords.). **Questões Contemporâneas da Execução Fiscal**. São Paulo: Dialética, 2022. 248p.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de Improbidade Administrativa Comentada**: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal. São Paulo: Atlas, 2018. 280p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Sugestão de código do componente: ODIR0069

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

--

Conceitos e abordagens teóricas das Relações Internacionais: análise dos processos de integração regional. Nova Ordem Econômica Mundial. Política externa dos países da América Latina. Quadros de integração: União Europeia, do Mercosul, da CAN e da UNASUL. União Europeia: formação, fases, fundamentos, conflitos e aplicabilidade, relevância social e econômica. MERCOSUL: formação, fases, fundamentos, conflitos e aplicabilidade, relevância social e econômica. Outros blocos de integração: ASEAN, APEC, COMESA, NAFTA, SADC, ALC. Barreiras ao comércio entre países. Acordos de integração econômica. Elementos da integração monetária e financeira

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MENEZES, Alfredo da; PENNA FILHO, Pio. **Integração Regional**. São Paulo: GENAtlas, 2021. *Ebook*.

NIEMEYER NETO, Luiz Moraes de; et al. **Integração Econômica Regional**. São Paulo: Editora SaraivaUni. 2013. 232p.

VIEIRA, Luciene Klein; PACHECO, José Ernani de Carvalho. **Interpretação e aplicação uniforme do direito da integração**: União Europeia, Comunidade Andina, Sistema da Integração Centro-Americana e Mercosul. Curitiba: Juruá, 2013. 168p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Floresmario Pasqual. **Programa de Integração Econômica Internacional**: em busca de um caminho para um sistema mais justo. 2022. *Ebook*.

RODRIGUES, Augusto de Pinho. **A inserção internacional e as vantagens estáticas e dinâmicas**: Integração econômica no caso do MERCOSUL estudado do ponto de vista do Brasil e da Argentina. [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2015. 120p.

AZEVEDO, Maria Eduarda. **A (Re)Construção da Europa? A Dinâmica da Integração Económica e Política**. Lisboa: Editora Quid Juris, 2017.

BAUMANN, Renato. **Integração Regional**: teoria da experiência Latino-Americana. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 268p.

GOMES, Eduardo Biacchi. **Direito da integração econômica**. Curitiba: InterSaberes, 2015. 188p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Sugestão de código do componente: ODIR0070

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica:60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:

() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Propriedade Industrial e Direito Autoral. Patentes. Marcas: Objeto. Funções. Espécies. Direitos. Registros. Licença de uso. Extinção e Nulidades. Tratados Internacionais, OMPI, TRIPs da Organização Mundial do Comércio. Proteção jurídica do nome comercial. Procedimentos de apropriação no Brasil e no exterior para propriedade intelectual. Lei de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997). A propriedade intelectual e industrial nos novos meios de comunicação digital. Medidas judiciais de defesa da propriedade.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BEZERRA, Matheus Ferreira. Manual de Propriedade Intelectual . Rio de janeiro: Lumen Juris. 2021. 276p.				
BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual : Tomos I a IV. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2022.				
GONÇALVES, Luís Couto. Código da Propriedade Industrial Anotado . Coimbra: Almedina, 2021. 1314p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
AHLERT, Ivan B.; CAMARA JUNIOR, Eduardo G. Patentes : Série Soluções Jurídicas: Proteção na lei de Propriedade Industrial. São Paulo: Editora Atlas, 2019. 288p.				
BITTAR, Carlos Alberto. Direito do Autor . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019. 240p.				
COSTA NETTO, Jose Carlos. Direito autoral no Brasil . São Paulo: SaraivaJur, 2018. 704p.				
REIS, Augusto Cezar Freitas dos. Marcas, patentes e propriedade industrial . São Paulo: Rumo Jurídico, 2022. 684p.				
SCHMIDT, Lélío Denicoli. Marcas : aquisição, exercício e extinção de direitos. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2019. 504p.				
SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual : propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. São Paulo: Manole, 2021. 490p. <i>E-book</i> .				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				

Nome do Componente: EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Sugestão de código do componente: ODIR0071				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Benefícios previdenciários. Condições essenciais, direitos adquiridos. Aposentadoria, pensão e auxílio como proteção da renda salarial nos casos de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte ou reclusão.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ALVES, Hélio Gustavo. Guia prático dos benefícios previdenciários : de acordo com a Reforma Previdenciária – EC 103/2019. 1. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020.				
BALERA, Wagner (Coord.). Reforma da previdência social : comparativo e comentários à emenda constitucional n. 103/2019. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2020.				
GUELLER, Marta Maria R. Penteado; BERMAN, Vanessa Carla Vidutto (Coord.). O que muda com a reforma da previdência : regime geral e regime próprio dos servidores. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CARDOSO, Oscar Valente. A integração da Seguridade Social no MERCOSUL in Curso Modular de Direito Previdenciário , Vol. II. Florianópolis: Conceito Editorial. 2010. p. 207.				
CASTRO, Carlos Alberto de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário . 14ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012. p. 45				

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Estado**, 5.ed., SP. Martins Fontes, ano 2005.

OLIVEIRA, Aristeu de; TCHAKERIAN, Guilherme. **Nova previdência social e a Constituição Federal**: guia de fácil leitura. São Paulo: Atlas, 2020.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**

Sugestão de código do componente: ODIR0072

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Mecanismos alternativos de resolução de conflitos. Arbitragem, Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa. Contratos civis especiais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Deilton Ribeiro. A questão do tratamento dos conflitos: mediação e arbitragem como novos modelos de justiça consensual. Saberes **Interdisciplinares**, ano VII, nº 14, jul.-dez/2014. Acessível em: http://www.iptan.edu.br/publicacoes/caderno_pesquisa_4.pdf

CALMON, Petronio. **Fundamentos da mediação e da conciliação**. 2. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Mediação e conciliação. In: **Curso de direito processual civil**. v.1. 17. ed. Salvador: JusPodium, 2015. [disponível versão eletrônica - pdf]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BRASIL, Deilton Ribeiro. Leituras da justiça e seus novos acessos. In: Ativismo judicial e direitos fundamentais : leituras em Garapon e Ricoeur. Curitiba: Editora Juruá, 2014.				
BACELAR, R. P. Mediação e arbitragem: coleção saberes do direito . São Paulo: Saraiva, 2012.				
CARMONA, Carlos Alberto. A Arbitragem no Processo Civil . São Paulo: Malheiros, 1993.				
DIDIER JUNIOR, Luiz Antônio Scavone. Manual de Arbitragem . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009				
LEDERACH, John Paul. Transformação de Conflitos . Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - CONTRATOS CIVIS ESPECIAIS				
Sugestão de código do componente: ODIR0073				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Classificação dos contratos. Efeitos. Elementos. Ferramentas e Gestão dos Contratos. Contratos administrativos. Contrato de compra e venda. Contrato de comodato. Contrato de prestação de serviços. Gestão de contratos com e sem um software. Contratos trabalhistas. Contrato de agregamento. Contrato de investimento. Contratos guarda-chuva. Contratos no Agronegócio. Contratos na Construção Civil. Contratos digitais e outros.				
BIBLIOGRAFIA				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. **Curso de Direito Civil:** teoria geral das obrigações e dos contratos: institutos fundamentais. São Paulo: RT, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil:** contratos. v.4. Tomo II. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2012. V. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BANDEIRA, Paula Greco. **Contrato incompleto.** São Paulo: Atlas, 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil:** contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado:** parte geral, obrigações, contratos (parte geral). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil:** contratos. v. 3. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - CONTRATOS EMPRESARIAIS

Sugestão de código do componente: ODIR0074

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Contratos Empresariais. Conceito. Distinções dos contratos civis. Locação e compra e venda empresariais. Intermediações, comissão, parcerias, contratos preliminares no ramo empresarial. EPC. Franquia. Seguros. Contratos e procedimentos bancários. Contratos no mercado de capitais. Smart contracts. Redes contratuais. Direito Digital nos contratos.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: NEVES, Thiago. Contratos Mercantis. Rio de Janeiro: Jvspodium, 2020. FORGIONI, Paula. Contratos Empresariais. São Paulo: RT, 2017. MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. São Paulo: Gen, 2019. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. São Paulo: Saraiva, 2016.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BENACCHIO, Marcelo. Interpretação dos contratos. In: Lotufo, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coord.). Teoria Geral dos Contratos. São Paulo: Editora Atlas, 2011. EFING, Antonio Carlos. Contratos e Procedimentos Bancários. São Paulo: RT, 2012. FRADERA, Vera Jacob. A Compra e Venda Internacional de Mercadorias. São Paulo: Atlas, 2012. MARTINS, Fran. Contratos e obrigações comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2008. REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. Autonomia privada e a análise econômica do contrato. São Paulo: Almedina, 2017.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO DA CRISE EMPRESARIAL – FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO E REGIMES ESPECIAIS				
Sugestão de código do componente: ODIR0075				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:	
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:	
EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Fundamentos do Direito da Empresa em Crise. Crise e Insolvência. Execução Concursal. Liquidação e Reorganização.		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FRANÇA. Erasmão Valladão Azevedo e Novaes. Temas de direito societário, falimentar e teoria da empresa . São Paulo, Malheiros, 2009.		
MOMBACH, Matheus Martins. Empresa em Crise: Temas Atuais sobre Recuperação Empresarial e Falência no Brasil . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.		
SOUZA JUNIOR. Sátiro de, A. S. A. de Moraes Pitombo (coord.), Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência . São Paulo: RT, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial . 6ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. pp. 347-380		
L. F. Valente de Paiva. Recuperação Extrajudicial: O Instituto Natimorto e uma Proposta pra sua Reformulação . In: P. F. C. S. Toledo, F. Sátiro (coord.). Direito das Empresas em Crise: Problemas e Soluções . São Paulo: Quartier Latin, 2012. pp. 229-263.		
NORTH, Douglass C. Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico . São Paulo: Três Estrelas, 2018.		
PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e Mercados . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		
TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe. História do Direito Falimentar: da execução pessoal à preservação da empresa . São Paulo: Almedina, 2018		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Nome do Componente: EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - DIREITO PREMIAL E COMPLIANCE		
Sugestão de código do componente: ODIR0076		
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II		

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Fundamentos do direito premial e compliance. Estudo da Governança Corporativa, o compliance. Análise de todos os aspectos da Ética corporativa de maneira crítica, dos fundamentos, dos aspectos de direito comparado, a partir de uma abordagem sistemático-crítica do estado da arte dos referidos temas.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ROSSETI, José Pachcoal et al. Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimentos e tendências . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.				
VILELA, Daniela Rodrigues Machado. Direito premial trabalhista e compliance para construção de uma teoria da justiça social premial . Belo Horizonte: Editora Expert, 2021.				
ROTSCH, Thomas. Criminal Compliance . Baden-Baden: Nomos, 2018.				
SAAVEDRA, Giovani Agostini. Compliance na Área da Saúde . São Paulo: Lykoscastle, 2016.				
SILVEIRA, Renato Melo Jorge. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção . São Paulo: Saraiva, 2015.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ACCIOLY, Elizabeth. Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico-institucional . 3ª edição, atualizada. Curitiba: Juruá, 1996.				
ALMEIDA, José Gabriel Assis de. Mercosul: manual de direito de integração . Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001.				
REIS, Márcio Monteiro. Mercosul, União Europeia e Constituição: a integração dos Estados e os ordenamentos jurídicos nacionais . Rio de Janeiro: Renovar, 2001.				

RODAS, João Grandino. Sociedade Comercial e Estado . São Paulo: Saraiva, 1999. MALDONADO, Viviane; BLUM, Renato Opice. Lei Geral de Proteção de Dados Comentada . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. MALDONADO, Viviane; BLUM, Renato Opice. Comentários ao GDPR. Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: EIXO II - DIREITO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CÍVEIS CODIFICADOS				
Sugestão de código do componente: ODIR0077				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil e legislação processual civil extravagante. Jurisdição voluntária. Relação entre a aderência do procedimento e a correlata tutela jurisdicional objetivada. Variedade de procedimentos. Efetividade do processo e pleno acesso à justiça.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
GAJARDONI, Fernando da Fonseca; SILVA, Márcio Henrique Mendes Da. Manual dos procedimentos especiais cíveis de legislação extravagante . São Paulo: Método, 2006.				
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais . 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013.				
MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais . v. 3. São Paulo: Atlas, 2015.				

TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil: 101** Processo cautelar e procedimentos especiais. v.3. São Paulo: RT, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Título III - Dos Procedimentos Especiais. Artigos 539 a 770

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. **Teoria geral dos procedimentos especiais**. In. FARIAS, Cristiano Chaves de e DIDIER JR., Fredie (coord.). Procedimentos especiais cíveis, legislação extravagante, São Paulo: RT, 2002.

MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos especiais**. São Paulo: Malheiros, 13ª Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: procedimentos especiais**. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso De Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados**. v. 3. São Paulo: RT, 2015.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO III – DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Sugestão de código do componente: ODIR0078

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática: 0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Evolução histórica do controle da administração. O Controle judicial num cenário de incertezas: soluções normativas e soluções institucionais. Estudos empíricos sobre controle da administração

pública e seus problemas metodológicos. O controle pela via da responsabilização. O direito ao erro. A improbidade administrativa. Política anticorrupção. Controle interno. Controle pelo Poder Legislativo. Controle pela via arbitral. Controle pelo processo.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BINENBOJM, Gustavo; CYRINO, André Rodrigues. O art. 28 da LINDB - A cláusula geral do erro administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, v. Especial, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rda.v0.2018.77655>.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

DIONISIO, Pedro de Hollanda. **O direito ao erro do administrador público no Brasil**: contexto, fundamentos e parâmetros. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2019.

MOTTA, Fabrício; NOHARA, Irene Patrícia. **LINDB no Direito Público**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Ubiratan Diniz de; ALBUQUERQUE, Márcio André Santos de; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. **A administração pública sob a perspectiva do controle externo**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

JORDÃO, Eduardo Ferreira. A expansão do TCU para dentro de entidades controladas. **Jota**, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/controle-publico/a-expansao-do-tcu-para-dentro-de-entidades-controladas>. Acesso em: 15 abr. 2025.

JORDÃO, Eduardo. Administração dialógica ou amedrontada? **Jota**, 22 maio 2019.

JORDÃO, Eduardo; RIBEIRO, Leandro Molhano; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. A produção legislativa do Congresso Nacional sobre agências reguladoras. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 56, n. 102 222, p, abr./jun

JORDÃO, Eduardo Ferreira. Revolução secreta também no controle público? **Jota**, 07 jan. 2019.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO III – DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIREITO REGULATÓRIO**

Sugestão de código do componente: ODIR0079

[*IN Proen 05/2024](#)

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática: 0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:

() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Conceitos de regulação e institutos afins. Fundamentos jurídicos da regulação dos setores econômicos no Brasil. Agência - conceito, histórico, objetivos e responsabilidade. Marco regulatório do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados. Marco regulatório do Conselho Nacional de Saúde - CONSU e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Comissão de Valores Mobiliários e Seguros. Banco Central e Seguros. Alteração do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF para Unidade de Inteligência Financeira - UIF e Seguros. Processo Administrativo Sancionador - SUSEP e ANS.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ARANHA, Marcio Iorio. Manual de direito regulatório: fundamentos de direito regulatório. 4. ed. London: Laccademia Publishing, 2018. AZULAY NETO, Messod. A impossibilidade de o órgão que integra o sistema nacional de defesa do consumidor instaurar processo administrativo sancionador no âmbito da prestação do serviço de telecomunicações. Revista Ibero-Americana de Direito Público, ano 1, n. 1, p. 197-203, 2000. FONSECA, Reynaldo Soares da. COSTA, Daniel Castro Gomes (Coord). Direito regulatório. Belo Horizonte: Forum Conhecimento Jurídico, 2020. GUERRA, Sérgio (Org.) Teoria do estado regulador. v.3. Curitiba: Juruá, 2018				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
BRASIL, Direito regulatório: bibliografia. Organizado pelo Tribunal D598 Regional Federal da 1ª Região. Brasília: Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 2020. CARDOSO, Henrique Ribeiro. O poder normativo das agências reguladoras. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. FILHO, Marçal Justen. O direito das agências reguladoras. São Paulo: Dialética, 2002. FONSECA, Reynaldo Soares da; COSTA, Daniel Castro Gomes da. Direito regulatório: desafios e perspectivas para a administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2020. VOLOTÃO, Romilson de Almeida. Direito regulatório, governança e licenciamento ambiental: soluções para o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental brasileiro. Curitiba: Juruá, 2016.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				

Nome do Componente: EIXO III – DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS				
Sugestão de código do componente: ODIR0080				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 45	Prática:0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Aspectos teóricos e práticos da Lei 14.133/2021. Planejamento das aquisições públicas. Contratação Direta & Contratos Administrativos. Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle. Execução e fiscalização dos contratos administrativos como instrumento dos fins almejados pela Administração Pública.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos . São Paulo: Fórum, 2015.				
PRADO, Leandro Cadenas. Licitações e Contratos: a lei 8.666/1993 simplificada . São Paulo: Impetus, 2015.				
SANTOS, Murillo Giordan. Licitações e contratações públicas sustentáveis . São Paulo:Fórum, 2015.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos**: teoria e prática. São Paulo: Ed. Grupo Gen, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40. ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO III – DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIREITO ELEITORAL**

Sugestão de código do componente: ODIR0081

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): III

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica:45	Prática:0	CH Total: 45	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Direito Eleitoral. Normas Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Elegibilidades e Inelegibilidades. Financiamento de Campanhas. Propaganda Eleitoral. Abuso de Poder Econômico e Político. Outras Infrações Eleitorais. Direito Penal e Processual Penal Eleitoral

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2020.

GONÇALVES, Luiz Carlos. **Ações Eleitorais**: aspectos materiais e processuais. São Paulo: Publique Edições, 2021.

ZILIO, Rodrigo López. **Direito Eleitoral**. Porto Alegre: Verbo Jurídico. 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Luiz Magno e CUNHA, Amanda Guimarães. **Direito Eleitoral sancionador:** o dever de imparcialidade da autoridade judicial. Tirant Lo Blanch, 2021.

REZENDE, Edson. **Curso de Direito Eleitoral.** Del Rey, 2020 Pontos controvertidos da Lei da Ficha Limpa - obra coletiva org. ANPR, acessível em http://anpr.org.br/assets/uploads/files/publicacoes/Livro_FichaLimpa.pdf.

FALCÃO, Joaquim (org.). **Reforma Eleitoral no Brasil:** legislação, democracia e internet em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SCHLICKMANN, Denise Goulart e outros (orgs.). **Questões Eleitorais Contemporâneas.** São Paulo: D'Plácido, 2021.

VELLOSO, Carlos Mario da Silva e AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral.** São Paulo: Saraiva, 2017.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Sugestão de código do componente: ODIR0082

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito Fundamental. Menoridade e Responsabilidade Penal. Política de Atendimento. Atos infracionais. Medidas socioeducativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e Advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e prevenção Especial. Adoção.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves; RAMIDOFF, Mario Luiz. **Estatuto da Juventude Comentado**: Lei n. 12.852/13. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011.

FONSECA, Antônio Cezar Lima da. **Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2011.

ISHIDA, Válder Kenji. **A Infração Administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2009.

FULLER, Paulo Henrique Aranda; DEZEM, Guilherme Madeira; NUNES JUNIOR, Flávio Martins Alves. **Difusos e Coletivos Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ROSSATO, Luciano Alves; LEPORE, Paulo Eduardo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: comentado artigo por artigo. 6. ed. São Paulo: RT, 2014.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITO DO CONSUMIDOR**

Sugestão de código do componente: ODIR0083

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

--

Noções introdutórias: conceitos de consumidor, fornecedor e formação da relação de consumo. Direitos básicos dos consumidores e princípios fundamentais, da qualidade dos produtos e serviços e a proteção do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto e do serviço. Defeito do produto/serviço. Excludentes da responsabilidade civil no CDC. Riscos de desenvolvimento. O Estado como fornecedor. Desconsideração da personalidade jurídica. As práticas abusivas no mercado de consumo. Os bancos de dados do consumo. A proteção contratual no código de defesa do consumidor. O acesso à justiça e o código de defesa do consumidor.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor o novo regime das relações contratuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **Direito do consumidor doutrina essenciais de direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Fernanda Nunes. **Informação: direito e dever nas relações de consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2011.

CARPENA, Heloísa. **O consumidor no direito da concorrência**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do Consumidor**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELO, Nehemias Domingues de. **Da Defesa do Consumidor em Juízo: por danos causados em acidentes de consumo**. São Paulo: Atlas, 2010

MARQUES, Claudia Lima; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. **Direitos do consumidor endividado superendividamento e crédito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

Sugestão de código do componente: ODIR0084

[*IN Proen 05/2024](#)

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:

() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. O sistema norte-americano das ações coletivas. A ação civil pública. O Ministério Público e a ação civil pública. A defesa dos interesses difusos e coletivos nas leis 7347/85 e 8078/90. O inquérito civil público. A coisa julgada em matéria de interesses difusos e coletivos. A execução judicial referente a interesses difusos e coletivos. A ação civil pública consumerista. Estudo de casos concretos.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ANDRADE, Landolfo; ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber. Interesses Difusos e Coletivos: esquematizado. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.				
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Tutela de Interesses Difusos e Coletivos: sinopses jurídicas. V. 26. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.				
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.				
YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
CHIMENTI, Ricardo Cunha et. al. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.				
MAZZILLI, Hugo Nigro; Damasio de Jesus. Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.				
MORAES, Alexandre. Direito de direito constitucional. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2007.				
MACHADO, Maria Costa Neves. Direito à Diferença Cultural: a igualdade e a diversidade cultural dos seres humanos. São Paulo: Juruá, 2010.				
SANTOS, João Paulo de Faria. Ações Afirmativas e Igualdade Racial: a contribuição do direito na construção de um Brasil diverso. São Paulo: Lovola, 2005.				

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
Nome do Componente: EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITOS CULTURAIS				
Sugestão de código do componente: ODIR0085				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Identidade, tradição e reconhecimento. Direitos culturais. Proteção jurídica da cultura e da diversidade.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALTMANN, Eliska. Sociologia, cultura e arte: um debate entre espaços e tempos. Revista de Ciências Sociais da Unisinos , v. 54, n. 1, 2018. CHAUI, Marilena. Cidadania cultural : o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Teoria dos Direitos Culturais : fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições SESC, 2018. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos : conceito e legitimação para agir. 7. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. SOARES, Inês Virginia Prado. Crimes contra Bens Culturais . São Paulo: Editora Planeta Verde, 2017.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CUCHE, Denys. **O conceito de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

LIMA, Emanuel Fonseca; WATSON, Carmen Soledad Aurazo de (org.). **Identidade e diversidade cultural na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2017.

SOARES, Inês Virginia Prado; PRAGMACIO, M. (Org.) **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Sugestão de código do componente: ODIR0086

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Sociedade Informacional e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) Origem do direito à privacidade. Contexto histórico da proteção de dados. Direito Comparado. Dado, informação, conhecimento e sabedoria. A formação da sociedade de dados. O valor dos dados na Sociedade da Informacional. Precedentes das normas de proteção de dados na União Europeia, Estados Unidos, Mercosul e Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DONEDA, Danilo. **Da Privacidade A Proteção De Dados Pessoais**. São Paulo: Renovar, 2016.

LEONARDI, Marcel. **Tutela da privacidade na internet**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor**: linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRANDA, Leandro Alvarenga. **A Proteção de Dados Pessoais e o Paradigma da Privacidade**. Amazon, 2018.

WACHOWICZ, Marcos. **Propriedade Intelectual**: Inovação e Conhecimento. Curitiba: Juruá, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito da Internet e da Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. 1 (A sociedade em rede). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. São Paulo: Pearson Education, 2001.

RIFKIN, Jeremy. **A Terceira Revolução Industrial**. São Paulo: MBooks, 2012.

RODOTÀ, Stefano. **A Vida na Sociedade da Vigilância**: a Privacidade Hoje. São Paulo: Renovar, 2008.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITO E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Sugestão de código do componente: ODIR0087

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Trajetória teórica e redefinições do conceito de sociedade civil. As contribuições teóricas clássicas e contemporâneas para a análise dos movimentos sociais. As teorias dos Novos Movimentos Sociais. As abordagens de redes sociais nos estudos sobre sociedade civil e movimentos sociais. As análises de sociedade civil e movimentos sociais no contexto da globalização, da sociedade da informação e da realidade latino-americana.		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BOBBIO, Norberto. Verbetes “Sociedade Civil” . Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.		
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais . Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.		
HABERMAS, Jürgen. Atores da sociedade civil, opinião pública e poder comunicativo : direito e democracia. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.		
MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social . São Paulo: Cortez, 2010.		
PERISSINOTO, Renato e FUKS, Mário, (org). Democracia : teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba/PR: Fundação Araucária, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BOBBIO, Norberto. Da sociedade ao Estado e do Estado à sociedade : o conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.		
CAMPILONGO, Celso Fernandes. Interpretação do direito e movimentos sociais . Rio de Janeiro: Elsevier. . Acesso em: 16 jul. 2025. , 2012		
COSTA, Igor Sporch da; MIRANDA, João Irineu de Resende. Direito e Movimentos Sociais - A Busca da Efetivação da Igualdade . Curitiba(PR): Juruá-editora, 2012		
PEREIRA, Potyara A. P. Estado, sociedade e esfera pública : Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.		
SHERERWARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Movimentos Sociais e Participação . Florianópolis: Editora UFSC, 2011.		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Nome do Componente: EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE- DIREITO E GÊNERO		
Sugestão de código do componente: ODIR0088		
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV		
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo		

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular		CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
Conceituais das desigualdades de gênero e da valorização da diversidade nas instituições democráticas. Feminismo e representatividade. Violências de gênero. Teoria de Queer.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. BONELLI, M. G. Profissionalismo, gênero e diferença nas carreiras jurídicas. São Carlos: Edufscar, 2013. HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. Revista de Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001. PINTO, Celi Regina J. Uma história do feminismo no Brasil; São Paulo: Perseu Abramo, 2003. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Teoria política e feminismo abordagens brasileiras. Vinhedo: Horizonte, 2012.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. Revista de Estudos Feministas, v. 9, p. 231-252, 2001. BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 9, p. 7-38, 2012. BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S.G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34, 2002.				

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

NOGUEIRA, Sayonara N. B; AQUINO, Tathiane A.; CABRAL, Euclides Afonso. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. Brasil: Rede Trans Brasil, 2017.

SCOTT, Joan. **"Gênero: uma categoria útil de análise histórica."** [In:] Gênero e a política da história. New York: Columbia University Press, 1989.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Sugestão de código do componente: ODIR0089

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Direito das Relações Étnico-Raciais. Apresentação dos conceitos fundamentais que embasam as discussões jurídicas em torno do tema. Gênese colonial do Direito brasileiro e a herança escravocrata. Silenciamento jurídico racial e problemas de inclusão no cenário constitucional. Abertura constitucional de direitos silenciados. Os quilombos e os patrimônios afrobrasileiros como exemplos de quebra de paradigmas jurídicos hegemônicos. Por que as questões que se relacionam à etnicidade e ao racismo têm vindo ao debate da esfera pública e pautado discussões nas redes sociais, meios de comunicação, parlamentos, sistema judiciário e ações dos governos? O antirracismo do patrimônio cultural afro-brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial**: ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITO E SAÚDE**

Sugestão de código do componente: ODIR0090

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática: 0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

--

Direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 e legislação nacional protetiva dos direitos humanos. Direito humano à saúde: conceito e normatividade. Intersecções entre direito humanos à saúde e outros direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COHN, A. **Estado e sociedade e as reconfigurações do direito à saúde**. Ciênc. saúde coletiva. 2003.

DALLARI, S. G. Direito Sanitário: Fundamentos, Teoria e Efetivação. In: Rocha, AA; Cesar, CLG; Ribeiro, H. **Saúde Pública**: bases conceituais 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2013

FLEURY, S.; VASCONCELOS, C.L. (Org.). **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

PAIVA, Vera; PUPO, Ligia Rivero; SEFFNER, Fernando (Org.). **Vulnerabilidade e direitos humanos**: prevenção e promoção da saúde: livro III: pluralidade de vozes e inovação de práticas. Curitiba: Juruá, 2012.

RODRIGUES, P. H. A, Santos IS. **Saúde e Cidadania**: uma visão histórica e comparada do SUS. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu Rio, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE, Aline. **Direitos humanos dos pacientes**. Curitiba: Juruá, 2015.

BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. **História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde**. In: MATTA, Gustavo Correa; MOURA, Ana Lucia (Org.). Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2007. p. 29-60.

MOROSINI, Márcia Valéria G.C. (Org.). **Sociedade, estado e direito à saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O conceito de política pública em direito**. In: BUCCI, M.P.D. (Org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

MANN, Jonathan. **Saúde pública e direitos humanos**. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, 1996.

NOGUEIRA, V. M. R.; PIRES, D. E. P. **Direito à saúde: um convite à reflexão**. Cad. **Saúde Pública**, 2004.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome do Componente: **EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - DIREITO LIBERALISMO, MARXISMO E GLOBALIZAÇÃO**

Sugestão de código do componente: ODIR0091

Período de oferta na estrutura curricular (semestre): IV

Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:

() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Extensionista:		Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio <i>*IN Proen 03/2023</i>	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/ Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
A influência do liberalismo no Direito. Uma teoria liberal da Justiça em John Rawls. A lei e a Ordem para Ralf Dahrendorf. Globalização, Neoliberalismo e o mundo do trabalho. Sabores e Dissabores do marxismo perante o liberalismo. Modernidade e ordem periférica. Weber e Marx: identidades e diferenças.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
MARX, K., ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista . Belo Horizonte: Liga Operária e Camponesa, 1998.				
MARX, K. O Capital : crítica da economia política: livro I: processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.				
MELLO, Alex F. de. Marx e a Globalização . São Paulo: Boitempo Ed., 1999.				
OLIVEIRA, E. A.: LAMAS, F. G. (org.). Pensamento crítico e ciências humanas : um caminho para Marx. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.				
PACHUKANIS, E. Teoria geral do direito e marxismo . São Paulo: Boitempo, 2017.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
MELLO, Alex F. de. Mundialização e Política em Gramsci . São Paulo: Cortez, 1996.				
O' CONNOR, J. USA: A Crise do Estado Capitalista . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.				
SCRUTON, R. Como ser um conservador . Rio de Janeiro: Record, 2015.				
SOARES, P. de T. P. L. Globalização ou Imperialismo? Crítica Marxista. n. 3. São Paulo: Brasiliense, 1996.				
WOOD, E. M. Democracia contra capitalismo : a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				

Nome do Componente: EIXO IV – DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)				
Sugestão de código do componente: ODIR0092 *IN Proen 05/2024				
Período de oferta na estrutura curricular (semestre): II				
Relação do componente com a estrutura curricular: () Obrigatório (X) Optativo				
TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA				
(X) Disciplina	Teórica: 60	Prática:0	CH Total: 60	
() Módulo	Teórica:	Prática:	CH Total:	
() Atividade Coletiva - Práticas Integradoras de Extensão. *IN Proen 03/2023	CH aula Extensionista:		Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Coletiva - Estágio *IN Proen 03/2023	CH aula Teórica:	CH aula Prática:	Vivência/Orientação:	CH Total:
() Atividade Acadêmica Individual (Ex. Atividades de Extensão, Atividades Complementares)	CH Total:			
() Atividade de Orientação individual (Ex. Estágio, TCC.)	CH Total:			
EQUIVALÊNCIAS				
Código	Nome do Componente Curricular			CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:				
A História da Educação de Surdos. Surdez: conceitos e definições. Cultura e identidades: as comunidades surdas brasileiras. Aspectos legais da educação de surdos: Decreto nº 5626/05. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Definição e aplicabilidade. O ensino de língua portuguesa para o surdo. AEE. Avaliação educacional do aluno surdo: adaptações e realidades. A importância da LIBRAS no desenvolvimento sociocultural do surdo e em seu processo de escolarização, educação bilíngüe e bicultural. Recursos tecnológicos e estratégias de intervenção. Noções básicas de LIBRAS para conversação e acessibilidade.				
BIBLIOGRAFIA				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006.				
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para Nova identidade . Rio de Janeiro: Revinter, 2000.				
SKLIAR, Carlos (Org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.				
STROBEL, Karin Lilian. Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais . Secretaria de Estado da educação Paraná. Curitiba: SEED (organizadora) /SUED/DEE, 1998.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em sinais da LIBRAS**. Rio de Janeiro: REVINTER, 2004.

BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memmon, 1997.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SKLIAR, Carlos (org.). **Educação e exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. 7.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

ANEXO II - Regulamento de Atividades Complementares**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL ÓBIDOS****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2025 de 09 de junho de 2025, que
regulamenta as atividades complementares do curso de Direito do campus
Óbidos**

A DIRETORA DO CAMPUS REGIONAL ÓBIDOS, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria Nº 414/GR/Ufopa de 21 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União nº 75-A, Seção 2 - Edição Extra, pág. 1, em 20 de abril de 2022, considerando a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (DCNs), atualizada pelo Parecer CNE/CES nº 757/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020 que altera o artigo 5º da Resolução nº 5/2018, que estabelece no artigo 2º, inciso IV, a obrigatoriedade das atividades complementares, constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC); considerando o Regimento de Graduação da Ufopa, Resolução 331/2020, art. 27, inciso III a artigo 32 que prevê atividades complementares como conjunto de experiências e de aprofundamento de estudos em áreas específicas e de interesse dos acadêmicos.

RESOLVE:

Regulamentar as atividades complementares do curso de Direito da Ufopa Campus Regional de Óbidos, estabelecendo as condições para sua realização e registro, conforme o observado no disposto legal pertinentes nos seguintes termos:

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º. São atividades complementares aquelas que contribuam com a formação profissional do bacharel em Direito, aprofundamento de estudos em áreas específicas e de interesse dos acadêmicos, consideradas a participação em algumas modalidades de experiências de modo a propiciar vivências variadas que possam enriquecer seu currículo com experiências práticas, teóricas e culturais, e

a ampliar o desenvolvimento de habilidades e competências em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

Art. 2º. As atividades complementares não devem ser confundidas com as atividades da prática jurídica ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), podendo ser articuladas com a oferta de componentes curriculares que componham a estrutura curricular do curso.

Art. 3º. O total de horas de atividades complementares a ser cumprido é de 210 horas e não possuem carga horária docente associada e não permitem a previsão de aulas e nem a formação de turmas na sua execução.

Art. 4º. Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), realizar a análise e aproveitamento das atividades complementares de acordo com a ficha em anexo.

§ Compete ao NDE definir e divulgar o calendário de recebimento e conferência das atividades complementares para fins de integralização curricular.

Art. 5º. A coordenação do curso deve acompanhar o cumprimento das atividades complementares.

Art. 6º. As atividades complementares devem ser registradas e comprovadas por meio de documentos oficiais e devem ser entregues juntamente com a ficha.

§ Serão considerados válidos os certificados e/ou declarações adquiridas a partir do ano de ingresso do acadêmico na Instituição, expedidas por instituições educativas ou em eventos, locais, regionais, nacionais ou internacionais que tratem sobre o Direito e áreas afins.

Art. 7º. A validação das atividades deve ser feita pela coordenação do curso.

Art. 8º. São consideradas atividades complementares:

I - Projetos de Extensão: atividades de pesquisa, extensão e produção científica e tecnológica.

II - Monitoria: apoio à docência em disciplinas do curso.

III - Estágios: atividades de aprendizado prático em escritórios de advocacia, órgãos públicos, etc.

IV - Participação em Eventos: congressos, simpósios, palestras, seminários, etc.

V - Voluntariado: atividades de assistência social, jurídica e outras.

VI - Pesquisa: participação em projetos de pesquisa, desenvolvimento de trabalhos científicos, etc.

VII - Atividades Esportivas e Culturais: participação em eventos, cursos, oficinas, etc.

VIII - Outras atividades (social, desportiva, histórico, cívico, das instituições públicas, privadas e organizações sociais): atividades reconhecidas pela coordenação do curso.

Art. 9º. O não cumprimento da carga horária mínima de atividades complementares poderá impedir a formatura do estudante.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 10º. Casos omissos serão resolvidos pela coordenação do curso.

Art. 11º. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Óbidos (PA), 10 de junho de 2025

Profª Dra. Marilene Maria Aquino Castro de Barros
Diretora do Campus Regional Óbidos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS

FICHA DE APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Curso de Direito – Campus Regional Óbidos

Acadêmico(a): _____

Matrícula: _____ Turma: _____

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CH APRESENTADA	CH CREDITADA
ENSINO		40h
Aproveitamento de disciplinas eletivas do curso de Direito excedentes às previstas na matriz curricular		10h
Disciplinas extracurriculares oferecidas em cursos de graduação em Direito de outra instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, desde que ainda não tenham sido aproveitadas como equivalentes no Curso de Direito do Cobi		10h
Monitorias em disciplinas do curso de Direito, com professor orientador.		20h
EXTENSÃO		70 h
Atividades de extensão realizadas por bolsista, feitas sob supervisão de professor		10h
Estágios extracurriculares não obrigatórios/voluntários desenvolvidos mediante convênio, conforme este Regulamento, coordenados e		20h

supervisionados pelo coordenador/supervisor do Núcleo de Prática Jurídica e de acordo com legislações sobre estágios.		
Ministrante de atividades de extensão, palestras ou assemelhados relacionadas ao Direito ou temas afins.		10h
Participante como ouvinte de eventos jurídicos: seminários, congressos, palestras, semanas acadêmicas, painéis e afins, observando-se a frequência efetivamente assistida.		20h
Intercâmbio interinstitucional com outras IES conveniadas com a Ufopa, mediante aprovação nas disciplinas cursadas no intercâmbio e que não fazem parte das equivalentes às do curso de Direito já contadas na categoria de ensino.		10h
PESQUISA		40h
Participação em eventos científicos com publicação de trabalhos nas áreas afins do Direito		20h
Participação em eventos científicos sem publicação de trabalhos nas áreas afins do Direito		20h
OUTRAS ATIVIDADES		60h
Outras atividades (social, desportiva, histórico, cívico, das instituições		

públicas, privadas e organizações sociais): atividades reconhecidas pela coordenação do curso		
---	--	--

ANEXO III - Regimento Interno do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ**REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ DO
CURSO DE DIREITO – CAMPUS REGIONAL ÓBIDOS****TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará Campus Regional Óbidos, indispensável para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas no Curso de Direito.

Art. 2º O NPJ é o órgão de coordenação e de supervisão das atividades de estágio do Curso de Bacharelado em Direito, respeitadas as competências específicas da Coordenação do Curso.

Parágrafo único. O NPJ é formado pelo conjunto dos professores do estágio e possui um coordenador designado pelo Colegiado do Curso.

Art. 3º O NPJ tem por finalidade proporcionar aos acadêmicos a formação prática, o desenvolvimento das habilidades necessárias à atuação profissional, para a compreensão analítica dos fatos e para a organização lúdica das atividades jurídicas, as quais devem ser adequadas aos conteúdos dos eixos teóricos de formação fundamental e profissional do acadêmico.

Art. 4º O NPJ é responsável pelo estágio curricular, pelo serviço de assistência judiciária e pelas atividades complementares que possibilitem aos acadêmicos a interação com o mundo jurídico, bem como fomentar a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, permeada pelo estímulo à Ética Profissional dos ulteriores operadores do Direito.

TÍTULO II**DA COMPETÊNCIA DO COORDENADOR DO NPJ**

Art. 5º Ao Coordenador do NPJ compete:

I - aprovar os Programas apresentados pelos Professores de Estágio a serem desenvolvidos pelo NPJ;

II – aprovar os modelos de formulários necessários para o bom funcionamento do Serviço de Assistência Judiciária;

III - fixar os critérios e as condições a serem exigidos para o credenciamento de Escritório de Advocacia, de Órgãos, de Entidades e de Empresas Públicas e Privadas para receberem estudantes do Curso de Direito como estagiários (estágio curricular);

IV - fixar as normas e os critérios de seleção de estagiários para ocuparem as vagas de estágio externo, de acordo com os Programas aprovados pelo Coordenador do NPJ;

V - aprovar os projetos alternativos de estágio que preencham os requisitos legais e práticos necessários ao seu desenvolvimento;

VI - aprovar as alterações na pauta de pesquisas, seminários e trabalhos simulados do Serviço de Assistência Judiciária, de acordo com os Programas aprovados pelo Coordenador do NPJ;

VII - fixar, obedecida à Legislação vigente, o horário de funcionamento do Serviço de Assistência Judiciária;

VIII - indicar professores de estágio para orientarem as pesquisas, seminários e trabalhos simulados do Serviço de Assistência Judiciária e orientar e supervisionar o trabalho dos acadêmicos junto ao Serviço de Assistência Judiciária;

IX - aprovar os projetos de trabalho interdisciplinar a serem desenvolvidos conjuntamente com outros cursos do Campus;

X - apresentar manifestação e sobre ela deliberar referente a assuntos pertinentes às diversas atividades de estágio, sempre que isso lhe for solicitado;

XI - propor ao Colegiado do Curso modificações neste Regulamento, desde que haja necessidade;

XII - assinar as correspondências, as certidões, as declarações e outros gêneros referentes aos estágios supervisionados;

XIII - propor modificações nos diversos formulários utilizados no Serviço de Assistência Judiciária;

XIV - elaborar, semestralmente, proposta de distribuição entre os professores de estágio de as diversas atividades do estágio supervisionado, encaminhando-a ao Coordenador do Curso para análise e deliberação;

XV - dar parecer sobre a viabilidade didática e prática dos projetos alternativos de estágio encaminhados ao NPJ pelos professores de estágio;

XVI - encaminhar aos órgãos competentes do Campus, na forma da legislação vigente, as propostas de convênio para possíveis estágios supervisionados;

XVII - autorizar atividade externa de estágio, para estagiários selecionados na forma e de acordo com os critérios estabelecidos, em Escritório de Advocacia ou Órgão, entidade ou empresa conveniada com o Campus;

XVIII - autorizar a participação em programas alternativos de estágio devidamente aprovados;

XIX - visitar os Escritórios de Advocacia, os órgãos, as entidades e as empresas conveniadas para avaliar a forma em que se desenvolvem os estágios externos;

XX - coordenar e supervisionar todas as atividades de estágio na forma deste Regulamento e de demais legislação em vigor;

XXI - promover a inscrição dos estagiários nas atividades práticas de forma organizada;

XXII - apresentar, semestralmente, o relatório do trabalho desenvolvido.

Parágrafo único. Das decisões do Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica referentes à realização do estágio, cabe recurso ao Colegiado do Curso.

TÍTULO III

DOS PROFESSORES DE ESTÁGIO COM VÍNCULOS NO NPJ

Art. 6º São vinculados ao NPJ os Professores que orientam ou supervisionam as atividades relacionadas com estágio.

Art. 7º Aos Professores de Estágio compete:

I - orientar, supervisionar e avaliar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados das pesquisas de estagiários do NPJ, sob sua responsabilidade, de acordo com os Programas aprovados pelo Coordenador do NPJ;

II - orientar, supervisionar e avaliar o trabalho das equipes de estagiários do Serviço de Assistência Judiciária, sob sua responsabilidade;

III - efetuar o controle de frequência dos estagiários pertencentes às equipes pelas quais for o responsável;

IV - assinar ou, quando impedido, requerer ao Coordenador do NPJ que assine, juntamente com os estagiários da equipe, as petições encaminhadas ao Poder Judiciário por meio do Serviço de Assistência Judiciária;

V - acompanhar, juntamente com as equipes de estagiários pelas quais forem responsáveis, as audiências junto ao Poder Judiciário resultantes do Serviço de Assistência Judiciária;

VI - apresentar ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica as propostas de projetos alternativos de estágio e de alterações da pauta de pesquisa, seminários e trabalhos simulados, que devem seguir a tramitação prevista neste Regulamento e na legislação vigente;

VII - desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

TÍTULO IV

DA SECRETARIA DE ESTÁGIO DO NPJ

Art. 8º Compete à Secretaria de Estágio do NPJ:

I - manter os arquivos de toda a correspondência recebida e expedida, bem como de toda documentação e legislação referente ao estágio;

II - expedir todas as declarações e as certidões pertinentes ao estágio, respeitadas as competências específicas da Coordenação do Curso de Direito, previstas legalmente;

III - manter arquivo de controle de todos os convênios que o Campus celebre para estágio na área do Direito, bem como fichas individuais de todos os estagiários que estiverem realizando estágios com base nesses convênios;

IV - manter arquivo com cópias de todos os processos ajuizados através do Serviço de Assistência Judiciária do NPJ, que deve ser atualizado pelos estagiários;

V - manter cadastro de clientes do Serviço de Assistência Judiciária, que deve ser atualizado com base nos dados fornecidos pelos estagiários a cada novo atendimento ou ato processual;

VI - fazer a triagem inicial de carência para encaminhamento das partes aos estagiários;

VII - manter uma agenda das audiências referentes aos processos ajuizados por meio do Serviço de Assistência Judiciária, que deve ser atualizada pelos estagiários;

VIII - desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo Coordenador do NPJ na forma deste Regulamento.

Parágrafo único. A Secretaria do NPJ é responsável por manter e por organizar os arquivos das Atividades Complementares.

TÍTULO V

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR

Art. 9º As atividades do Estágio Supervisionado do Curso de Bacharelado em Direito obedecem ao que estabelece a legislação em vigor, sobre estágio, e ao previsto neste Regulamento, incluindo a prática jurídica nos seguintes níveis:

I - as pesquisas, os seminários e os trabalhos simulados das práticas profissionais dos diversos operadores do Direito;

II - as atividades decorrentes do Serviço de Assistência Judiciária

Art. 10. As atividades do estágio jurídico são eminentemente práticas, cumpridas integralmente num total de quatrocentas e vinte horas (450h), a partir do segundo semestre do Curso, estando vedada a utilização regular de aulas expositivas.

§ 1º As atividades são assim distribuídas com referência às cargas horárias máximas:

a) a formação de processos simulados deve totalizar duzentos e setenta (270) horas, com redação de peças profissionais e atos processuais nas áreas do Direito Constitucional, do Direito Empresarial, do Direito Civil, do Direito Penal, do Direito do Trabalho, do Direito Tributário, do Direito Ambiental, do Direito Administrativo;

b) a orientação prática deve totalizar sessenta (60) horas, envolvendo a organização judiciária, os Estatutos da Advocacia, a Magistratura, o Ministério Público e os seus Códigos de Ética Profissional;

c) as visitas orientadas e as controladas pelo NPJ devem perfazer o total de sessenta (60) horas, envolvendo aquelas realizadas aos Juizados, aos Foros, aos Tribunais, as Delegacias de Polícia, aos Escritórios de Advocacia, aos órgãos dos Ministérios Públicos, de entidades correlatas de interesse das profissões jurídicas, de acompanhamento a audiências e de sessões judiciárias reais;

d) a participação efetiva em assistência jurídica real deve totalizar sessenta (60) horas, incluindo plantões definidos no NPJ e, quando houver convênio, na prestação de serviços profissionais jurídicos reais em entidades públicas, nas judiciárias, nas empresariais, nas comunitárias e nas sindicais.

§ 2º Nos processos referidos na alínea “a” do § 1º inclui-se, também, a simulação de audiências, de sustentação oral em Tribunais e de atuação no Tribunal do Júri, de treinamento de técnicas de negociação coletiva, de conciliação e de arbitragem, acompanhado de simultânea análise dos correspondentes autos.

§ 3º As visitas e os acompanhamentos referidos na alínea “c” do § 1º são comprovadas mediante relatórios sumários de cada atividade e apresentados pelo acadêmico ao Coordenador do NPJ para avaliação. Para os relatórios deve ser usado padrão impresso, os quais devem conter os dados completos do acadêmico, sua assinatura e a assinatura do dirigente do ato (juiz, promotor, delegado, advogado) e deverão ser entregues nos prazos estipulados.

§ 4º O acadêmico deve manter, até a aprovação final no estágio, pasta contendo cópias das atividades cumpridas e anotadas com avaliação na ficha individual do NPJ.

TÍTULO VI

DOS ESTAGIÁRIOS DO NPJ

Art. 11. São considerados estagiários para fins de Estágio Supervisionado todos os acadêmicos regularmente matriculados nas disciplinas de Estágio e Prática Jurídica, competindo-lhes principalmente:

I - realizar as pesquisas, os seminários e os trabalhos simulados e os orientados, sob supervisão dos professores orientadores;

II - cumprir seus plantões no NPJ;

III - preencher fichas de atendimento de todos os clientes que forem atendidos no Serviço de Assistência Judiciária do NPJ, encaminhando-as à Secretaria de Estágio para fins de cadastramento;

IV - entregar, periodicamente, ao professor de estágio responsável pela equipe, relatório minucioso contendo as atividades realizadas durante o período, acompanhadas de auto avaliação;

V - redigir e assinar as peças nos processos que participe efetivamente, conjuntamente com o professor de estágio ou com o Coordenador do NPJ;

VI - comparecer, sempre que designado, aos atos processuais decorrentes dos processos sob responsabilidade da equipe a qual pertença;

VII - acompanhar as publicações oficiais para manter atualizadas as agendas de audiências existentes no NPJ;

VIII - cumprir as intimações que forem efetuadas nos processos sob sua responsabilidade;

IX - agir de acordo com a ética profissional e zelar pelo bom nome do Serviço de Assistência Judiciária do NPJ;

X - cumprir este Regulamento e as demais determinações legais referentes ao Estágio Supervisionado.

TÍTULO VII

DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 12. A totalidade de carga horária destinada no Estágio Supervisionado ao Serviço de Assistência Judiciária é utilizada para o atendimento das partes, pesquisa e elaboração de peças processuais, audiências simuladas e acompanhamento dos respectivos processos.

§ 1º O atendimento no Serviço de Assistência Judiciária destina-se à população carente, abrangendo as áreas do Direito.

§ 2º Os acadêmicos devem preencher as fichas de atendimento, manter as pastas do público alvo com cópias de todas as peças processuais e informar à Secretaria de Estágio sobre as datas de realização de todos os atos processuais de sua responsabilidade.

§ 3º O trabalho dos acadêmicos junto ao Serviço de Assistência Judiciária será orientado e supervisionado pelos professores de estágio indicados pelo NPJ, na forma deste Regulamento.

§ 4º Para viabilizar os trabalhos do Serviço de Assistência Judiciária, fica facultada a celebração de convênio para atendimento no NPJ com a Defensoria Pública ou órgão similar, responsável por prestar assessoria jurídica gratuita à população carente.

Art. 13. O Serviço de Assistência Judiciária funciona durante todo o ano letivo, com horário de atendimento ao público fixado pelo Coordenador do NPJ, em conjunto com os professores orientadores do Estágio, obedecida à legislação vigente.

§ 1º Os acadêmicos estagiários prestam, no mínimo, quatro (4) horas de atendimento junto ao Serviço de Assistência Judiciária, com exceção daqueles que estiverem autorizados a participar de projeto alternativo de estágio, respeitando a mesma carga horária e de acordo com este Regulamento.

§ 2º A escala de trabalho dos professores de estágio junto ao Serviço de Assistência Judiciária é determinada pelo Coordenador do NPJ.

TÍTULO VIII

DO ESTÁGIO EXTERNO E DOS PROJETOS ALTERNATIVOS DE ESTÁGIO

Art. 14. Até cinquenta por cento (50%) do tempo destinado às atividades junto ao Serviço de Assistência Judiciária pode ser cumprido por meio de:

I - estágio externo em escritório de advocacia, de órgão, de entidade ou de empresa pública ou privada, desde que credenciada junto ao NPJ para receber estagiários do Curso de Direito da Ufopa, Campus Regional de Óbidos;

II - estágio realizado por meio do desenvolvimento de projetos alternativos de estágio aprovados na forma prevista neste Regulamento.

§ 1º O credenciamento para fins de estágio externo obedece ao disposto neste Regulamento e legislações vigentes aplicadas para estágios curriculares.

§ 2º Os projetos alternativos de estágios devem ser coordenados por um professor responsável.

TÍTULO IX

DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO NO NPJ

Art. 15. A avaliação dos estudantes nas disciplinas de Estágio e de Prática Jurídica segue aos critérios fixados pela UFOPA, Campus Regional de Óbidos e correspondem à associação da frequência e do aproveitamento dos acadêmicos.

Art. 16. Compete ao NPJ estabelecer, obedecida à legislação vigente, a forma de avaliação e de controle de frequência do estágio externo desenvolvido em instituições conveniadas, em substituição ao Serviço de Assistência Judiciária.

Art.17. A forma de avaliação e de controle de frequência do estágio desenvolvido por meio da participação em projeto alternativo de estágio é fixada no respectivo projeto, obedecida à legislação vigente.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Ufopa, Campus Regional de Óbidos.

Art. 19. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas todas as disposições contrárias.

Profª Dra. Marilene Maria Aquino Castro de Barros
Diretora do Campus Regional Óbidos

ANEXO IV – Regimento Interno do Laboratório de Informática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA**

REGIMENTO INTERNO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O presente regimento dispõe sobre as normas de conduta e utilização do espaço físico do Laboratório de Informática Prof^a. Cesarina das Graças Silva de Aquino, destinado as atividades de ensino, pesquisa e extensão para toda comunidade acadêmica da UFOPA/Campus Regional de Óbidos, quanto ao uso dos seus equipamentos, material permanente e de expediente, bem como, os softwares disponíveis.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º As normas determinam os requisitos básicos para o uso e a proteção à propriedade nas dependências do Laboratório de Informática Prof^a. Cesarina das Graças Silva de Aquino da Ufopa/Campus Regional de Óbidos.

Art. 2º As normas são as mesmas que se aplicam a todos os usuários dos laboratórios (docentes, técnicos, alunos de graduação e de pós-graduação), não sendo, portanto, permitidos o acesso e a permanência de pessoas não autorizadas nos recintos dos laboratórios.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art.3º. O Laboratório de Informática tem como objetivos:

- a) Permitir à comunidade acadêmica o desenvolvimento de atividades teórico-práticas de ensino assim como o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.
- b) Propiciar condições de plena integração dos benefícios da tecnologia ao processo de ensino-aprendizagem.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA**

CAPÍTULO III

ESTRUTURA FÍSICA E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

Art. 4º Entende-se por equipamentos todos os computadores, impressoras, fontes de energia ininterrupta (UPS – Nobreak), estabilizadores, projetores multimídia e demais periféricos disponíveis para uso no laboratório.

Art. 5º A Ufopa/Campus Regional de Óbidos dispõe, no laboratório de informática Profª. Cesarina das Graças Silva de Aquino, 25 computadores, acesso à internet, pacote de softwares utilizados para aulas e pesquisas, com capacidade para atender 48 alunos, simultaneamente.

Art. 6º O horário de funcionamento do Laboratório segue os períodos abaixo:

- a) Durante o período letivo:
 - De segunda à sexta-feira: de 08h às 12h e de 14h às 23h;
 - Aos sábados: de 08h às 12h;
- b) No período de recesso acadêmico:
 - De segunda à sexta-feira: de 08h às 12h.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO, PERMANÊNCIA E UTILIZAÇÃO

Art. 7º O acesso dos usuários e ou visitantes e a permanência nas dependências dos laboratórios somente poderão ocorrer após receberem instruções de uso e segurança, estarem acompanhados de um docente ou um técnico autorizado e esteja desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa ou extensão no laboratório.

§ 1º - São usuários do Laboratório, os alunos regularmente matriculados, docentes e técnicos com acesso regular as suas dependências. Visitantes, são pessoas da comunidade externa como alunos e professores da Educação Básica envolvidos em projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão com acesso esporádico as suas dependências.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA**

§ 2º - A não obrigatoriedade de acompanhamento do usuário ou visitante, a que se refere o *caput* do parágrafo, pode ser concedida mediante responsabilização por escrito emitida pela Direção do Campus, Coordenação Administrativa do Campus – CAD, considerando o controle de uso dos espaços da Unidade e pela Coordenação Técnica do Campus - CTIC, excepcionalmente.

Art. 8º Fica vedada a utilização do espaço dos laboratórios para fins lucrativos pessoais, de terceiros ou de qualquer outra natureza, que não obedeçam aos objetivos dos laboratórios da Ufopa e suas unidades.

Parágrafo Único. Sendo o espaço dos laboratórios da Ufopa um bem público de uso especial, seu uso fora dos objetivos, como o desenvolvimento de patentes, as consultorias, as assessorias e as parcerias de pesquisadores com terceiros, ficará condicionado à permissão da Direção da Ufopa/Campus Regional de Óbidos e em conformidade com as leis vigentes.

Art. 9º Somente alunos regularmente matriculados, docentes e técnicos, poderão ter acesso regular aos equipamentos do Laboratório.

Parágrafo Único: Somente é permitido até 2 (dois) usuários ou visitantes por máquina.

Art. 10º A utilização do laboratório por usuários não incluídos no artigo anterior dependerá de autorização da Direção.

Art. 11º A chave do Laboratório ficará disponível na Portaria da Instituição e na Coordenação Administrativa do Campus, o acesso a esta chave se dará apenas pelo agendamento de uso do laboratório de informática.

Art. 12º O usuário e o visitante autorizado para uso do laboratório, ficará inteiramente responsável pelo cumprimento das normas deste regulamento, durante a sua permanência no local, bem como pelos equipamentos e mobiliários do mesmo, sendo também da sua inteira responsabilidade:

- a) Solicitar do Coordenador do Laboratório a instalação de qualquer software necessário para a aula, mediante abertura de chamado.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA**

- b) Trazer o software solicitado dando mecanismos para a aquisição do software, seja através da internet ou não
- c) Priorizar software livre com licença GPL (*General Public License* ou Licença Pública Geral), sendo proibido a instalação de softwares proprietários sem licença ou de mecanismo para licenciamento ilegal de software.

Art. 13º Cabe a Coordenação do Laboratório e aos professores do laboratório, cobrarem dos usuários e visitantes o cumprimento deste regulamento.

Art. 14º Ao término das atividades, o seguinte procedimento deve ser adotado pelo professor ou técnico responsável por acompanhá-las:

- 1) Desligar o computador e solicitar que os demais usuários ou visitantes façam o mesmo;
- 2) Desligar os Nobreaks;
- 3) Desligar as luminárias do ambiente.

CAPÍTULO V DAS RESERVAS

Art. 15º Para utilizar o laboratório de informática Prof^a. Cesarina das Graças Silva de Aquino, o usuário deverá solicitar, com antecedência, a reserva do espaço à Coordenação Administrativa do Campus - CAD, durante o horário de funcionamento, de segunda a sexta-feira, de 08h às 18h.

Art. 16º A permanência do usuário ou visitante no Laboratório só será permitida dentro do seu horário de reserva.

§ 1º As reservas registradas deverão ser afixadas nos murais ou em locais visíveis ao público.

§ 2º Havendo choques nos horários de uso do Laboratório, para a solução de impasses valerá a primeira solicitação.

§ 3º Os cursos ou outras ações para atendimento externo, como de extensão e outros, deverão ser programados com antecedência de trinta (30) dias.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA**

**CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E PROIBIÇÕES**

Art. 17º São deveres dos usuários e visitantes do laboratório de informática Prof^a. Cesarina das Graças Silva de Aquino:

- I) Respeitar integralmente o presente regulamento;
- II) Prezar pelo bom uso e conservação dos equipamentos e mobiliários disponíveis no Laboratório de informática;
- III) Atentar para o respeito ao horário de aula e de funcionamento do laboratório;
- IV) Respeitar os horários disponíveis e as reservas firmadas previamente pelo (a) servidor (a) da CAD;
- V) Desligar o computador e seus equipamentos, além de deixar devidamente arrumadas as mesas e cadeiras, quando do término de aula em meio aos turnos de atividade;
- VI) Manter o silêncio e um bom ambiente de trabalho / estudo.

Art. 18º São direitos dos usuários ou visitantes do Laboratório de Informática:

- I) Ter acesso aos recursos computacionais existentes no Laboratório para concretização de suas atividades acadêmicas;
- II) Ser orientado (a) e instruído (a) tanto pela equipe do Laboratório quanto pelos servidores responsáveis, sobre a utilização dos recursos informáticos;
- III) Ter acesso à internet para realizar pesquisas, acessar arquivos de bases de dados que embasem ou complementem seus estudos e práticas;
- IV) Elaborar o trabalho diretamente direcionado às disciplinas e/ou projetos de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Art. 19º É proibido o acesso e permanência de pessoas não autorizadas nos recintos dos laboratórios.

Art. 20º É proibido comer, beber ou fumar nas dependências do laboratório.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Art. 21º É proibido aos usuários do laboratório levar conteúdo que infrinja os objetivos de uso do laboratório, tais como: conteúdo pornográfico, ou qualquer material que possa causar algum tipo de discriminação racial, religiosa, sexual, etc.

Art. 22º Os recursos computacionais devem ser utilizados apenas para ações e atividades didático-pedagógicas, científicas e extensionistas, não sendo permitidos jogos, bate-papos, páginas com imagens inadequadas e quaisquer outros utilitários contrários às atividades-fim da instituição.

Art. 23º É expressamente proibido abrir as máquinas do laboratório, trocar cabos, mouse, teclados, gabinetes e monitores, assim como, retirar qualquer *hardware* ou *software*, das dependências dos laboratórios sem a expressa autorização, por escrito, da administração do Campus.

Art. 24º É vedado ao usuário realizar quaisquer alterações nas configurações do sistema ou da rede sem a devida autorização da Coordenação, independentemente das possibilidades e permissões de sua conta individual para realizar tais operações.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 25º Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Ufopa / Campus Regional de Óbidos, o não cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento acarretará em penalidades estipuladas e impostas pelos Conselho Acadêmico, pela Direção do Campus ou pela Administração Superior. Os usuários dos Laboratórios de Informática estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- I) Advertência oral e/ou escrita;
- II) Aplicação do Regime Interno da Instituição;
- III) Proibição de acesso e uso dos laboratórios de informática da instituição de forma temporária ou definitiva;
- IV) Outras penalidades, conforme decisão da Direção do *Campus* e
- V) Responsabilidade administrativa, civil e penal cabível na Lei.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA

CAPÍTULO VIII

DAS ROTINAS DE SERVIÇO

Art. 26º Compete à Coordenação Técnica do Campus - CTIC, responsável direta pelo laboratório de informática, por intermédio do seu Técnico de Informática - TI, considerando as limitações técnicas existentes, estabelecer cotas individuais de espaço em disco para armazenamento temporário dos usuários.

Art. 27º Os usuários deverão utilizar dispositivos de armazenamento próprios, tais como pendrives, HDs externos, para salvar/guardar os arquivos produzidos no laboratório.

Parágrafo Único: Como medida de segurança, após cada utilização do laboratório de informática Profa. Cesarina das Graças Silva de Aquino, os computadores serão restaurados às suas configurações originais de fábrica.

Documento assinado digitalmente
 MARILENE MARIA AQUINO CASTRO DE BARROS
Data: 12/06/2025 15:14:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marilene Maria Aquino Castro de Barros
Diretora do Campus Regional de Óbidos

ANEXO V -
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº xx, de xx de xxxxxxxx de 2025

Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos(as) acadêmicos(as) do Curso de Bacharelado em Direito do Campus Regional Óbidos da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

A DIRETORA DO CAMPUS REGIONAL DE ÓBIDOS, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria Nº xxxx/xxxx de xx de xxxxxxxxxxxx de xxxxxx, publicada no Diário Oficial da União em xxxx de xxxxxxxxxxxx de xxxxxx, Seção xx, pág. Xxxx, considerando a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito; a **Resolução Nº 187**, de 23 de fevereiro de 2017, que aprova o *Guia de Normalização da Produção Científica da Universidade Federal do Oeste do Pará* e, consoante o Projeto Pedagógico do Curso, resolve expedir a presente **INSTRUÇÃO NORMATIVA** para disciplinar a organização, desenvolvimento e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como atividade curricular obrigatória do Curso de Bacharelado em Direito – Campus Regional Óbidos da Universidade Federal do Oeste do Pará.

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, FINALIDADE E NATUREZA DO TCC

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória e tem por finalidade sistematizar o conhecimento de natureza científica, jurídica, social e interdisciplinar, por meio de estudo de um determinado tema relacionado com um dos campos de conhecimentos do curso.

§ 1º. A finalidade do que trata o Caput desse artigo refere-se às investigações sobre processos organizacionais e de gestão na área jurídica para enriquecimento curricular do Curso de Direito.

§ 2º. O TCC será realizado em um dos campos de conhecimento do curso, a partir de proposta de pesquisa apresentada pelos acadêmicos, com a concordância do orientador, sintetizando os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas durante o curso.

§ 3º. Para fins de esclarecimento, os campos de conhecimentos do Curso de Direito e que suscitam a pesquisa educacional são: 1) Direito e administração pública; 2) Desenvolvimento urbano e meio ambiente; 3) Direito das relações econômicas e integração regional; e 4) Direitos humanos, cidadania e interdisciplinaridade.

§ 5º. A definição do orientador será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia, preservando a formação e relação dos docentes com o tema proposto de pesquisa e observando a sugestão dos acadêmicos na ficha de inscrição do TCC (**Anexo 1**).

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, ENCAMINHAMENTO E APRESENTAÇÃO DO TCC

Art. 2º. Na estrutura curricular do Curso de Direito da Ufopa, Campus Regional de Óbidos, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC integra o Eixo “Formação Prático-profissional”.

§ 1º. O Curso de Direito do Campus Regional de Óbidos dispõe de dois (02) componentes curriculares diretamente relacionados ao TCC: Trabalho de Conclusão de Curso I – 60h; e Trabalho de Conclusão de Curso II – 60h, disponibilizados aos acadêmicos a partir do nono (9º) semestre.

§ 2º. A solicitação de matrícula em TCC, pelo acadêmico, deverá observar o cumprimento de, pelo menos, 70% (setenta por cento) de componentes curriculares cursados e integralizados no ato de apresentação do TCC.

§ 3º. No ato da matrícula nos Componentes Curriculares: Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, o acadêmico deverá

entregar na secretaria acadêmica, devidamente preenchida e assinada, a ficha de inscrição (**Anexo 1**), o requerimento para inscrição no TCC (**Anexo 2**) e cópia do projeto de pesquisa.

§ 4º. O TCC deverá ser desenvolvido, preferencialmente, em dupla ou, excepcionalmente, no formato individual.

Art. 3º. O TCC do Curso de Direito da Ufopa, Campus Regional de Óbidos, será socializado por meio de Apresentação Pública, contando com a participação de três (03) avaliadores em cada trabalho, sendo: o orientador, um avaliador interno (da Ufopa) e um externo (*AD HOC*).

§ 1º. O avaliador externo, obrigatoriamente, precisa estar vinculado a uma instituição, bem como possuir formação mínima – especialização – e específica ao tema do TCC avaliado (graduação e especialização).

§ 2º. Será permitida a participação de um mesmo avaliador externo em até, no máximo, dois (2) Trabalhos de Conclusão de Curso por defesas de turmas.

§ 3º. O TCC deverá ser entregue até, no mínimo, quinze (15) dias antes da apresentação ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) que encaminhará aos avaliadores. Deverá seguir ainda as normas do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da Ufopa.

§ 4º. A versão final do TCC, será depositada até trinta (30) dias depois da apresentação com as devidas correções finais. Será entregue uma via digital e outra impressa para fins de composição do banco de TCC da instituição e do acervo da Biblioteca da Ufopa. A versão final deverá ser entregue junto com o termo de consentimento livre e esclarecido de concessão da produção à Ufopa.

Art. 4º. O Curso de Direito da Ufopa, Campus Regional Óbidos, em sintonia com a comunicação científica contemporânea, autoriza que o Trabalho de

Conclusão de Curso de graduação se dê por meio da entrega de: artigo científico ou monografia.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 5º. Para acompanhar e orientar esta atividade acadêmica curricular, o NDE do curso, conforme solicitação do discente e disponibilidade docente e mediante assinatura do Termo de Compromisso (**Anexo 3**), designará um(a) orientador(a) vinculado à área temática do trabalho indicado, que acompanhará todo o processo de discussão, planejamento, construção e apresentação pública do trabalho. A frequência das orientações será registrada em ficha própria (**Anexo 4**).

§ 1º. A Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, junto com o NDE, caberá verificar o número de inscritos aptos à defesa; estabelecer calendário acadêmico relativo ao TCC (datas de entrega de TCC, defesa e acompanhamento da entrega da versão final do TCC); receber e encaminhar todos os TCC's aos membros das bancas examinadoras.

Art. 6º. A avaliação do desempenho acadêmico considerará a frequência, realização das tarefas planejadas para as orientações, autonomia e iniciativa na busca de recursos bibliográficos e na operacionalização do trabalho (aprofundamento teórico e metodológico), capacidade de dialogar, aprender e cumprir as correções sugeridas, domínio sobre o processo da pesquisa e elaboração do texto (**Anexo 5**).

§ 1º. A avaliação do TCC (escrito) considerará a coerência entre a problematização, os objetivos e a argumentação, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a relevância e a coerência da questão abordada, a clareza e a precisão e os resultados obtidos de acordo com a ficha anexa a essa Instrução Normativa (**Anexo 6**).

§ 2º. A avaliação da apresentação oral considerará a introdução, a fundamentação teórica, a metodologia, os resultados e as conclusões, em atendimento aos critérios (**Anexo 7**).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. Os casos omissos serão discutidos e resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito do Campus Regional Óbidos.

Art. 8º. A presente Instrução Normativa passa a vigorar a partir da sua publicação.

Óbidos/PA, xx de xxxxxxxxxxxx de 2025.

Profa. Dra. Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Diretora do Campus Regional de Óbidos

Presidenta do Conselho do Campus Regional Óbidos

ANEXO 1**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA**

CURSO: Bacharelado em Direito.

ANO DE ENTRADA NO CURSO: _____

ACADÊMICO(A)/S: _____

TÍTULO DO PROJETO: _____

CAMPO DE CONHECIMENTO:

SUGESTÃO DE PROFESSORES ORIENTADORES:

1) _____
2) _____

Óbidos - PA, _____ / _____ / _____

Assinatura do Acadêmico(a): _____

Assinatura do Acadêmico(a): _____

ANEXO 2**REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO DE TCC**

Eu _____,
acadêmico(a) do _____ período do Curso de Direito, matrícula
_____, venho por meio deste, requerer minha inscrição para
orientação de TCC, junto à coordenação do Curso, bem como encaminhar
formulário de inscrição e cópia do Projeto de Pesquisa intitulado:

Óbidos – PA, _____/_____/_____

Assinatura do (a) Orientando (a): _____

ANEXO 3**TERMO DE COMPROMISSO****IDENTIFICAÇÃO:**

ACADÊMICOS (AS):
TEMA:
ORIENTADOR (A):

ACEITE DO ORIENTADOR:

Eu, _____, Professor (a) do Curso de Direito do Campus Regional Óbidos, da Universidade Federal do Oeste do Pará, declaro aceitar orientar os (as) acadêmicos (as) _____ e _____ na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC de Direito, intitulado: _____ _____ _____
--

DATA E LOCAL:

Óbidos – PA, _____ de _____ de _____.
--

Orientador(a)

Acadêmico(a)

Coordenador de Curso

Acadêmico(a)

Título do Trabalho de Pesquisa:

[illegible]

Óbidos/PA, ____/____/____

Assinatura do(a) do(a) Professor(a)/Orientador(a)

ANEXO 5

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO NO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Título do Trabalho de Pesquisa:

Aluno(a)-Orientando(a):

Professor(a)-Orientador(a):

o	CRITÉRIOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
1	Frequência às Orientações.	1,0	
2	Realização das diversas tarefas planejadas nas orientações.	1,0	
3	Autonomia e iniciativa na busca de recursos bibliográficos e na operacionalização do trabalho (aprofundamento teórico e metodológico).	3,0	
4	Capacidade de dialogar, aprender e cumprir as correções e orientações.	2,0	
5	Domínio sobre o processo da pesquisa.	3,0	
	NOTA FINAL		

Parecer do(a) professor(a)/Orientador(a):

Óbidos - PA, ____/____/____.

Assinatura do(a) do(a) Professor(a)/Orientador(a)

ANEXO 6

FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO MONOGRÁFICO – TCC

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do Trabalho de Pesquisa:

Aluno(a)-Orientando(a):

Professor(a)-Orientador(a):

TRABALHO ESCRITO – MONOGRAFIA/ARTIGO

ASPECTOS CONSIDERAR	A	ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
1. PRÉ-TEXTUAIS		Capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo e sumário.	1,0	
2. INTRODUÇÃO		Apresentação do problema investigado, justificativa, objetivos e questões norteadoras.	1,5	
3. DESENVOLVIMENTO		I: Fundamentação Teórica.	4,0	
		II: Metodologia.		
		III: Apresentação, análise e discussão dos resultados.		

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	Retomada do problema e do objetivo para realizar a síntese, assim como as limitações da pesquisa. Recomendações e sugestões.	1,5	
5. PÓS-TEXTUAIS	Referências, bibliografia de apoio, apêndice e anexos.	1,0	
6. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA ABNT	Observância à Resolução Nº 187 de 23/02/2017 , que aprova o Guia de Normalização da Produção Científica da Universidade Federal do Oeste do Pará.	1,0	
NOTA DO TRABALHO ESCRITO		10,0	

Óbidos/PA, ____/____/____.

Assinatura do(a) orientador(a)

ANEXO 7
FICHA DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL

Título do Trabalho de Pesquisa:

Aluno(a)-Orientando(a):

Professor(a)-Orientador(a):

o	ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
1	INTRODUÇÃO (apresentação da pesquisa, o problema e sua relevância, os objetivos da pesquisa).	2,0	
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (coerência e aprofundamento dos conhecimentos relativos à temática pesquisada).	2,0	
3	Coerência da METODOLOGIA aplicada na pesquisa.	1,5	
4	RESULTADOS DA PESQUISA (coerência com os objetivos propostos, análise e discussão).	2,0	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS (retomada ao problema e objetivos da pesquisa, bem como recomendações e sugestões).	1,5	

6	Capacidade de comunicação e argumentação.	1,0	
NOTA DA APRESENTAÇÃO ORAL		10,0	

3.3 SUGESTÕES DOS AVALIADORES:

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

Assinatura do(a) professor(a) avaliador(a)

Assinatura do(a) professor(a) avaliador(a) *ad hoc*

ANEXO VI
SEMANA PADRÃO DE ATIVIDADES DO CURSO DE DIREITO CAMPUS
ÓBIDOS/NOTURNO

1º SEMESTRE							
1ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula						Optativa I

	2ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	45h
	3ª aula						
	4ª aula						
9ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
10ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
12ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
13ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
14ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
15ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Introdução do Direito 60h	Comunicação e Redação 60h	Ciência Política e Teoria do Estado 60h	Direitos humanos e cidadania 60h	Sociologia Jurídica 60h	Optativa I 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2º SEMESTRE							
OBS: PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO I DURANTE O SEMESTRE							

1º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito		Psicologia Jurídica			Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						

14ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
15ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3º SEMESTRE							
OBS: PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO II DURANTE O SEMESTRE							
1ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

		60h				60h	
5ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
10ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria	Antropologia Jurídica	Direito Penal I	Direito do Trabalho I	Políticas Públicas e	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						

	4ª aula	Geral do Direito Civil) 60h	60h	60h	60h	Direitos Humanos 60h	
11º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
12º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
13º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
14º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
15º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Civil I (Teoria Geral do Direito Civil) 60h	Antropologia Jurídica 60h	Direito Penal I 60h	Direito do Trabalho I 60h	Políticas Públicas e Direitos Humanos 60h	Optativa III 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4º SEMESTRE							
OBS: PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO III DURANTE O SEMESTRE							

1º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I 60h	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I 60h	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I 60h	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I 60h	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I 60h	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6º SEM	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula						

	2ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	3ª aula						
	4ª aula						
7º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
10º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula		Direito do Trabalho II	Direito Penal II	Direito Civil II	Teoria Geral do Processo	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						

	4ª aula	Direito Constitucional I	60h	60h	60h	e organização judiciária 60h	
12º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
13º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
14º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
15º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Constitucional I	Direito do Trabalho II 60h	Direito Penal II 60h	Direito Civil II 60h	Teoria Geral do Processo e organização judiciária 60h	Optativa IV 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

5º SEMESTRE

OBS: PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO IV DURANTE O SEMESTRE

1º	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial					Optativa V
	2ª aula						
	3ª aula						

	4ª aula	60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	45h
2ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

8ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
10ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
12ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
13ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
14ª	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula						

	2ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	3ª aula						
	4ª aula						
15ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Empresarial 60h	Direito Civil III (Responsabilidade Civil) 60h	Direito Constitucional II 60h	Direito Processual Penal 60h	Direito Processual Civil I 60h	Optativa V 45h
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

6º SEMESTRE

OBS: PRÁTICAS JURÍDICAS | 90H DURANTE O SEMESTRE

1º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula		Direito das minorias	Direito Civil IV			
	2ª aula						
	3ª aula						

	4ª aula	Direito Processual Civil II 60h	60h	(Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
6º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
10º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	História do Direito 60h	Filosofia Geral e Jurídica 60h	Psicologia Jurídica 60h	Metodologia do Trabalho Científico 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

12ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
13ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
14ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
15ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual Civil II 60h	Direito das minorias 60h	Direito Civil IV (Contratos em geral) 60h	Direito Processual Penal II 60h	Direito Constitucional III 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7º SEMESTRE							
OBS: PRÁTICAS JURÍDICAS II 90H DURANTE O SEMESTRE							
1º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO

	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula		Direito Ambiental				
	2ª aula						
	3ª aula						

	4ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
10º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
12º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
13º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
14º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
15º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Processual do Trabalho 60h	Direito Ambiental 60h	Direito Processual Civil III 60h	Direito Administrativo I 60h	Direito Civil V (Direitos Reais) 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

	3ª aula	Direito	Direito	Direito Civil	Direito	Direito	
	4ª aula	Administrativ o II 60h	Tributário I 60h	VI (Família e sucessões) 60h	Processual Civil IV 60h	Previdenciário 60h	
7.º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Administrativ o II 60h	Direito Tributário I 60h	Direito Civil VI (Família e sucessões) 60h	Direito Processual Civil IV 60h	Direito Previdenciário 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8.º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Administrativ o II 60h	Direito Tributário I 60h	Direito Civil VI (Família e sucessões) 60h	Direito Processual Civil IV 60h	Direito Previdenciário 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9.º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Administrativ o II 60h	Direito Tributário I 60h	Direito Civil VI (Família e sucessões) 60h	Direito Processual Civil IV 60h	Direito Previdenciário 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
10.º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Administrativ o II 60h	Direito Tributário I 60h	Direito Civil VI (Família e sucessões) 60h	Direito Processual Civil IV 60h	Direito Previdenciário 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11.º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Administrativ o II 60h	Direito Tributário I 60h	Direito Civil VI (Família e sucessões) 60h	Direito Processual Civil IV 60h	Direito Previdenciário 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

3ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
7ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9ª SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula						

	2ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	3ª aula						
	4ª aula						
10º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
12º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
13º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
14º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
15º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Tributário II 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Direito Internacional Público 60h	Ética Geral e Profissional 60h	Direito Financeiro 60h	
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

10º SEMESTRE

OBS: PRÁTICAS JURÍDICAS V 90H DURANTE O SEMESTRE

1º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h	Atividades de Extensão 230H	Atividades Complementares 200H
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
2º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
3º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
4º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
5º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
6º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

				de Curso II 60h			
7º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
8º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
9º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
10º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
11º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h	Optativa VI 60h		
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						
12º SEMANA	Aulas	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1ª aula	Direito Internacional Privado 60h	Direito Econômico 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II	Optativa VI 60h	Teorias do Estado e da Constituição 60h	Optativa II 60
	2ª aula						
	3ª aula						
	4ª aula						

27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Ricardo Menna; LIMBERGER, Têmis. Ciberespaço e obstáculos 3-D: Desafios à concretização dos direitos do consumidor. Revista de direito do consumidor, São Paulo, n 79, jul.-set./2011, p. 103.

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (Meta 12, Estratégia 12.7).

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira

BRASIL. Resolução CNE/CES 05, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. [2, de 19 de abril de 2021](#) - Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2025

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito e dá outras providências. Brasília, DF, 29 set. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases Nº 9396 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em 13/06/2025

Costa, Elder Lisbôa Ferreira da História do Direito: de Roma à história do povo hebreu muçulmano: a evolução do direito antigo à compreensão do pensamento jurídico contemporâneo / Elder Lisbôa Ferreira da Costa. – Belém: Unama, 2007

HOMMERDING, Adalberto Narciso História do Direito: reflexões histórico-compreensivas sobre o fenômeno jurídico [recurso eletrônico] / Adalberto Narciso Hommerding -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021

LEWICKI, Bruno. O ensino monolítico do direito civil: notas para sua humanização. Revista Civilística.com. Ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: Acesso em: 2 Out. 2014, p. 3

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2013

MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor (um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico). São Paulo: RT, 2004, p. 65.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

MORAN, J.M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21ª ed. Campinas: Papirus, 2013

SEGURADO M. D. **O Direito no Brasil**. São Paulo: USP, 1973

UFOPA. **Resolução Consepe nº 401**, de 07 de março de 2023. Regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 07 mar. 2023. Disponível em: <<https://ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2024/c60b1b0c11f226adaf4aba893439630a.pdf>>.

_____. **Resolução Consepe nº 369**, de 9 de dezembro de 2021. Aprova a regulamentação para a realização dos Processos Seletivos Especiais de ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Acesso em 08/05/2025 <https://ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2024/f2868d324b9bfc2168757b40832da1f3.pdf>

_____. **Resolução Consepe nº 331**, de 28 de setembro de 2020. Aprova o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Acesso em 13/06/2025 <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2020/a485f403a0787e606a735eacce4c62ec.pdf>

_____. **Plano de desenvolvimento institucional da Ufopa (2024 – 2031)**. Santarém, PA. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/proplan/gestao-institucional/pdi/>>.

_____. **Resolução Consepe nº 432**, de 27 de agosto de 2024. Aprova a Política de Acompanhamento dos Egressos de cursos de graduação e de pós-graduação e estabelece normas para o seu funcionamento na Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 27 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2024/065b79d1fa3d916da5b11e61648123f.pdf>>.

_____. **Resolução Consepe nº 361**, de 10 de julho de 2021. Aprova a Política e as Normas Gerais para o funcionamento das Atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 10 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2024/065b79d1fa3d916da5b11e61648123f.pdf>>
<<https://ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2024/f2868d324b9bfc2168757b40832da1f3.pdf>>

_____. **Resolução Consepe nº 386**, de 22 de setembro de 2022. Aprova a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará e fixa diretrizes, critérios e procedimentos para sua execução. Santarém, PA, 09 dez. 2021. Disponível em:

<<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2023/f6dda537237fe1f917962daaf7c6f31e.pdf>>.

_____. **Resolução Consepe nº 108**, de 08 de abril de 2015. Estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 08 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/procce/documentos/2018/80d52f2507a872707670031ad99e9945.pdf>>.

_____. **Resolução Consepe nº 200**, de 08 de junho de 2017. Institui a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e estabelece diretrizes para a instituição do Instituto de Formação Intercultural Santarém, PA, 08 jun. 2017. Disponível em:

<<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2018/ef501080a526bdfadb4c6d31c42a809.pdf>>.

_____. **Resolução Consepe nº 338**, de 14 de dezembro de 2020. Aprova a Política de Acompanhamento Pedagógico e a regulamentação do Núcleo de Gestão Pedagógica, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, e dos Núcleos de Acompanhamento e Apoio Pedagógico, vinculados às Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 14 dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2020/081804a92f5baeb6a2>>

_____. **Resolução Consun Nº 314**, de 25 de março de 2025. Aprova o Regimento Geral da Ufopa.

_____. Guia de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso da Ufopa para bacharelados e Licenciaturas, 2025.